

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica

**A transmissão psíquica e o negativo constituinte**

Ludmilla Tassano Pitrowsky

Rio de Janeiro

2013

## **A transmissão psíquica e o negativo constituinte**

Ludmilla Tassano Pitrowsky

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Simone Perelson

Rio de Janeiro

Marcço/2013

Pitrowsky, Ludmilla Tassano.

A transmissão psíquica e o negativo constituinte / Ludmilla Tassano Pitrowsky. - Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2013.

105 f.; 30 cm.

Orientadora: Simone Perelson

Dissertação (mestrado) – UFRJ/IP/Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, 2013.

Referências Bibliográficas: f.103.

1. Transmissão. 2. Inconsciente. 3. Negativo. 4. Constituição. 5. Dissertação (Mestrado). I. Perelson, Simone. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia / Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título.

## **A transmissão psíquica e o negativo constituinte**

Ludmilla Tassano Pitrowsky

Orientadora: Simone Perelson

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

---

Profa. Dra. Simone Perelson  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Regina Herzog  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profa. Andrea Seixas Magalhães  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Março/2013

Ao Professor Roberto Bello, por me introduzir  
neste percurso e ter acreditado nele.

## **Agradecimentos**

À Simone Perelson, pela orientação sempre rica e precisa, pelo apoio e confiança. Mas principalmente por ter sido aquela que, através de sua riqueza teórica e paciência clínica, me apresentou a psicanálise.

A Regina Herzog, por gentilmente aceitar participar da banca de defesa, pelas aulas sempre dinâmicas e de conteúdo imprescindível para esta dissertação.

A Andrea Seixas Magalhães, por aceitar solicitamente participar da banca de defesa.

À Marta Rezende Cardoso, por ter sido imprescindível para maioria das questões e direções escolhidas ao longo deste percurso.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, especialmente pelo diálogo e pelas importantes contribuições a esta pesquisa.

A Patrícia Siciliano pela aposta, pelo apoio, pelo tempo investido, pelos apontamentos práticos e clínicos de minhas questões.

Aos colegas de mestrado, especialmente a Augusta, Caio e Livia, pelo diálogo e apoio com as questões do mestrado.

Ao Sérgio Gomes, pelo acolhimento, pelo diálogo e por dividir comigo a paixão pela clínica e todas as questões referentes à academia. E principalmente pelo exemplo.

A minha amiga Luciana, pela paciência, pelo apoio, pelo incentivo e pelo carinho.

Aos meus pais, Ricardo e Katia, pelo apoio, pela presença, pela paciência, pelo cuidado, pelo respeito e por simplesmente estarem sempre comigo.

A minha irmã Melissa, pelo apoio e pelo acolhimento.

Ao Rafael, por ter sido desde o início meu companheiro e incentivador.

À Capes, pelo apoio financeiro.

*O retrato não me responde  
Ele me fita  
E se contempla  
Nos meus olhos empoeirados.  
E no cristal se multiplicam.  
Os parentes mortos e vivos.  
Já não distingo os que se foram,  
Dos que restaram.  
Percebo apenas a  
Estranha ideia de família  
Viajando através da carne.*

Carlos Drummond de Andrade, *O retrato*.

## Resumo

Neste trabalho, procuraremos discutir a seguinte questão: haveria na transmissão psíquica inconsciente conteúdos da ordem do negativo que seriam constitutivos no processo de estruturação psíquica? Para colocarmos tal questão, faremos um estudo teórico a respeito dos temas: a transmissão psíquica, o negativo e a constituição psíquica. No primeiro capítulo, introduziremos a teoria de René Kaës acerca da transmissão psíquica, principalmente em seus diálogos com a teoria freudiana. Dentro do vasto estudo de René Kaës, pesquisaremos seu desenvolvimento acerca da teoria da transmissão psíquica inconsciente, desde os primeiros momentos em que o tema pode ser encontrado em seus estudos com Didier Anzieu, até sua mais recente publicação acerca dos vínculos implicados no processo de transmissão geracional, as alianças inconscientes. No segundo capítulo, discutiremos o conceito de negativo através de André Green, precursor da questão do trabalho do negativo através também das obras de Freud. Após vislumbrarmos alguma compreensão de sua teoria, entraremos na “transmissão-repetição”, conceito trazido por René Kaës ao tratar a transmissão psíquica em duas vertentes: positiva e negativa. Neste momento, traremos autores que nos ajudem a pensar tal proposta, como Haydée Faimberg, Tatiana Inglez-Mazzarella, Jô Gondar, Luiz Alfredo Garcia-Roza, entre outros. No terceiro capítulo traremos possíveis campos de investigação do negativo constituinte do psiquismo que nos seria transmitido inconscientemente. Desta forma, traremos os conceitos de Introjeção e incorporação de S. Ferenczi, desenvolvidos por N. Abraham e M. Torok para em seguida estudarmos a teoria da sedução generalizada de J. Laplanche. Na terceira parte deste terceiro capítulo, abordaremos os conceitos de sombra falada e contrato narcísico de Piera Aulagnier e, por fim, da possibilidade de pensarmos a violência fundamental de Jean Bergeret. No momento final desta dissertação, discutiremos os problemas, dificuldades e possíveis conclusões do nosso percurso em busca da colocação e discussão de nossa questão.

Palavras-chave: Transmissão; Inconsciente; Negativo; Constituição.



## Resumé

Dans ce travail, nous allons essayer de discuter la question suivante: il y aurait dans la transmission des contenus psychiques inconscients quelque chose qui serait constitutif négative dans le processus de la structure psychique? Pour poser une telle question, nous allons faire une étude théorique des thèmes: la transmission psychique, le négatif et constitution psychique. Dans le premier chapitre, nous introduisons la théorie de René Kaës et d'autres auteurs sur de la transmission psychique, en particulier dans ses dialogues avec la théorie freudienne. Dans le vaste étude de René Kaës, on donnera la priorité à son développement dans les études sur la transmission, dès les premiers instants où ce thème peut être vu dans la théorie psychanalytique, jusqu'à sa dernière publication sur les liaisons impliquées dans le processus de transmission générationnelle. Tel publication date de l'année 2011 et est intitulé «Les Alliances inconscientes», et c'est un résultat d'études menées par cet auteur et ses groupes de pratique. Dans le deuxième chapitre, nous abordons le concept de négatif par Andre Green, le précurseur de la question du travail du négatif, mais aussi à travers les œuvres de Freud. Pour Comprendre que cet auteur est fondamentale pour propositions sur le négatif après avoir une certaine compréhension de sa théorie, nous allons entrer dans la «transmission-répétition" concept amené par René Kaës pour traiter la transmission psychique de deux manières: positive et négative. A cette époque, nous apportons des auteurs pour nous aider à penser une telle proposition, comme Haydée Faimberg, Tatiana Inglez-Mazzarella, Jô Gondar, Luiz Alfredo Garcia-Roza, entre autres. Le troisième chapitre portera champs de recherche possibles du négatif constituant de la psyché que nous serait transmis à travers de l'inconscient. Ainsi, nous apportons les concepts de l'introjection et l'incorporation de S. Ferenczi, développé par N. Abraham et M. Torok, puis d'étudier la théorie de la séduction généralisée de J. Laplanche. Dans la troisième partie du troisième chapitre, nous allons parler des concepts d'ombre parlée et contrat narcissique de Piera Aulagnier et enfin, la possibilité de penser la violence fondamentale de Jean Bergeret. Dans le moment final de cette thèse, nous abordons les problèmes, les difficultés et les conclusions possibles de notre route à la recherche de placement et de discussion de notre question.

Mots-clés: Transmission; Inconscient; Négatif; Constitution.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>1. A TRANSMISSÃO PSÍQUICA INCONSCIENTE</b> .....	19
1.1 A transmissão psíquica segundo René Kaës .....	20
1.2 As alianças inconscientes .....	39
<b>2. A QUESTÃO DO NEGATIVO</b> .....	39
2.1 O trabalho do negativo segundo André Green .....	40
2.2 A transmissão-repetição .....	52
<b>3. CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DO NEGATIVO NA TRANSMISSÃO PSÍQUICA CONSTITUINTE</b> .....	61
3.1 A introjeção e a incorporação .....	63
3.2 A sombra falada e o contrato narcísico .....	72
3.3 A teoria da sedução generalizada .....	79
3.4 A violência fundamental.....	86
<b>Considerações Finais</b> .....	96
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	102

## INTRODUÇÃO

Em nosso percurso acadêmico, entramos em contato com diferentes modalidades de pensamentos, autores e práticas. Parece ser notória a variedade de teorias que se prontificam a explicar fenômenos psíquicos e até mesmo físicos, a partir de conceitos e observações, principalmente das doenças que batem na porta dos consultórios. Será necessário, diante de tamanha variedade, fazer escolhas teóricas baseadas em inúmeras questões, como: identificação com professores, estágios, facilidade com determinados conceitos e, até mesmo, por imposições, algumas vezes.

A psicanálise foi uma escolha feita a partir do primeiro motivo citado, mas também por uma curiosidade que somente este campo parece vislumbrar. Dentre muitas psicologias que se propõem a tratar sintomas e objetivam a cura e a melhora, a psicanálise se coloca como a única que permite a não existência da cura e que não objetiva somente melhoras. Esta psicoterapia admite como constituinte o erro, o ruim, o diferente, o impróprio, o negativo, ou seja, aquilo que não está aparente, não é considerado bom, positivo ou esperado. Portanto, a psicanálise foi a nossa escolha porque possibilitava que a ansiedade da cura fosse substituída pela aceitação do que parecia ser constitutivo.

Após abrir a porta da psicanálise e, logo em seguida, perder o caminho de volta, foi inevitável o contato com a prática clínica e suas infundáveis leituras. Dentro da psicanálise também são necessárias algumas escolhas, as quais muitas vezes ocorrem tão naturalmente que talvez não seja possível justificá-las com uma única e precisa explicação.

A escolha pela prática com a clínica de famílias, por exemplo, foi uma dessas escolhas com causas dispersas, mas com consequências fundamentais para este trabalho. Professores, colegas e pacientes ensinam sobre tudo: livros, autores, problemas, limites, sobre a vida. Desses inúmeros ensinamentos que conseguimos aproveitar, aprendemos na prática com a psicanálise de família que analisar o sujeito em sua individualidade parecia impor alguns limites. Percebemos que analisá-lo em sua inserção no meio em que vive e realiza trocas era um tipo de movimento altamente pertinente, porém complexo e perigoso. Na psicanálise com famílias, ou grupos de uma forma geral, o analista faz parte do conjunto. A questão transferencial muda de formato, tornando-se

imprescindível que as alianças entre cada membro do grupo e o analista sejam compreendidas e utilizadas no processo.

Tais alianças, principalmente as inconscientes, se tornam observáveis neste enquadre e propiciam uma análise consistente das vicissitudes das relações implicadas no setting. Neste sentido, leituras que enfocam a transferência, as alianças e os processos inconscientes envolvidos numa análise familiar se tornam obrigatórias. Apesar da obrigação, no nosso caso tais leituras se configuraram como um terreno altamente rico e ainda pouco explorado, onde questionamentos e desvios se tornam inevitáveis. Autores como Alberto Eiguer, Didier Anzieu, René Kaës, Haydée Faimberg, Albert Ciccone, entre outros, nos presenteiam com questionamentos a respeito da teoria e descobertas práticas, inspirando e instruindo seus leitores. Este estudo foi construído com base nessas leituras, em uma prática bastante específica e em uma curiosidade que só a psicanálise pôde compreender.

A ideia desta pesquisa surgiu a partir do livro intitulado “Transgeracionalidade – de escravo a herdeiro: um destino entre gerações” (2005). Este livro é uma coletânea de artigos a respeito da transmissão psíquica, organizado por Ana Rosa Chait Trachtenberg et al., que trata do tema de forma bastante variada. Muitos textos deste livro foram importantes para este trabalho, mas é especificamente seu título que se apresenta como o ponto de partida para a questão que será aqui trabalhada. Tal título nos colocou dúvidas e discussões de difíceis respostas, com várias saídas de trabalho. Primeiro, poderíamos dizer que a escravização a partir do que advém deste outro inconsciente é um momento necessário, estruturador do psiquismo para que, posteriormente, um processo de herança possa ser conduzido? Segundo, como algo advindo do inconsciente do outro possui a propriedade de escravizar e ao mesmo tempo constituir o psiquismo do indivíduo? Ou seja, primeiro nasceríamos escravos do que nos é transmitido e, a partir de algum momento de nossa constituição poderíamos nos apropriar destes conteúdos transmitidos, para então processá-los e introjetá-los como nossos? E como poderíamos entender esta escravização, esta dependência determinante, esta influência do inconsciente parental sobre a estruturação de nosso próprio psiquismo, principalmente a partir do que não recebemos de forma representada e, a princípio, nem representável?

O inconsciente, principal objeto de estudo da psicanálise, determinante em sua posição de construto fundamental da teoria e da prática desta disciplina, será, portanto, evidenciado por nós. Pois, diante da diversidade teórica encontrada a respeito da

teorização do inconsciente, entenderemos aqui o inconsciente num sentido mais amplo. Abordaremos o inconsciente em seu sentido mais básico, em oposição à consciência, pois trataremos de conteúdos não representados presentes no psiquismo, não conscientes, mas também não incluídos num inconsciente sistemático como colocado por Freud em 1900. Trataremos de um inconsciente no sentido de uma não inserção simbólica, independente do sentido sistemático que o termo pode incitar. Nossa intenção, portanto, é trabalhar questões importantes a respeito da constituição do psiquismo do sujeito a partir do que adviria do inconsciente do outro, ancorados, principalmente, na leitura de autores que buscam desenvolver o conceito de transmissão psíquica baseado nas premissas de Freud, como: René Kaës, N. Abraham e M. Torok, S. Ferenczi, J. Laplanche, Alberto Eiguer, Didier Anzieu, Piera Aulagnier, entre outros. Procuraremos elaborar as questões através de um viés eminentemente teórico e principalmente metapsicológico, a fim de enriquecer a teoria psicanalítica e, conseqüentemente, contribuir também para sua prática.

Conceitos como o negativo, a pulsão de morte e a compulsão à repetição serão essenciais neste processo por se apresentarem como as principais referências ao que não é representado, ao que se constitui como excesso, traumático e, por fim, escravizador. Procuraremos, entretanto, não utilizar tais construtos enquanto proposição patológica. Partiremos de questionamentos emergidos de casos clínicos, como praticamente todas as questões discutidas em psicanálise, mas não para desenvolver a patologia clínica incitadora da construção conceitual. Aqui será priorizada a constituição, a difícil teorização da estruturação psíquica, dos construtos que possibilitam pensarmos a emergência do psiquismo e suas vicissitudes. Entendemos aqui o quão problemático este desenvolvimento teórico pode ser, já que até mesmo Freud, quando escreve sobre tais conceitos, aponta seu caráter preponderantemente especulatório. A metapsicologia freudiana será nosso guia na busca de alguma possibilidade de compreensão de questões tão importantes, porém ainda um tanto enigmáticas, através de raciocínios e proposições teóricas de autores renomados em nosso campo de estudo.

São essas especulações iniciadas por Freud, principalmente as desenvolvidas a partir de 1920 com sua reelaboração a respeito do trauma, que a permitiram que produzisse avanços importantes e essenciais nas patologias ditas narcísicas ou do ideal, e nas neuroses do vazio, tão comuns nos dias atuais. (Trachtenberg, 2005). Como já foi dito, o enfoque deste trabalho não será o aspecto patológico destes entraves clínicos, mas o que de inerente ao psiquismo humano podemos encontrar nestes casos extremos,

pensando essas especulações para além do princípio do prazer no que tange a estrutura do psiquismo. Esta sempre foi a linha metodológica de Freud que, através das doenças, das patologias clínicas, buscava uma compreensão de processos que constituiriam o psiquismo de toda uma espécie.

O conceito de transmissão psíquica que nos servirá de base para os desenvolvimentos propostos neste trabalho será aquele definido por René Kaës, considerado o principal estudioso do tema. Podemos dizer que foi a partir dele que o tema ganhou consistência e relevância em virtude de ter sido o responsável por mostrar, a partir de sua prática com grupos, a importância de pensarmos o sujeito inserido numa comunidade de subjetividades, de alianças entre psiquismos. Kaës definiu a transmissão psíquica estruturando um consistente aporte teórico baseado na metapsicologia freudiana e em autores como Didier Anzieu - seu mestre - e N. Abraham e M. Torok. René Kaës coloca o inconsciente no grupo e afirma que “o sujeito é primeiro um ‘intersujeito’”. Segundo ele, a pré-história, que constitui um originário, um começo antes do advento do sujeito, está na “intersubjetividade”. Assim, ele nos diz que “(...) em termos psicanalíticos, o que está em jogo na questão da transmissão é a formação do inconsciente e dos efeitos de subjetividade que, produzidos na intersubjetividade, dela derivam.” (Kaës, 2001, p. 2).

Kaës mantém-se sempre baseado na psicanálise e nos escritos de Freud para desenvolver o conceito de transmissão, o que facilita o entendimento, mas também nos coloca a tarefa de identificar nos textos freudianos que sugere as proposições das quais ele parte. O autor faz referência às primeiras publicações, anteriores a 1900, até as mais recentes. Porém, podemos dizer que os principais textos que Kaës utiliza para o desenvolvimento teórico da transmissão psíquica são: Totem e Tabu (1913); Para Introduzir o Narcisismo (1914); Além do Princípio do Prazer (1920) e Psicologia do Grupo e Análise do Ego (1921). Nestes textos, Kaës encontra suporte para construir um conceito de transmissão estritamente psicanalítico e metapsicológico, na medida em que é entendido em suas vertentes dinâmica, econômica e tópica. Desta forma, o autor explica a maneira como compreende o conceito e sustenta a pertinência do mesmo:

“Todas essas preocupações – vê-se originalmente – asseguram a pertinência do conceito de transmissão desde que se trate de tomar conhecimento da realidade psíquica que se transporta, desloca-se ou transfere-se de um indivíduo a outro, entre eles ou através deles, ou nos vínculos do conjunto, ainda que a matéria psíquica

transmitida se transforme ou permaneça idêntica na passagem” (Kaës, 1997, p. 8).

Este trecho, retirado da introdução escrita por Kaës no livro “A transmissão do psiquismo entre gerações” (1997) de Alberto Eiguer, será considerado por nós um ponto de partida em direção à definição tanto do conceito de transmissão como do objetivo deste trabalho. Neste trecho encontramos a concepção do autor acerca do conceito que desenvolve, além das idiossincrasias implicadas no processo de transmissão. Primeiro, lidamos com o que há de mais essencial na relação entre sujeitos: o vínculo, a comunicação e a aliança entre inconscientes. Na passagem que trata de *o que* se transfere de um indivíduo a outro, evidenciamos o que será transmitido inconscientemente, ou seja, os objetos de transmissão. Em seguida, *como* esses objetos podem ser transmitidos entre os sujeitos ou através deles, quando ocorre uma apropriação do conteúdo e uma transformação do mesmo pelo psiquismo, ou quando isso não se faz possível. E por consequência deste processo, o que constitui o principal objeto de pesquisa aqui, a matéria transmitida, que não é transformada, que permanece idêntica, quando o conteúdo passa através do sujeito, incluindo *o porquê* desta ausência de inscrição psíquica e se, de alguma forma, esta poderia ser pensada como inevitável na constituição do psiquismo.

Nesse sentido, buscaremos compreender se haveriam conteúdos transmitidos sem transformação por parte dos sujeitos através dos primeiros vínculos que não possuem capacidade de representação no psiquismo. Também tentaremos entender de que forma esses objetos de transmissão sem representação possível estruturaram o psiquismo do indivíduo. Para este fim, organizaremos nosso trabalho de forma a assegurar uma compreensão do conceito de transmissão psíquica clara o suficiente para, a partir dela, esmiuçarmos uma discussão a respeito do que se transmite em momentos fundantes do psiquismo. Neste primeiro momento, portanto, entraremos na teoria de René Kaës e de seguidores dele, sempre apoiados na teoria freudiana. Afinal, não será sem os textos freudianos que conseguiremos adentrar no terreno da comunicação entre inconscientes, sendo essencial voltarmos às construções teóricas de escritos de Freud, apontadas pelo próprio Kaës, para alcançarmos nosso objetivo.

A teoria da transmissão psíquica, no entanto, não se reduz ao conceito. Após desenvolver seus estudos com grupos, a partir principalmente de discussões teóricas com Didier Anzieu - que procuraremos também apresentar aqui -, Kaës chegou à teoria das alianças inconscientes, uma consequência lógica do seu aguçado raciocínio. É neste

momento que o autor renova sua teoria da transmissão psíquica trazendo elementos com bases constitutivas mais sólidas de um psiquismo intersubjetivo. Como é ainda uma construção recente, com publicação datada de 2011 do livro que inaugura de forma plena e consistente o tema, nos basearemos mais estritamente ao que o autor ensina nesta publicação. Entraremos em contato, portanto, com uma conjuntura especulativa e baseada em observações práticas do autor, o que força a nos habituar com vocabulários e conceitos próprios, recentemente desenvolvidos por ele. Outra possível dificuldade é a ausência de publicações em português desta teoria, levando nós leitores e estudiosos do tema, em alguns momentos, a adaptar nosso trabalho para um estilo de pensamento mais próximo da língua francesa de René Kaës e Didier Anzieu.

Este será nosso primeiro capítulo: um mergulho na teoria da transmissão psíquica e das alianças inconscientes, tendo René Kaës como principal guia e interlocutor. Será somente a partir desse entendimento que poderemos adentrar na questão do negativo. Kaës nos possibilitará o conhecimento do duplo estatuto da transmissão, sua dupla vertente, negativa e positiva. Segundo o autor, o psiquismo é constituído a partir de alianças inconscientes entre o sujeito e seus genitores, além da aliança com a sociedade que o sustenta em sua existência. Estas alianças, veículos da transmissão psíquica, possibilitam a passagem de conteúdos de um inconsciente a outro, conteúdos estes divididos entre: objetos de transmissão positivos, representáveis e constituintes de identificações essenciais à continuidade narcísica; e negativos, não passíveis de representação, vazios, buracos, advindos de um além do princípio do prazer.

A questão do negativo que nos é exigida será discutida no segundo capítulo com toda sua complexidade e importância. Utilizaremos autores como André Green, Abraham e Torok, Baranes e outros, para nos guiar no campo da transmissão do negativo em Freud. Na primeira parte deste capítulo, André Green nos orientará com seu título a respeito do trabalho do negativo, nas proposições freudianas a respeito desta questão. Neste sentido, buscaremos compreender o constructo na sua forma mais básica e também em sua construção mais elaborada na teoria de Green. A partir daí então, poderemos entender o que de fato é possível apreender da teoria da transmissão do negativo de René Kaës, chegando a sua proposição a respeito da transmissão-repetição, conceito também ainda pouco desenvolvido, mas passível de ser defendido diante de algumas elaborações anteriores e posteriores a ele. O objetivo deste segundo capítulo, portanto, é aprofundarmos o que nos é possível a respeito da vertente negativa da



transmissão em termos teóricos para, em seguida, buscarmos onde poderíamos encontrar esta proposição em sua forma constitutiva, fundadora do psiquismo.

No terceiro capítulo, observaremos nas teorias de alguns autores da psicanálise a possibilidade de refletir sobre como a vertente negativa da transmissão constituirá nosso psiquismo, principalmente o inconsciente. Entendemos a dificuldade de tal proposta, em virtude de talvez extrapolarmos os limites teóricos entre autores, ou em função de uma possível interposição de conceitos muito distintos. Tentaremos, entretanto, continuar fiéis aos autores em cada subcapítulo, mantendo nossas ressalvas ao fazer as comparações e abrindo para possíveis discussões. Assim, evitaremos em todos os momentos nos fechar em conclusões precipitadas e impróprias.

Neste capítulo, primeiro iremos abordar de forma rápida a teoria do trauma de Sándor Ferenczi, principalmente os conceitos de incorporação e introjeção, para melhor entendermos o que N. Abraham e M. Torok propõem a respeito do que não é representável no psiquismo. Entendemos que tais autores estão focados na teoria do trauma em uma tópica realista, mas também podemos encontrar em suas proposições um raciocínio mais próprio, uma forma de pensar que nos incita a questionar sua pertinência para além do campo da psicopatologia.

No segundo subcapítulo, estudaremos os conceitos de sombra falada de Piera Aulagnier e do contrato narcísico, este posteriormente utilizado por René Kaës para conceituar uma das formas de aliança inconsciente. Tais proposições de Piera Aulagnier nos ajudarão a elucidar a problemática da influência do que constitui o inconsciente da mãe na estruturação do psiquismo da criança, principalmente pela via da repressão inconsciente. Além disso, o conceito de contrato narcísico como uma aliança diz respeito ao lugar que o sujeito é inconscientemente chamado a ocupar na sociedade ou no grupo do qual faz parte.

Num terceiro momento, a partir da teoria da sedução generalizada de J. Laplanche, será possível pensar a transmissão de conteúdos não simbolizáveis para o bebê em contato com o inconsciente do adulto. No quarto e último momento desta proposta de capítulo, procuraremos compreender a difícil elaboração de J. Bergeret a respeito da violência fundamental na teoria freudiana, em uma problemática em torno do originário e do pré-genital.

Desta forma, procuraremos, enfim, nos familiarizar com a possibilidade de pensarmos a transmissão psíquica a partir de um ponto de vista um pouco mais abrangente. Neste sentido, o conceito de intersubjetividade na estruturação psíquica será

aqui eminentemente priorizado. Com base na intersubjetividade constitutiva, evidenciada por diferentes autores no terceiro capítulo, discutiremos as seguintes questões: Isso que insiste sem representação no psiquismo do sujeito insistiria também, por consequência, no psiquismo do sujeito seguinte na cadeia geracional? E seria justamente essa insistência a repetir o motivador do que irá ser transmitido e estruturará tal psiquismo? Afinal, segundo Freud, o psiquismo é um resultado do embate entre pulsão de vida e pulsão de morte de forma que, para além do princípio do prazer, este psiquismo possui processos estruturantes e determinantes, principalmente através dos vínculos aos quais ele está assujeitado antes mesmo do nascimento.

## 1 – A TRANSMISSÃO PSÍQUICA INCONSCIENTE

Com o objetivo de esmiuçar a teoria da transmissão psíquica, começaremos por compreender de que forma o inconsciente freudiano é abordado pelos teóricos da transmissão. Neste sentido, faremos uma incursão por esta conceituação no que tange à questão de pesquisa, ou seja, à comunicação entre psiquismos e como se estes constituem a partir da comunicação. Assim, talvez alcancemos de forma mais concreta o entendimento da teoria de Kaës e de como suas proposições podem contribuir com a questão deste estudo. Não nos estenderemos em esmiuçar a teoria do inconsciente, em virtude da complexidade e abrangência. Constatamos que já existe um século de estudos voltados para tal objetivo numa continuidade teórico-clínica dos estudos iniciados por Freud extremamente rica. Além disso, entendemos que, para os fins de nosso trabalho, será mais produtivo um foco mais específico, relativo à busca de um conceito de inconsciente que nos possibilite pensarmos a intersubjetividade. Precisaremos de autores que nos permitam perseguir nosso objetivo, autores que pensaram tal questão e nos tragam alguma luz a esse respeito, tais como Luiz Alfredo Garcia-Roza, Jean Laplanche, Jô Gondar, Ana Lila Lejarraga e outros.

Num segundo momento deste capítulo, buscaremos entrar de uma forma consistente e concisa no principal desdobramento da teoria da transmissão psíquica de Kaës: as alianças inconscientes. Entendemos que tal desenvolvimento relativamente recente do autor (2011), nos direciona mais ainda à comunicação entre psiquismos e tudo o que concerne ao mesmo. A teoria das alianças inconscientes está intimamente ligada aos estudos com grupos realizados pelo próprio Kaës e Didier Anzieu, este último sendo seu professor e mentor, conforme ele relata. A intenção aqui será, portanto, resgatar das primeiras tentativas de compreender o vínculo entre psiquismos presente nos grupos observados pelos autores, até a proposta mais bem acabada, publicada, como vimos em 2011 por René Kaës.

Ao fim deste primeiro capítulo, pretendemos estar devidamente familiarizados com o que há de mais consistente e elaborado nos últimos anos a respeito do que chamamos de transmissão psíquica, assim como a estruturação do psiquismo a partir dos vínculos implicados neste processo. Conforme veremos adiante, segundo Kaës, já nascemos pertencentes a vínculos anteriores ao nosso processo individual de subjetivação. Com base nessa perspectiva, como esses vínculos nos constituem? De que

forma nosso inconsciente é formado dentro deste vínculo, desta intersubjetividade? No segundo capítulo, questionaremos ainda de que forma o que é da ordem da negatividade, da pulsão de morte, nos constituiria a partir destes mesmos vínculos.

### **1.1. A transmissão psíquica segundo René Kaës**

René Kaës é psicanalista, professor na Universidade Lumière em Lyon II, Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Bruxelas, professor honorário da Universidade Maimônides, teórico e participante de inúmeras publicações. Este autor foi aqui privilegiado por nos fornecer questionamentos e desdobramentos teóricos imprescindíveis ao desenvolvimento da pesquisa. A posição acadêmica de Kaës possibilita um trânsito entre os conceitos de forma a nos manter constantemente atrelados aos textos freudianos, e conhecer autores contemporâneos de incontestável consistência.

Não nos parece difícil compreender toda teoria desenvolvida por René Kaës em virtude de sua fidelidade ao pensamento de Freud. É desta forma que ele se propõe a raciocinar a transmissão psíquica: a partir da metapsicologia freudiana e seus conceitos fundamentais. Nós concordamos com tal proposta, até porque entendemos que desde o Projeto de 1895, Freud demonstra uma preocupação em tratar da constituição psíquica a partir de uma intensa interação entre sujeito e objeto.

Esclarecemos, portanto, nossa discordância com autores que criticam Freud pela negligência em relação à importância das relações intersubjetivas. Ao contrário, encontramos em toda sua vasta literatura indícios e provas do quanto a subjetividade individual está baseada em uma estruturação intensamente dependente do outro. Evidência clara desta afirmação é o conceito de desamparo. Freud identifica esta condição desde o momento inicial da vida, como consequência do inacabamento neuronal do nascimento. O autor também teoriza a respeito do desamparo constitutivo presente em todos os sujeitos, independente da idade, afirmando ser uma característica do humano. Dito isso, introduziremos a questão da transmissão psíquica segundo as palavras de Kaës, num trecho em que comenta sobre sua persistência psicanalítica:

“O problema poderia ser formulado da seguinte maneira: a psicanálise, que descobriu o determinismo intrapsíquico inconsciente renunciando à neurótica como preponderância de uma causalidade histórica e social, sustenta a controvérsia em torno da hipótese do que se convencionou chamar de transmissão psíquica: talvez fosse mais claro dizer transmissão da psique, ou produção intersubjetiva da psique” (Kaës, 2001, p.9).

O estudo da transmissão psíquica foi principalmente desenvolvido por este autor a partir de 1985, tendo sido iniciado em virtude de suas pesquisas em psicanálise voltadas para o grupo, na Universidade Lumière-Lyon II, na França. A principal obra de referência do tema é um livro publicado em 2001, intitulado “Transmissão da vida psíquica entre gerações”, no qual diversos teóricos tratam do assunto, entre eles Kaës, autor de três capítulos, além de Haydée Faimberg, Micheline Enriquez e Jean-José Baranes.

Segundo Kaës, o conceito de transmissão psíquica percorre os estudos freudianos desde os primeiros escritos, em 1895, até os últimos textos, de 1937 e 1939. Existiria, no entanto, um momento em que esta questão teria sido privilegiada na obra freudiana: quando é trazida ao plano teórico por fazer referência às problemáticas acerca da etiologia das neuroses, num viés biológico, através da hereditariedade. Primeiro entre 1895 e 1905, Freud se detém na possibilidade de que a neurose seja um caractere adquirido hereditariamente.. Em 1896, em “A hereditariedade e a etiologia das neuroses”, Freud questiona a hereditariedade biológica de certas neuroses, mostrando que somente este fator não conseguiria explicar o surgimento de neuroses presentes em cada membro de uma família. Mesmo assim, ele considera a hereditariedade como uma “pré-condição” importante no desenvolvimento de afecções neuróticas, fazendo uma comparação com um circuito elétrico, como vemos a seguir:

“Assim, a ação da hereditariedade é comparável à de um multiplicador num circuito elétrico, multiplicador este que exagera o desvio visível da agulha, mas não pode determinar sua direção” (Freud, 1896, p. 438).

A forma como Freud considera o fator hereditário, mesmo que do ponto de vista biológico e não psíquico, ajuda a compreender o caráter fundamental do que é transmitido entre as gerações: algo se transmite e se apresenta como possibilidade. Trata-se de uma potência de algo que pode ou não vir a se realizar, mas está presente no sujeito e assim permanecerá. Ainda nesta parte do texto, Freud menciona o papel de acontecimentos que aumentariam ou não as chances de que o que foi hereditariamente

transmitido possa vir a se tornar realidade. Ele denomina esses acontecimentos de “causas concorrentes ou auxiliares” das neuroses, exemplos são: esgotamento físico, doenças graves, intoxicações, acidentes, entre outros. Tais causas, no entanto, não constituiriam, por si só, a causa da neurose, de forma que apenas deflagrariam uma patologia previamente em estado “latente”, dependendo principalmente do fator quantitativo. Assim, em maior grau teríamos uma predisposição hereditária guiando a formação sintomática do indivíduo, ou um acontecimento de outra ordem que não é possível de ser antecipado. Em 1897, porém, a hereditariedade será considerada desnecessária para o entendimento da etiologia de neuroses específicas, como vemos ao final deste mesmo texto:

“Direi, finalmente, que a patogênese da neurastenia e da neurose de angústia pode facilmente prescindir da cooperação de uma predisposição hereditária”. (Freud, 1897, p. 448)

O importante aqui é compreender a forma como a hereditariedade desempenha papel fundamental, apesar de confuso. Mesmo que pensemos em termos estritamente biológicos, existe algo do outro que estará presente no sujeito pré-determinando diversas questões. Assim, evidencia-se também a existência de predefinições de ordem psíquica. Da mesma forma que geneticamente possuímos um arsenal de possibilidades de desenvolver determinadas características e doenças, psiquicamente também possuiríamos tais predisposições de ordem inconsciente que representariam nossa inserção numa cadeia geracional específica.

Porém, somente com a obra considerada inaugural da Psicanálise, “A interpretação dos Sonhos” de 1900, Freud introduz o tema da transmissão psíquica inconsciente. Primeiramente, a partir do estudo de histéricas que possuiriam a peculiaridade de conseguir uma identificação com o objeto do outro, ou até mesmo com a fantasia do desejo do outro (Kaës, 2001). E principalmente quando ele teoriza a respeito das formas de transmissão intrapsíquica, que constitui uma modalidade de comunicação entre instâncias e formações psíquicas, como de consciente para inconsciente e de conteúdo latente para conteúdo manifesto.

Assim, começa a ser esboçada uma indicação bastante consistente de que haveria algum tipo de movimento intrapsíquico e intersubjetivo de grande importância para os mecanismos psíquicos. Somente a partir de 1912-1913, com “Totem e Tabu”,

Freud faz referência à transmissão de ordem psíquica geracional, deixando de lado o caráter biológico da hereditariedade e abrindo caminho para o estudo da filogenética como importante fonte de conhecimento a respeito das afecções do sujeito. Neste texto, compreendemos como a questão da lei paterna, existente na sociedade desde a época primitiva até os dias atuais e considerada universal por Freud, está ainda presente na vida de todos os indivíduos inseridos na sociedade. Em cada um de nós, essa história se repete e gera consequências das mais diversas.

Nos textos da chamada “virada” de 1920, “Psicologia das Massas e análise do Ego” (1921) e o “O Ego e o Id” (1923), temos a formulação de conceitos que serão definitivos para a teoria psicanalítica em geral, como o ego, o superego e a identificação. Neste momento, observamos a importância da compreensão da perda do objeto e de sua influência na constituição do psiquismo de forma decisiva. Confirmamos, assim, a existência do estatuto do outro e, principalmente, do inconsciente do outro para o desenvolvimento do indivíduo.

Também observamos em textos antropológicos como “O Futuro de uma Ilusão” (1926), “Mal-estar na civilização” (1929) e “Moisés e o monoteísmo” (1939) a temática do contágio mental, transmissão de pensamento e telepatia. Esses assuntos demonstravam para Freud grande complexidade de teorização e até hoje foram pouco desenvolvidos em termos de pesquisa psicanalítica.

A partir de estudos com famílias e grupos, Kaës então retoma a questão da transmissão psíquica e a desenvolve como conceito chave para a compreensão de casos clínicos de difícil análise, mas também para o entendimento de questões fundamentais da natureza humana. Para este autor, quando Freud supõe que o id é resultado de uma hereditariedade, que o ego adviria do id e o superego seria um herdeiro do superego dos pais, ele estaria incumbindo o sujeito de uma árdua tarefa: ser um fim para si mesmo e, ao mesmo tempo, um elo de uma cadeia na qual está inserido independente de sua vontade. O sujeito estaria, então, dividido entre o que seus antecessores lhe transmitiram inconscientemente e o que ele pode daí transformar, ou simplesmente repetir.

Na questão linguística, a transmissão psíquica em Freud pode ser analisada, segundo René Kaës, de acordo com os elementos da semântica, do percurso e da investigação. Semanticamente, quatro termos poderiam remeter ao tema ao longo dos textos psicanalíticos: *Übertragung*, que se traduz como uma qualificação do fato de transmitir, ou até uma transmissibilidade, porém o mesmo termo designa a transferência, no sentido psicanalítico estrito do contexto clínico; *die Vererbung*, que se

refere à hereditariedade ou herança; *die Erwerbung*, que aponta para a aquisição através de uma transmissão; e *die Erbllichkeit*, formado a partir do adjetivo *erblich* (hereditário). Já o percurso da transmissão, pode ser visto na teoria freudiana desde os “Estudos sobre a histeria” (1895) até os últimos textos, como “Análise terminável e interminável” (1937), em que a principal questão apontada refere-se à capacidade de certas neuroses serem passadas psicologicamente através das gerações. Porém, segundo Käs, Freud chegou a quatro territórios fundamentais na pesquisa sobre a transmissão psíquica: transmissão intrapsíquica, transmissão intersubjetiva, transmissão transpsíquica e a questão da formação do eu.

A transmissão intrapsíquica é compreendida principalmente a partir do ponto de vista dinâmico, no qual o texto “Interpretação dos Sonhos” (1900) é a principal referência. Temos, então, a transmissão interna de conteúdos e afetos, por exemplo, a passagem de representações entre instâncias psíquicas, condensações, deslocamentos, a passagem de pensamentos latentes para o discurso manifesto.

Já a transmissão intersubjetiva necessita, para sua compreensão, de uma distinção entre a realidade intersíquica e a realidade intersubjetiva. A primeira refere-se às relações entre aparelhos psíquicos e a segunda refere-se às relações do sujeito com o imaginário, simbólico e real, no qual o ambiente familiar se faz primordial, antecedendo o sujeito e sendo alterada por ele. Os objetivos da transmissão intersubjetiva são, portanto, garantir a vinculação e desvinculação do sujeito em suas possibilidades; formação de objetos e laços de identificação e, por conseguinte, estruturas de Ego e Superego; e o complexo de Édipo.

A transmissão transpsíquica se caracteriza por uma transmissão que não possibilita uma transformação do sujeito pelo o que lhe é transmitido. Os imperativos narcísicos dominam essa transmissão, podendo levar até a uma “aniquilação do sujeito singular” (Seixas Magalhães, 2004). Essa transmissão consiste em algo que não passa pelo sujeito, mas “através” dele. Como diz Käs, “supõe a abolição dos limites e do espaço subjetivos”. Este autor refere-se também a esse termo para explicar fenômenos psíquicos encontrados nos estados em que o sujeito se encontra dentro de uma multidão ou massa, além de induções ou sugestões, e até mesmo a hipnose, onde observamos certa anulação do sujeito em referência a uma situação exterior.

A partir dessa conceituação, principalmente da transmissão transpsíquica, algumas questões foram levantadas, principalmente a respeito das possibilidades de simbolização dos conteúdos transmitidos e de qual seria a natureza de tais conteúdos.



Alberto Eiguer acrescenta também a esta questão o fato de não conhecermos plenamente o que seria transmitido. Neste sentido ele questiona como poderíamos saber se são afetos, fantasias, mitos ou defesas? Para este autor, o impulso para transmitir estaria relacionado ao superego, como se este se colocasse como um “condutor vivo dos processos entre gerações” (Eiguer, 1997, p.86). Entendemos a colocação de Eiguer principalmente através do texto de Freud de 1932 em que ele afirma que no superego o passado continuaria presente e vivo, pois seria edificado através do superego dos pais e dos seus antepassados. Eiguer entende a transmissão dentro de duas polaridades: a da intergeração e da transgeração, tendo como base as proposições de Kaës comentadas anteriormente. A proximidade dos vocábulos utilizados é intencional. Ao citar Kaës, Eiguer pretende esclarecer seu entendimento e, conforme coloca no seguinte trecho do livro “Transmissão do psiquismo entre gerações” de 1998:

“Mesmo que, como penso, a transmissão sem transformação seja um conceito limite - pois cada psique e cada aparelho para interpretar é singular, em um contexto cada vez mais diferente - a ideia de uma dupla polaridade dá conta da heterogeneidade de graus de metabolização da herança, e sugere a metáfora de uma transmissão em mosaico”. (Eiguer, 1998, p.87).

Eiguer refere-se a esta dupla polaridade do que é transmitido, numa possibilidade de pensarmos esses "objetos de transmissão", como conteúdos munidos de diferentes articulações. Ele alude ao desenvolvimento de Kaës a respeito da transmissão em duas vertentes concomitantes, negativa e positiva.

Primeiramente, analisaremos como Kaës percebe a transmissão psíquica sem transformação por parte do sujeito, o que posteriormente ele desenvolverá como a vertente negativa de uma transmissão. Antes, é importante esclarecer que ao longo das publicações de Kaës ocorre um abandono da palavra “transpsíquica” e a substituição pela questão do negativo na transmissão. Embora muitos autores seguidores de Kaës ainda insistam nesta construção, entendemos que será mais útil para nós mantermos fiéis aos textos de Kaës. Salientamos, entretanto, que a transmissão transpsíquica ou transgeracional é desenvolvida principalmente por autores que enfocam as patologias da transmissão, o que não será o nosso caso. É por esta razão que optamos por não atermo-nos a este vocabulário.

Deste patamar, poderíamos apontar duas principais mudanças na problemática intergeracional, segundo Kaës. A primeira é a hipótese da pulsão de morte, da compulsão à repetição e do traumatismo não elaborável, categorias do negativo e do irrepresentável. A segunda é a renovação dos dispositivos de trabalho analítico, análise com grupos.

Outros autores também colaboraram para a evolução do conceito de transmissão psíquica, principalmente com foco em estruturas psicóticas, *borderline* e narcísicas. Autores como N. Abraham e M. Torok, nos anos de 1970, desenvolveram pesquisas importantes a respeito da falha da transmissão, como a forclusão, que ficariam ocultas no nosso inconsciente, sendo formações inconscientes de outro sujeito que nos perseguiriam como “fantasmas”. (Abraham e Torok, 1995 [1987]). Esses autores incitaram muitas outras pesquisas a respeito do modo como se transmitem os sintomas, os mecanismos de defesa e organizações objetais e, por isso, terão um capítulo específico para pensarmos suas conclusões.

Desse modo, Kaës aborda a urgência de se transmitir conteúdos que estão depositados no inconsciente dos sujeitos, como enquistamentos e rejeições. Nada do que ficou retido, ou seja, que não conseguiu ser traduzido pelo sujeito e permaneceu em seu psiquismo como um ‘corpo estranho’, poderá ficar inacessível para as gerações seguintes. Esta transmissão, conseqüentemente, se dá para além da linguagem acessível ao sujeito e, por isso, se apresenta de forma tão enigmática e angustiante. Percebemos isso de forma muito clara na passagem a seguir de P. Fédida a respeito da hereditariedade:

“tudo que diz respeito à hereditariedade e à procriação define uma zona inter-humana violentamente frágil em que se cristalizam as angustias mais arcaicas e que dá voz às crenças mais enigmáticas”.  
(Fédida, 1982, p.41)

As observações clínicas de Kaës mostram, entretanto, que da mesma forma que existe uma urgência em transmitir, existe também uma urgência em interromper uma transmissão. Isso se apresenta através dos casos clínicos em que a violência do que é do outro, mas que está presente no sujeito é tão grande, que são necessárias atitudes de naturezas diversas, todas em busca de uma forma de libertação. O próprio sintoma apresentado, ou até mesmo a transformação em ato de tais conteúdos, demonstram a tentativa do sujeito de sair de tal lugar atravessado por conteúdos tão incompreensíveis.

Assim como não pode ser considerada patogênica para o sujeito, a transmissão deve ser vista em seu caráter imprescindível para constituição a psíquica. A transmissão psíquica se dá na intersubjetividade, entre o sujeito e o outro, mas, principalmente, entre o sujeito e os vários outros que constituem a cadeia geracional. Kaës afirma, entretanto, que na maioria das pesquisas a respeito da transmissão, em geral, algo se mantém constante:

“Um fenômeno que poderia ser descrito como uma urgência ou como uma espécie de impulso de transmitir, sob o efeito de um imperativo psíquico incoercível. Essa necessidade é o resultado de exigências pulsionais inconscientes, nas quais prevalecem ora coerções narcísicas e de continuidade da vida psíquica, ora as do Ideal do Ego e do Superego, mais precisamente a transmissão dos interditos fundamentais. No entanto, sempre aparece a necessidade de *transferir-transmitir* para um outro aparelho psíquico o que não pode ser mantido e albergado no próprio sujeito, ou entre sujeitos ligados entre si por uma forte aliança de interesses inconscientes” (Kaës, 2001, p.16-17).

Podemos fazer reflexões importantes sobre esta colocação de Kaës, com base em algumas leituras. Podemos, por exemplo, destacar especificamente os termos “impulso” e “imperativo psíquico incoercível” para pensarmos de que ordem seria essa necessidade de transmitir. Tais termos remontam às expressões usadas por Freud para abordar a pulsão e seus atributos. Estamos nos referindo mais especificamente ao segundo dualismo pulsional, no qual a palavra “impulso” é utilizada para denominar uma característica das pulsões até então pouco privilegiada, mas bastante clara na seguinte passagem de Freud:

“Parece, então que a pulsão é um impulso, inerente à vida orgânica, de restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.” (Freud, 1920, p.542)

Estamos diante aqui, como já percebemos, da conceituação da pulsão de morte e, conseqüentemente, de toda uma retomada da teoria econômica que coloca tal conceito em uma centralidade estruturante de uma segunda tópica. Todavia, não é somente através de uma semelhança no uso das expressões que encontramos tal relação entre os

desenvolvimentos teóricos. Pelo contrário, Kaës sempre deixou clara a sua predileção pelos textos freudianos. Podemos entender que a transmissão a que Kaës se refere está intimamente ligada a um movimento pulsional, um imperativo de ordem inconsciente, apesar de o autor não utilizar tal denominação explicitamente. A continuidade no texto daquela citação de Kaës se dá na direção de justificar em casos extremos, nos quais a transmissão encontra seu pólo sintomático e até destrutivo, a observação a respeito do conceito. Ele trata tais casos como transmissões de pura “coisa”, não acessíveis pelas vias da linguagem, uma vez que as transmissões se caracterizam por um “desapossamento da subjetividade do sujeito” (Kaës, 2001, p. 18).

A partir daí, Kaës aponta para a questão da negatividade da transmissão, ou seja, da falha e da falta, trazendo o texto freudiano de 1914, “Sobre o narcisismo uma introdução”, como principal exemplo. Para Kaës, neste texto Freud apresenta o que deixou de ser realizado pelos pais e estaria sendo colocado a serviço da criança através do narcisismo. Estamos diante do que Kaës chama de uma transmissão sem transformação, uma transmissão direta do afeto ou do “objeto bizarro”. Mesmo lidando com a extremidade negativa da possibilidade de transmissão, Kaës chama atenção para algo fundamental para esta pesquisa e, por isso, o citaremos literalmente:

“Na inscrição da transmissão no registro do negativo, na falha da metabolização psíquica e no fracasso do contrato que liga cada qual ao conjunto e o conjunto a cada qual, aparecem mais precisamente às condições necessárias para que o espaço psíquico possa se constituir e para que o processo de transmissão possa se efetuar: embora se verifique que talvez seja no que escapa ao nosso querer e à nossa atividade de representação que o essencial da transmissão se dá, é também na ausência do interdito que se torna possível a representação, o jogo da fantasia, o prazer e o trabalho do pensamento.” (Kaës, 2001, p. 21).

A partir dessas colocações de Kaës a respeito da dimensão negativa da transmissão, apreendemos uma possibilidade de perceber o negativo de forma constituinte, necessária a uma estruturação psíquica, a mais primitiva que poderíamos pensar. Estamos diante do irrepresentável, do que está fora do campo de sentido e simbolização, encontrado no terreno da falta e da falha, do patológico e excluído, ou seja, diante do que entenderíamos como essencialmente ruim e passível de tratamento. Percebemos, entretanto, que Kaës aponta para a possibilidade de podermos, a partir disso que é de tão difícil apreensão, descobrir algo da ordem do fundamento, de

essencial e, até mesmo, constante do psiquismo. Procuraremos, portanto, no capítulo específico esmiuçar a questão do negativo da transmissão, através do conceito de transmissão-repetição, conceito introduzido pelo próprio Kaës em 2005. Antes, porém, prosseguiremos no estudo da teoria de Kaës para chegar a sua proposição mais recente a respeito dos vínculos entre psiquismos e a transmissão psíquica que ocorreria neles. Estamos entrando no terreno da teoria das alianças inconscientes, lugar onde observaríamos a presença da transmissão.

## **1.2. As alianças inconscientes**

René Kaës observou em seus estudos com grupos a presença de uma categoria de comunicação inconsciente que estaria para além dos mecanismos psíquicos individuais. Em vários escritos ele propõe um tipo de aliança entre sujeitos que funcionaria de forma independente do conhecimento consciente, ou seja, algo da ordem de uma “aliança inconsciente”. Em 2009, Kaës publica, então, o livro chamado “Les alliances inconscientes”, ainda não traduzido para o português, em que aborda o que ocorreria entre os espaços psíquicos dos sujeitos e seria produzido na relação, ou seja, um inconsciente próprio da intersubjetividade. Kaës se baseia na seguinte proposição: o inconsciente se inscreve e produz seus efeitos em diversos espaços psíquicos, registros e linguagens, em cada sujeito e nos vínculos entre eles. Segue abaixo a definição literal do conceito, retirada de um livro de 2005.

“Chamei de aliança inconsciente uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos, certas funções ou certas estruturas vindas do recalque, ou da recusa, ou do desmentido e da qual eles obtém um benefício, tal que o vínculo que os liga adquire, para sua vida psíquica, um valor decisivo. As alianças inconscientes enodam-se para que os sujeitos de um vínculo estejam assegurados de nada saber sobre seus próprios desejos, nem daqueles que os precederam. O conjunto, assim ligado, só obtém sua realidade psíquica a partir das alianças, dos contratos e dos pactos inconscientes que esses sujeitos concluem e que, o seu lugar no conjunto obriga-os a manter”. (Kaës, 2011 [2005], p.133)

Entendemos, então, da seguinte forma: uma aliança inconsciente é formada por duas necessidades psíquicas fundamentais, a de formar um vínculo subjetivo capaz de estruturar narcisicamente uma continuidade comum e, ao mesmo tempo, de negar a existência de conteúdos inadmissíveis. Tais vertentes caracterizam dois lados de uma mesma moeda. Esta definição das alianças inconscientes foi desenvolvida pelo autor tendo como base o conceito de “pacto denegativo” (Kaës, 1989, 1994), que é compreendido como uma comunidade de mecanismos de defesa presentes em todos os vínculos intersubjetivos: recalque, denegação, recusa, desmentido, rejeição e enquistamento. Estes mecanismos são essenciais para que o vínculo se constitua e se mantenha. As duas necessidades caracterizadas acima seriam, portanto, dentro da teoria do pacto denegativo, suas vertentes positiva e negativa. Assim, cada vínculo se organizaria de acordo com as realizações de desejos, investimentos, identificações, ou seja, positivamente em prol de uma continuidade narcísica, mas também organizados negativamente, através de renúncias e sacrifícios, rejeições, recalques e restos.

Entendendo que o pacto denegativo tem como base a conceituação das alianças inconscientes, e estas estão fundamentadas nos vínculos intersubjetivos, nossa questão aqui se reestrutura. Poderíamos pensar as alianças inconscientes como estruturantes do psiquismo tanto individual como grupal, no qual as modalidades do negativo se apresentam como constituintes de todo laço intersubjetivo? A partir disso, buscaremos, então, um aprofundamento maior da teoria das alianças inconscientes, proposta por Kaës, tendo em vista um melhor desenvolvimento da questão desta pesquisa.

Foi possível encontrar em Freud uma proposição muito próxima a que estamos estudando aqui. No artigo “Psicologia das Massas e análise do Eu”, ele apresenta em vários momentos uma dimensão do quanto considera importante o estudo dos grupos e de suas influências no psiquismo individual. Na passagem a seguir, sobretudo, encontramos uma correspondência importante com o que estamos tratando aqui:

“Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais — as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc. — podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade.” (Freud, 1921, p. 77)

Aqui o argumento de Freud gira em torno de uma herança muito mais abrangente comparada a do sintoma familiar, como já nos parece bastante explorada. Neste trecho, ele trata de algo de uma estrutura psíquica constituída a partir de nossos antepassados mais distantes. Percebemos através das proposições de Kaës, que foi a partir dessa e de outras colocações de Freud que o autor conquistou seu estatuto teórico-clínico em relação à análise de grupos. A partir, nos deparamos com o quanto o desenvolvimento teórico voltado para a intersubjetividade é uma marca dos textos de Kaës e, em virtude de seu aprofundamento prático, o encadeamento da sua teoria parece mostrar uma evolução de raciocínio bastante precisa. Observa-se nesta publicação de 2009 que não haveria como pensar em transmissão psíquica sem essa noção de aliança inconsciente, como percebemos na passagem a seguir:

“As alianças inconscientes estão no coração dos processos e das modalidades de transmissão psíquica intergeracional e transgeracional porque elas estão no princípio das passagens e dos laços entre os espaços psíquicos”. (Kaës, 2009, p. 159).

Acreditamos, portanto, que o avanço desta teoria baseada na comunicação entre inconscientes é de extrema relevância para o estudo da transmissão psíquica. O desenvolvimento do conceito de aliança inconsciente se deu a partir dos anos 60, na prática de Kaës com psicanálise de grupo, tendo Didier Anzieu como seu principal orientador. Os dois faziam um trabalho voltado para os estudantes de psicanálise em formação, principalmente com grupos de duração breve. Dentro desta proposta, eles começaram a notar formações inconscientes muito específicas vinculadas à situação de grupo e à relação transferencial. Assim, em 1971, Anzieu formulou o conceito de “ilusão grupal”, enquanto Kaës, o de “posição ideológica”. Didier Anzieu e a ilusão grupal terão um espaço específico em outro momento. Esta ideia de Kaës será o que mais tarde ele chamaria de aliança inconsciente. Desse modo, propôs: “(...) que o retorno de conteúdos inconscientes de alianças constitutivas do vínculo grupal se efetue a partir de seus efeitos no discurso associativo grupal, nas transferências e sintomas”. (Kaës, 2009, p. 115).

Para Kaës, portanto, a situação da formação de um grupo propiciaria que constituições específicas inconscientes relativas ao vínculo intersubjetivo fossem rerepresentadas e colocadas neste novo grupo, através, principalmente, da transferência e contratransferência. Após citar alguns exemplos de situações em que trabalhou com grupos, Kaës justifica o conceito de “posição ideológica” por meio de características

que permaneceram constantes em suas análises: o medo da ameaça de uma catástrofe ou desaparecimento do grupo; a presença de um “imago” parental arcaico misto, onipotente, controlador e sedutor; a idealização de uma posição fálica; o fantasma de colisão, associado a angústias paranoicas; o recurso a mecanismos de defesa associados ao par idealização-perseguição, a clivagem e a negação. Na luta contra a perseguição e a ameaça de destruição do grupo, o autor aponta uma supervalorização narcísica em defesa, baseada no “saber”; uma temática dita igualitária, numa tentativa de controle pulsional, entre outros.

De maneira geral, após avançar nas pesquisas sobre o que observou manter-se constante em algumas situações grupais, Kaës questiona a respeito da relação entre a aliança inconsciente e o inconsciente considerado, neste momento, como tópico ou sistemático, buscando compreender o papel dessa relação nos processos de formação do próprio inconsciente. Kaës precisa, portanto, definir o inconsciente dentro de sua lógica, para construir sua cara teoria. E assim ele o faz:

“É dentro deste quadro que sustentei que o inconsciente de cada sujeito porta traços, dentro de sua estrutura e de seus conteúdos, do inconsciente de um outro, de mais de um outro. Eu adotei como corolário desta proposição que o inconsciente se inscreve e produz seus efeitos em diversos espaços psíquicos, em diversos registros e em diversas linguagens, dentro de cada sujeito e seus vínculos.”  
(Kaës, 2009, p.34)

É a partir desta colocação de grande importância metodológica que desenvolvemos nosso estudo das alianças inconscientes, sempre entendendo o inconsciente com base nesta perspectiva, a de uma constante construção intersubjetiva. Kaës afirma ainda que as alianças inconscientes se inscrevem em dois espaços psíquicos: no inconsciente do sujeito e no vínculo com um outro ou mais de um outro. Estamos apontando para uma perspectiva tópica, em virtude da necessidade de se pensar uma passagem possível entre a realidade psíquica individual e aquela que garante a consistência dos vínculos. Como Kaës insiste em vários momentos, busca-se uma relação fundamental que visa compreender a transmissão da vida e da morte psíquica entre as gerações, exatamente o ponto de interesse e apoio deste trabalho.

Encontramos a definição de Kaës no livro “As alianças inconscientes” (2011), que parece introduzir de forma bastante clara seu ponto de vista.



“Eu propus chamar de ‘alianças inconscientes’ as formações psíquicas comuns e partilhadas que se formam na conjunção das relações inconscientes que ligam os sujeitos do vínculo entre eles e com o conjunto ao qual eles estão ligados e são parte envolvida e constituinte. Uma de suas características gerais é assegurar por uma ação comum um interesse comum e alcançar, por este meio, um objetivo preciso que não poderá ser alcançado por cada sujeito considerado isoladamente. Nós diremos então que a aliança é um processo e um meio de cumprimento de objetivos inconscientes. (Kaës, 2009, p.35)

Entendemos, assim, que as alianças exigem reciprocidade e uma composição de investimentos narcísicos e objetivos, tais como o de constituir uma comunidade de mecanismos de defesa para tratar de diversas modalidades do negativo na vida psíquica individual e coletiva. Para Kaës, grande parte das alianças são formadas, principalmente, para tratar dessa questão. Outra proposição importante é a de que as alianças inconscientes são concluídas por diferentes modos de produção inconscientes. As alianças são inconscientes na medida em que estão sujeitas aos mesmos processos de constituição desse inconsciente, sendo formadas conforme o efeito das grandes operações de defesa: através do recalque, em sua forma originária e secundária; e da negação, rejeição ou recusa, e forclusão.

Segundo Freud, o recalque estaria na origem da constituição do inconsciente, em uma tentativa de solução de conflitos (Freud, 1926). Este processo é responsável por todas as produções psíquicas fundamentais, tais como as pulsões, conservação de traços mnésicos, identificações, ou seja, pelas formações intrapsíquicas. Kaës supõe que tais qualidades se aplicam igualmente às formações psíquicas comuns a vários sujeitos e retoma as duas demandas que efetuam o recalque: do eu e da vida comum. A primeira corresponde a uma necessidade do eu de lidar com representações intoleráveis, como o excesso de prazer, desprazer e transbordamento pulsional. Tal mecanismo está vinculado a uma defesa de tipo intrapsíquica, na qual o eu da segunda tópica expulsa e mantém no inconsciente as representações ligadas às representações inaceitáveis. Estas representações inaceitáveis, por sua vez, são atraídas ao inconsciente por meio do recalque originário.

A segunda demanda se refere às exigências que a vida comum impõe, pois fundaria a subjetividade e os espaços intersubjetivos. Ela se caracteriza pela necessidade de que o recalque constitua uma aliança com um outro, diferentemente da primeira exigência, que pressupõe um espaço meramente interno. Pensamos, portanto, no

recalque que se inscreve dentro do vínculo entre mãe e bebê, ela como um agente da função co-recalcante, juntamente da presença do terceiro paterno. Desta segunda exigência, formam-se as instâncias psíquicas superiores, o supereu e os ideais. O encontro entre essas duas demandas organizará o espaço psíquico e também o vínculo intersubjetivo.

Também podemos encontrar outras operações responsáveis pela formação das alianças inconscientes, relativas a outro mecanismo de defesa também constituinte do inconsciente, para além do recalque. Estamos tratando agora dos mecanismos referentes ao negativo, tema que merecerá maior atenção em um capítulo específico deste trabalho. Vamos nos ater aqui estritamente ao que Kaës traz a respeito desse conceito e sua importância na constituição das alianças inconscientes. O autor resgata em Freud o sentido da *Verleugnung*, referente à recusa da percepção de um fato que é imposto pelo mundo externo e é percebido como perigoso para o sujeito. A negação ou recusa estariam na origem dos processos de organização inconscientes extra-tópicos: exclusão, depósitos e criptas. Segundo Kaës, a negação estaria mais relacionada a uma interpretação desta percepção diante da ameaça de castração pelo pai, levando a uma construção imaginária que substitui tal interpretação/percepção por uma fantasia ou fetiche que, por consequência, a reconstruiria. Diante de tal angústia, o eu realiza uma clivagem que nega a percepção perigosa e a faz sempre presente.

Desta forma, estaríamos diante do paradoxo de que tal percepção insustentável e a sua realidade inadmissível estariam negadas e, ao mesmo tempo, afirmadas, pois seu substituto marca sua existência. Esta defesa repousa sobre um conflito tópico entre as instâncias superiores: o eu e o isso. Estaríamos tratando, portanto, de mecanismos de defesa prevalentes em casos extremos, na perversão, por exemplo. A negação, porém, não estaria presente somente em casos patológicos, pois também poderíamos observar tais defesas em sujeitos que a utilizam para lidar com situações catastróficas. Kaës chama tal forma de utilização desta defesa de “uso funcional”. Já a rejeição ou forclusão, estaria ligada ao outro conceito freudiano, a *Verwerfung*, que seria a expulsão de conteúdos psíquicos para fora do psiquismo do sujeito. Tal processo é trazido por Ferenczi em referência ao conceito de projeção. De qualquer forma, tais processos se colocam como uma tentativa de conservar os espaços psíquicos e os vínculos intersubjetivos.

Kaës afirma que, de maneira específica, tais operações que estão para além do recalque organizam a matéria fundamental de alianças em sua vertente de tipo negativa,

de pactos perversos ou alianças denegadoras fundadas sobre alucinação. Tais alianças seriam patológicas e alienantes. O autor também afirma que as alianças inconscientes são, de maneira geral, uma combinação dessas diferentes composições. Teríamos, por exemplo, um mecanismo de negação que serviria para manter um recalque, sendo os dois processos necessários à manutenção de um determinado vínculo. Desta forma, ambos são efetuados conjuntamente por uns e por outros, ou somente por uns, mas com o acordo de outros, dentro do mesmo sentido e pelo benefício destes. O recalque, a negação ou a forclusão são exigidos de cada sujeito para servir aos seus próprios interesses e aos do conjunto ao qual ele está vinculado.

Esta colocação elucida um pouco a questão proposta no início deste capítulo, que está inserida no objeto de estudo da presente pesquisa. Parece que Kaës sustenta que o negativo seria inerente ao vínculo, apesar de apontar também para uma perspectiva patológica do mesmo conceito. Kaës busca basicamente compreender sobre efeito de quais necessidades psíquicas torna-se indispensável que percepções, representações, movimentos pulsionais e até afeitos sejam negados, recalcados, reprimidos, rejeitados, abolidos, depositados, expulsos ou suprimidos pelos sujeitos do vínculo. Interrogamo-nos também a que preço, em busca de que benefício e de acordo com quais garantias. De acordo com Kaës, a importância das alianças inconscientes está para além das formações tópicas, estando na base da constituição psíquica tanto individual como do grupo. Isto nos daria a noção do quanto estamos mobilizados a pensar no inconsciente em constante formação, não como algo dado, formado. Tal percepção é fundamental para a compreensão da teoria da transmissão psíquica inconsciente, conforme a afirmação de Kaës: “Sustentar que as alianças inconscientes criam o inconsciente, é optar por uma concepção de um psiquismo aberto ao inconsciente do outro, de mais de um outro”. (Kaës, 2009, p.42).

Kaës parte desta premissa para discutir os espaços psíquicos presentes entre os sujeitos e como as formações recalçadas e não recalçadas retornam aos sujeitos do vínculo. Para o autor, a aliança inconsciente é um conceito importante por permitir uma análise mais minuciosa das diferenças entre o representável e o não-representável. Kaës se baseia, portanto, na hipótese de que os espaços intersubjetivos são extra-tópicos e que nesses espaços estão contidas formações por vezes irrepresentáveis para o sujeito e, por isso, as alianças seriam requeridas a serem formadas.

A partir dessa percepção, Kaës propôs a divisão didática das alianças de acordo com critérios como: modalidades de produção inconsciente utilizadas pelas alianças;

processos que elas colocam em uso; suas estruturas; conteúdos; funções psíquicas que mobilizam e os objetivos que realizam. Com base nessa classificação, Kaës nomeou os principais tipos de alianças inconscientes: alianças estruturantes primárias, alianças estruturantes secundárias, alianças inconscientes metadefensivas e alianças ofensivas. As duas primeiras são estruturantes e se encontram na base da constituição do psiquismo e, por isso, serão aqui priorizadas. As alianças metadefensivas compreendem os pactos denegativos, os quais já foram citados. Já as alianças ofensivas, são fundadas em função de uma necessidade de ataque, como de bandos, facções e psicopatias. Estas duas últimas alianças não serão discutidas aqui.

Uma aliança é considerada estruturante por agenciar, diferenciar e constituir a matriz psíquica, a realidade psíquica resultante tanto no espaço interno quanto intersubjetivo. Elas estruturam o espaço psíquico do sujeito e seus vínculos. As alianças estruturantes consideradas primárias estão na base de qualquer vínculo, entre mãe e bebê, entre casais, entre gerações e no espaço grupal. Estas constituirão o vínculo que funda a vida psíquica na intersubjetividade, na separação dos corpos, nas trocas fantasmáticas e na linguagem. Kaës utiliza a metáfora do cordão umbilical, que no momento de sua ruptura, abre espaço para que uma ligação de outra natureza se efetue e ocorre o nascimento de uma vida psíquica. São alianças concluídas pela realização de desejos que não poderiam ser satisfeitos sem um outro e sem o interesse que este teria em entrar em tais alianças, em realizar seus próprios desejos. Nas palavras de Kaës, “Elas (as alianças) só são possíveis se algo da ordem do negativo estiver em processo. Elas requerem de cada um de seus participantes que se recalque ou se rejeite o que estiver colocado como perigoso para si e para o vínculo com o outro.” (Kaës, 2009, p. 55).

Esta colocação nos é muito cara, pois entendemos que o autor defende a ideia fundamental de que ao entrar numa aliança inconsciente deste tipo, algo está sendo almejado e algo está sendo também, automaticamente, perdido. Podemos nos remeter à situação de desamparo ao qual viemos ao mundo, tão bem sublinhada por Freud. Não acreditamos se tratar de uma escolha, nem de uma condenação, mas de algo constitutivo, sem o qual não nos seria possível um psiquismo tal como conhecemos. Se compreendemos bem Kaës, podemos dizer que da mesma forma que o inconsciente de cada um é fundado através de um recalque instaurador, a aliança inconsciente também estaria na esteira desse processo. A aliança inconsciente estruturante primária poderia, portanto, ser indicada como aquela responsável pela formação psíquica do bebê e,

consequentemente, constituidora do vínculo intersubjetivo em si. Essas alianças são também chamadas de “alianças de base”, e se sustentam na relação entre mãe e bebê, num vínculo extremamente intenso e conflituoso. Elas são subdivididas por Kaës da seguinte forma: “alianças de sintonia primária, alianças de prazer/desprazer partilhado e de ilusão criadora, alianças de amor e ódio e os contratos narcísicos”.

As alianças de sintonia primária são as referidas na relação entre mãe e bebê. Kaës coloca aqui a questão do desamparo, bastante discutida desde sua aparição nos primeiros textos freudianos. A prematuração biológica do recém-nascido aponta para a necessidade de investimento e proteção por parte de um adulto, formando um tecido relacional entre o bebê, a mãe e o conjunto no qual eles se encontram inseridos. Este vínculo provisoriamente simbiótico possibilita a transmissão de experiências sensório-motoras, ecopraxias e ecolalias, emoções e os primeiros significantes sobre os quais se apoiarão pulsões e as estruturas cognitivas, a capacidade de sonhar e de adquirir para-excitações. É importante colocar aqui também que, segundo Kaës, “Através desse vínculo se constitui a matriz dos interditos e dos recalques, em outros casos, a matriz da negação e da rejeição, uma e outra contribuem à estruturação do inconsciente do bebê.” (Kaës, 2009, p.45).

Entendemos, portanto, que a comunicação entre inconsciente da mãe e psiquismo do bebê é estruturante e colocará o bebê em um circuito pulsional, o qual constituirá seu próprio espaço interno. Esse tipo de aliança é por definição assimétrica, sendo a mãe uma possível detentora do processo de recalque. Não nos parece estranha essa ideia proposta por Kaës, pois nos remontamos ao “Projeto para uma Psicologia científica”, de Freud (1895), em que aponta a necessidade de uma ação específica por parte de um outro sujeito para que se constitua o circuito pulsional e a experiência de desejo do bebê. Este circuito pulsional estruturado através de um adulto poderia ser entendido como uma base para o que Kaës denomina aliança estruturante de sintonia primária, apesar de o autor não citar tal aproximação.

O segundo tipo de aliança estruturante primária é o de prazer-desprazer partilhado e ilusão criadora, o qual se difere do primeiro por incluir a presença paterna. Este tipo de aliança se funda na experiência de ser um bebê suficientemente bom, capaz de ser reconhecido como tal pelo pai. Tal aliança se torna possível a partir de processos respaldados por investimentos pulsionais temperados com boa sintonia fantasmática e onírica, ou seja, com uma capacidade de sonhar em conjunto. Trata-se de uma aliança que possibilita tanto para a criança quanto para os pais e a família o estabelecimento de

um laço de confiança, se consiga a realização de desejos por meio do vínculo. Este tipo de aliança e as experiências que ela sustenta atuam como pano de fundo para uma reflexão acerca das identificações primárias, pois asseguram uma continuidade dos investimentos narcísicos que se colocam entre os sonhos e desejos irrealizados dos pais e a sua “majestade”, o bebê. (Freud, 1914).

O terceiro tipo de aliança estruturante abrange as alianças narcísicas, de amor e de ódio. Kaës pouco fala a respeito desse tipo de aliança, mas explica que esta condensaria e combinaria os efeitos das principais pulsões e seus correlatos de objeto. Seriam, portanto, alianças nas quais prevaleceriam o narcisismo em sua dupla polaridade, de vida e de morte. Cada aliança conteria em sua formação o objetivo de evitar tanto o amor quanto o ódio, dependendo do que estaria ameaçando a estrutura narcísica em questão. O último tipo de aliança estruturante primária é o contrato narcísico, e sua especificidade será discutida num capítulo próprio, por ser um tema bastante importante para a questão deste trabalho.

## **2. A questão do negativo**

Após nos debruçarmos no desenvolvimento teórico a respeito da transmissão psíquica e das alianças inconscientes, entraremos na questão do negativo para melhor nos guiar em direção à questão de pesquisa. Parece-nos claro que este conceito, apesar da complexidade evidente, apresenta uma riqueza em termos teóricos e práticos muito interessante para o presente estudo. Inicialmente, a variedade de interpretações na psicanálise poderia nos confundir, sobretudo em virtude da dificuldade de observação clínica de tal conceito, sempre ligado a patologias eminentemente graves. Estas patologias, entretanto, facilitariam uma melhor visualização do que poderia se chamar de negativo, embora em muitos momentos aparente permanecer ainda num campo de elucubração analítica.

Por outro lado, se nos propomos aqui a desvendar os meandros da transmissão psíquica, ao ponto de sustentarmos a possível presença inerente a este processo da pulsão de morte e da compulsão à repetição, a categoria do negativo precisa estar minimamente clara em nosso percurso. Mesmo que seja preciso desviar nosso caminho em alguns momentos, guiados por patologias advindas de experiências clínicas, nosso intuito será sempre descobrir o que de constitutivo ali se apresenta. Utilizaremos, então, André Green por ser considerado uma forte referência no campo psicanalítico no que diz respeito à questão do negativo. A partir de sua elaboração teórica do “trabalho do negativo” nos textos de Freud, buscaremos compreender de que forma este conceito ganhou relevância e como poderemos utilizá-lo em nosso percurso.

Não podemos ter aqui a pretensão de colocar como resolvida a questão do negativo na teoria psicanalítica, muito menos ter como compreendido tal conceito tão complexo. Nosso objetivo é basear em algo que nos pareça bem estruturado o suficiente para então, partir em direção aos possíveis campos de investigação da pesquisa. É assim que percebemos a obra de André Green, um alicerce ou talvez um chão no qual podemos nos apoiar para que tenhamos um terreno, com alguma clareza, suficiente para que prosseguir com alguma segurança sobre o que estamos discutindo.

Logo em seguida, entraremos no ponto do qual talvez tenhamos partido desde o início: as proposições a respeito da transmissão do negativo trazidas por Kaës, um tanto enigmáticas, mas pertinentes. Nós compreendemos que tais proposições são consequências dos estudos do autor a respeito da transmissão e das categorias de comunicação entre inconscientes. Percebemos que em alguns momentos poderíamos interpretar que Kaës restringe o estudo do negativo na transmissão ao patológico da clínica. Em outras observações, no entanto, o autor parece apontar para algo que diria

respeito a todas as alianças entre inconscientes, o que podemos denominar de “*transmissão do negativo constituinte*” e estaria para além do sentido patológico. Apesar não encontrarmos uma posição eminentemente clara de Kaës a esse respeito, acreditamos ser possível seguir esta via, apenas esboçada, mesmo que ainda não claramente desenvolvida. Assim, nos ateremos ao que for possível apreender de Kaës e de seus seguidores. Mesmo que pareça pouco a princípio, as colocações servem como guia, não em direção às respostas, mas aos possíveis caminhos de entendimento das questões aqui levantadas.

## **2.1. O trabalho do negativo segundo André Green**

Vamos entrar agora num tema que tange de forma mais direta nossa questão de pesquisa, a questão do negativo e sua importância na constituição do psiquismo. Abordaremos o trabalho de André Green por ele ser considerado um dos principais teóricos que contribuíram com o desenvolvimento do tema. Vamos nos basear aqui na discussão acerca do trabalho do negativo trazida no livro de mesmo título, do ano de 2010. Este livro é um apanhado de textos do autor que nos parece ser o mais abrangente e condizente com o objetivo do presente estudo.

Percebemos este tema como um desafio, pois suspeitamos haver algumas divergências quanto à aceitação deste construto na teoria psicanalítica, mesmo tendo sido elaborado por Freud em textos de tamanha importância para a psicanálise. Green questiona logo de início a respeito desta dificuldade dizendo encontrar na psicanálise uma referência muito mais clara ao ângulo da positividade, sempre privilegiado segundo o autor, do que da negatividade. Apesar disso, o autor acredita que a psicanálise seja a única disciplina capaz de reconhecer e enriquecer a questão do negativo por apontar a opacidade insuperável e irreduzível do que se apresenta no psiquismo do outro. Encontramos, portanto, uma primeira referência ao que o autor chama de negativo:

"Utilizo aqui a referência do negativo para designar aquilo que, na teoria, visa comumente no sentido latente, em oposição ao sentido manifesto, que identifico com a positividade - esta última contendo, em todos os sentidos do termo, a negatividade". (Green, 2010, p.30)



Estamos diante de uma visão do negativo relativamente abrangente, que nos coloca diante da oposição e complementaridade entre positivo e negativo. Para Green, a questão do negativo está implicada, principalmente, no aspecto intersubjetivo, pois a presença de uma outra subjetividade traz a ausência de controle, onde o encontro com este outro implica em deparar-se com a contradição. Green afirma ainda que a riqueza de tal construto ajuda muito a psicanálise na articulação conceitual, por aumentar o poder explicativo da própria teoria. A polissemia desta disciplina traria algumas possibilidades de mau entendimento do conceito, as quais o autor discerne quatro principais formas. O primeiro sentido se faz em oposição ao positivo, referindo-se a um antagonismo; o segundo, em extensão ao primeiro, se apresenta como uma inversão, uma equivalência ao positivo, mas em seu inverso; já o terceiro sentido se refere a uma ausência ou latência, não estando presente conscientemente; o quarto sentido seria o “nada”, sem relação de oposição ou inverso pelo simples fato de não ser.

O negativo se coloca para o autor como algo da ordem do constitutivo. Conforme resgata do pensamento de Freud, seria impossível incluir no campo da consciência todo o fluxo de acontecimentos da vida, nos obrigando a reter apenas uma parte. Assim, para Green, o negativo se refere simplesmente ao que não está presente na consciência, existindo somente no estado de virtualidade. Ele acredita que o terceiro sentido colocado acima, está mais próximo do que Freud nos ensina, pois desde seus primeiros escritos, o que está latente é algo que não pode estar presente e precisou ter sido esquecido, como se nunca tivesse existido. Ainda seria possível pensarmos se esses quatro sentidos não seriam formas diferentes do negativo aparecer na consciência, sendo este sempre advindo do inconsciente. Green sustenta que a negatividade refere-se a tudo o que é da ordem de uma “atividade psíquica que não a da consciência, mas que age em dupla com ela” (Green, 2010, p.32), numa relação de força e conflito.

Green não se propõe a discutir os aspectos linguísticos do termo, mas chama atenção para o uso muitas vezes comum do termo “forclusão” em relação ao mesmo construto. Ele se refere a autores como Damourette e Pichon, afirmando eles terem de fato sido os precursores do conceito, diferentemente de Lacan, como muitos dizem. Os dois autores mostram que o termo significaria uma exclusão ou aniquilação de qualquer conteúdo. Tal palavra foi retirada do vocabulário do campo jurídico que define o termo como uma perda de um direito por ausência de exercício deste dentro de algum prazo, designando, de fato, uma exclusão. Para tratar desta questão, Green remete-se ao texto de Freud em que analisa o caso do Homem dos Lobos. Neste texto a negação é uma não

aceitação de uma percepção, pois tal representação não encontra lugar no psiquismo, não entrando no sistema de simbolização e excluindo-se do psiquismo, inclusive do inconsciente. É a partir da negação de uma representação que Freud chega à categoria do negativo. Entretanto, simplesmente lidar com o negativo a partir do que é excluído não satisfaz Green, levando-o a recorrer ao linguista que, segundo ele, melhor analisa o termo: Culioli (1988). Segundo este linguista, não existiria uma língua natural que possuía um operador negativo puro, não sendo possível, portanto, encontrar um marcador único referente a esta operação. Este pensamento parece próximo ao que Green sustenta, sobre uma única origem inconsciente, mas algumas formas de visualização no consciente, conforme abordamos anteriormente.

Segundo Culioli, teríamos duas conclusões fundamentais decorrentes deste pensamento: duas categorias do negativo, uma relativa ao mau, inadequado, desfavorável, ao que deve ser descartado; e a outra que comportaria o vazio, hiato ou ausência. Tais conclusões estariam próximas às categorias encontradas no texto freudiano da *Negativa* (1925), o juízo de atribuição e o juízo de existência. Desta forma, enquanto a questão do juízo de atribuição estaria relacionada a uma valoração subjetiva, o juízo de existência teria algo a ver com uma localização espaço-temporal, contendo objetivo e determinação. De acordo com Culioli, essa questão espaço-temporal seria uma negação mais primitiva e, ao se desenvolver, daria origem às negações que seriam construídas. Para Green, todavia, não existiria uma negação antes de um domínio emocional, fora de um conjunto de relações, diferenciando-se de Culioli que se mantém dentro da questão representacional. No entanto, os dois autores estão em consonância quanto à alteridade constitutiva. Existiria primeiro um reconhecimento da alteridade para uma posterior negação dela. Ambos, portanto, a percebem como fundamental. Compartilhamos dessa percepção, afinal ao negar a existência, pressupõe-se que esta esteve ali uma vez.

Estamos diante, portanto, de um traço histórico do processo de linguagem calcado na alteridade. Culioli afirma que a negação é algo que permite a viabilização das representações. Green trata esta colocação como relativa à questão do que constitui primariamente o psiquismo, como se percebe na citação que tira de um questionamento de Culioli: “E o que seria a linguagem sem os circunlóquios e os jogos que só a negação permite através de entrelaçamentos de marcadores e de operações?” (Culioli, 1988, p. 38). Green buscará possíveis sentidos do negativo, pois tais variações seriam referentes às possibilidades de se representar os conteúdos inconscientemente, como o recalque, a

rejeição (forclusão), negação e recusa (desmentida). Neste sentido, em virtude desta variedade de situações, Green propõe tratar este campo das representações inconscientes de uma forma mais ampliada, definindo-o como o campo do “trabalho do negativo”.

Esta questão do trabalho do negativo teria surgido nas indagações mais primitivas da psicanálise, quando Freud percebia a existência de conteúdos que, mesmo ausentes em sentido estrito, persistiam em outro lugar, em outro registro. Green aponta também para a necessidade de alguns autores posteriores terem tratado de tal questão de modo mais extremo, como Laplanche e o conceito de rejeição, e Lacan com a forclusão, já citada anteriormente. Green acredita que tais mecanismos descritos por esses autores seriam formas do negativo em sua vertente mais radical, não sendo simplesmente relativos às representações excluídas da consciência.

Entramos no ramo das psicoses e dos estados-limite, onde a clínica psicanalítica encontrava suas dificuldades e necessidades de rearranjo. A questão em foco aqui nos parece caminhar na direção do estudo de defesas mais ou menos radicais, ou mutilantes, em que o negativo se colocaria desde sua forma mais comum, neurótica (o recalque), até sua forma mais extrema, psicótica (a rejeição ou forclusão). Em qualquer situação ainda estaríamos, portanto, diante da presença do trabalho do negativo. Outro mecanismo, no entanto, levaria Freud a questionar o campo das defesas ao nível da negatividade, a clivagem. Esta ainda reforçaria nossa colocação acima, pois estaria presente em casos graves e também considerados normais, como vemos na citação de Green, a seguir: “A forma da negação identificada na clivagem aparecia no interior de um psiquismo que, à parte do sintoma, era considerado como inteiramente normal, sobretudo do ângulo da razão” (Green, 2010, p.39). Este trecho se refere aos famosos, e muito discutidos ultimamente, casos-limite, nos quais, embora haja uma aparente normalidade, é eminente a ameaça de um rompimento com a realidade. É a partir de estudos mais minuciosos a respeito desses casos e de suas especificidades, que várias questões a respeito da constituição psíquica de forma geral serão formuladas.

Green somente cita esta outra forma de operação do trabalho do negativo, o que leva a um ponto conclusivo do texto “A negativa” (1925) de Freud, mais especificamente ao final dele, onde a questão do juízo de atribuição, referido anteriormente, está ligada à questão do conflito entre as pulsões de vida e de morte. Green trata aqui de uma “negação simbólica”, que seria necessária para o estabelecimento de julgamentos por ser uma alternativa à operação do recalque, ou seja, das atividades do princípio do prazer. Esta negação simbólica leva o autor à conclusão

freudiana do final desse texto, onde trata a negação como uma operação de linguagem. Desse modo, Green revê sua definição a respeito do trabalho do negativo.

Incluir a negação na linguagem faz Green levar em consideração uma “negação linguística” que seria parte integrante de defesas psíquicas muito parecidas em estrutura com defesas pertencentes a um psiquismo ainda não ligado à linguagem. O autor trata aqui de uma linguística do negativo inconsciente, incluindo, portanto, o “não” dentro de uma instância que antes se pensava não haver. Green propõe pensarmos se realmente não haveria o “não” no inconsciente, ou se estaríamos diante de um substituto dessa negação, não negativizado, que ocultaria a questão do negativo no inconsciente. Assim, a inexistência de um “não” nesta instância não significaria que nela observaríamos uma ausência total do negativo. Parece-nos complicada esta hipótese freudiana compreendida por Green, principalmente por nos apontar na direção de uma análise mais filosófica do negativo.

Green faz ainda referência a uma negação que seria relativa a uma inibição do princípio do prazer, num caráter eminentemente pulsional, referente à compulsão à repetição, situando-se fora das vias defensivas que tratamos aqui. Chegamos, então, ao conflito entre Eros e pulsão de destruição, como nomeia Green. Desta forma, ele afirma que:

“Neste último caso, a negatificação estaria ligada ao funcionamento intrínseco à vida pulsional no antagonismo à oposição das duas espécies de pulsões. Será que se chegaria a pensar, como Freud dá a entender, que um fator de natureza misteriosa poderia ter uma ação refreadora – portanto negativante – afetando cada um dos grupos (pulsionais)?” (Green, 2010, p.40).

Segundo Green, estaríamos diante, portanto, de uma função inibidora do negativo, importante e constituinte do psiquismo. Para o autor, Freud estaria realmente longe de uma visão da pulsão como pura positividade, sendo constantemente necessária a presença de uma intervenção de caráter limitador no psiquismo. Desta forma, Green aponta para a possibilidade de tratar a questão do negativo como uma potencialidade do psiquismo e da própria psicanálise. Ele se propõe então a investigar os traços mais claros da presença do trabalho do negativo, sua hipótese principal, ao longo da teoria freudiana. Nós buscaremos acompanhar Green, de forma a reconhecer as principais

nuances, tanto nos textos de Freud como nas interpretações do autor, que nos possibilitem compreender a questão do negativo na constituição psíquica.

Conforme Green, ao apontar para uma dimensão “in-consciente”, ou seja, “não consciente”, Freud pontua a questão do negativo, que é endossada com a afirmação de que o inconsciente existe e muitas vezes domina o consciente. Tal dedução levaria à questão do recalque e teríamos, então, a vertente inicial do trabalho do negativo, já elucidada aqui. O primeiro exemplo é observado por Green no trabalho do sonho, porque teríamos o inconsciente atuando no momento de suspensão parcial da censura do estado de vigília. O trabalho do luto é outro exemplo colocado por Green. O primeiro se dá na ausência da consciência, já o segundo, na perda do objeto, mas na presença da consciência. Sobre a questão do sonho e do sono, Green afirma: “Na verdade, o sono é um estado positivo, enquanto a ausência de consciência é que faz o papel do negativo” (Green, 2010, p. 66). Entendemos, portanto, que o sonho seria a manifestação do trabalho psíquico na negatividade, o qual é impulsionado pela realização de desejos que não encontram tal possibilidade na vigília consciente. O que fica mais explícito no trabalho do sonho, entretanto, é a questão da fantasia inconsciente, uma atenuadora da falta implicada na realização de desejos. Segundo Green, portanto, o trabalho do negativo no sonho seria a ocultação da negatividade, da falta implícita a que nos remeteria a fantasia inconsciente.

Este trabalho do negativo constituinte do psiquismo aparece nas análises de Green sobre a teoria freudiana e ele nos prova isso várias vezes ao longo de seu texto. Green levanta ainda a facilidade de encontrar o trabalho do negativo em textos ainda mais anteriores ao de 1900, como os que estudariam os lapsos, chistes e atos falhos. Para ele, o trabalho do negativo nestes processos aparece de forma quase que intuitiva e, portanto, não seria necessário tamanho dispêndio de energia para explicar suas idiossincrasias. Assim, Green se debruça diretamente no texto do “Luto e melancolia” de 1917, onde encontra de forma considerada por ele mais interessante o trabalho do negativo, pois neste, como vimos, diferentemente do sonho, a falta aparece de forma ainda mais explícita.

É importante, no entanto, salientar uma diferença: no luto o sujeito sabe o que perdeu e na melancolia, não. Na melancolia o mecanismo é peculiar, pois o eu se identifica com o objeto perdido, perdendo uma parte de si mesmo para que o objeto ocupe esse lugar. O negativo, portanto, será o que atingirá diretamente o eu, tornando-se mais visível aos olhos do clínico. Segundo Green, estamos diante de um paradoxo, pois,

ao mesmo tempo em que se observa nitidamente essa negatividade pelo lado de fora, com atitudes e visões negativas de si mesmo, do lado de dentro a falta estaria negada pela presença maciça do objeto. Essa positividade, entendida através da presença objetal interna, oculta muitas vezes, para o sujeito, o aspecto negativo e sua vicissitude. O sujeito não sabe do que sofre e essa dor psíquica tão intensa parece não encontrar lugar. O amor é sacrificado e perde-se a capacidade de reconhecimento e consciência disso. Assim, estamos diante de um Freud que reconhece algo da ordem de uma inconsciência do próprio eu, instância muitas vezes ligada somente à consciência e à realidade.

A partir dessas e outras conclusões, Freud refaz sua teoria e introduz a segunda tópica. Percebeu-se que grande parte do eu seria inconsciente e, portanto, negativada, o que levou Freud a abordar o inconsciente novamente com um aspecto qualitativo, e não mais em termos de instância. O id é, então, o representante desse inconsciente radical, como verifica-se a seguir:

“A nova instância será privada de qualquer tipo de racionalidade. Será apenas daimônica. Essa é a razão de ser daquilo que recobre a teoria do id. E é por isso que o caráter radicalmente não-eu (id) – negativo do eu (visto da perspectiva que é a sua) – é, na verdade, o efeito de uma positivação radical: a pulsão. Outra maneira de dizer que o negativo (considerado do ponto de vista da pulsão) é condição primeira da elaboração psíquica.” (Green, 2010, p.69)

Entendemos essa passagem como uma tentativa de Green de aproximar a questão do negativo à pulsional. Assim, a pulsão seria como uma presença, uma busca por um objeto de satisfação. Paralelamente, a ausência desse objeto, em negativo, seria o elemento propulsor de toda elaboração do psiquismo, afinal, é a partir da falta objetal que a ação específica do outro é requisitada e o estado de desejo é instalado (Freud, 1895). Em “Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise” (1932-1936), Freud apresenta uma explicação semelhante e complementar a de Green sobre o id sendo da ordem de um não-eu:

“(…) o pouco que sabemos dele (o id), nós aprendemos pelo trabalho do sonho e pela formação do sintoma neurótico, e a maior parte do que reconhecemos ter um caráter negativo, só pode ser descrita em oposição ao Eu” (Freud, 1932-1936, p. 102).

Ainda em relação à questão do desejo trazida acima, nos parece importante que esse desejo insatisfeito sempre em busca de satisfação seja um argumento decisivo para a existência de um trabalho do negativo, ou seja, um trabalho que se produz em decorrência de uma falta. Logo em seguida, Green explora esse aspecto, em busca da negatividade da pulsão, e chega à seguinte formulação:

“O desejo replica intrapsiquicamente a lembrança da atração da boca movida pela pulsão em direção ao objeto, inscrita na intersubjetividade e reativada de maneira intrapsíquica. Assim, deveria estar claro desde agora que as representações inconscientes, como expressão do trabalho do negativo (em relação à falta do objeto que garante a satisfação), já são o produto de uma negatificação da pulsão, pois ela encontra inicialmente apenas o vazio, antes de se transformar em movimento de desejo” (Green, 2010, p.71).

Estamos diante, portanto, de um negativo não só constituinte, como necessário ao movimento desejanste, vital para o psiquismo do sujeito. Aqui o negativo é identificado à ausência e parece ser inerente à realidade psíquica. Green também identifica o negativo à supressão ao sustentar a existência de uma necessidade de calar o movimento pulsional, ou seja, negativá-lo. A passagem de uma infância perverso-polimorfa para uma infância civilizada, em virtude de uma negatificação de pulsões eróticas desordenadas, por exemplo, levou Freud a afirmar que a neurose, em consequência desta passagem, seria o negativo da perversão.

Green alerta, entretanto, sobre as mudanças do negativo ao longo da teoria freudiana, sendo necessária uma nova interpretação cada vez que a questão aparece. Quando classifica a alucinação, por exemplo, o negativo seria um fracasso do teste de realidade, causando um “desbordamento das fronteiras da percepção” (Green, 2010, p. 71). Já para se referir à transferência, o negativo é trazido como algo que caracteriza sentimentos ruins em relação ao analista, sendo chamado de negativo por ser um obstáculo ao tratamento. Para Green, esta última forma de encontrarmos a questão do negativo foi a principal razão que levou Freud a pensar a pulsão de morte e a segunda tópica.

Outra maneira de refletir sobre o negativo na teoria freudiana é em relação ao texto de 1915, “A pulsão e seus destinos”, no qual é possível encontrar uma teoria em desenvolvimento mais sistemática da pulsão. Neste material, Freud traçou alguns destinos para a pulsão, mecanismos de defesa como a transformação em contrário e o

redirecionamento para o eu. Tais defesas foram indicadas por Freud como anteriores inclusive ao recalque, apontando para um negativo que se manifesta durante a luz do dia, de modo a transformar o positivo em negativo, ou o amor em ódio. É, no entanto, a partir da segunda tópica que Green encontra uma imposição da necessidade eminente de se pensar o trabalho do negativo em toda sua complexidade. Consideramos que na passagem a seguir o autor explica a mudança da primeira para a segunda tópica e como isso complexifica a questão do trabalho do negativo:

“Substituindo o inconsciente pelo id, fazendo desaparecer da definição deste último qualquer alusão à representação e ao conteúdo, despojando a maior parte do Eu da propriedade da consciência e aplicando o mesmo tratamento ao supereu, o campo do trabalho do negativo se estende; suas modalidades se tornam mais complexas e suas formas de expressão, mais variadas.” (Green, 2010, p. 73).

Como vimos nesta passagem e anteriormente também, o trabalho do negativo não será mais o negativo da consciência somente, pois no centro da teoria não temos mais o inconsciente, mas a pulsão. A concepção da existência da pulsão, agora dividida entre vida e morte, torna possível a ideia de concebermos uma negação no inconsciente. Segundo Green, a pulsão de morte está tanto na base do aparelho psíquico, através das moções destrutivas, quanto no pico, por meio do masoquismo moral. O caráter negativo da pulsão pode ser encontrado em dupla referência, como afirma Green, pois a partir do momento em que a satisfação é buscada através de trilhamentos já facilitados, porém não é encontrada, o caminho incentivado por esta ausência de satisfação (primeira negatividade) será a busca por satisfações substitutivas, em direção aos objetos. Ao mesmo tempo, essa busca determina uma necessidade de se restabelecer uma paz anterior, um imperativo de satisfação que se impõe ao psiquismo. Porém, este é um anseio nunca alcançado, pois tal objeto ideal não existe (segunda negatividade). Essa não satisfação, ou sua não imediaticidade, impõe ao dispositivo a redução do desprazer conseqüente. Uma das saídas indicadas por Green no psiquismo é a instituição de uma espécie de “segundo mundo exterior”, ou seja, uma realização alucinatória através da fantasia. O autor afirma que esta alternativa seria da ordem do negativo, como uma duplicação da experiência almejada conseqüente do processo de recalque ativado pela necessidade de se evitar o desprazer, numa “negatividade constituída”, segundo as palavras de Green. Evita-se, assim, a angústia ou o desamparo, resultantes de uma



desorganização que a imprevisibilidade por parte do objeto instauraria, ou melhor, sua perda sempre eminente.

Outra resposta possível do psiquismo é a idealização. “Nossa hipótese é a de que a idealização deveria ser considerada como um investimento pulsional negativado” (Green, 2010, p.84). Neste sentido, haveria na idealização um trabalho do negativo quando a satisfação da pulsão não é alcançada parcial ou completamente, gerando, ao invés de raiva, desprazer ou frustração, uma espécie de negação do ocorrido. Origina-se, assim, uma satisfação substitutiva que independe do objeto real. A idealização seria uma consequência de um processo específico do psiquismo.

Dessa forma, lidaremos aqui com os campos da identificação, colocados por Green como a única forma de haver uma aceitação da perda objetal, a qual estaria na base da gênese do psiquismo. A identificação, portanto, seria uma resposta às primeiras relações objetais variáveis e incontroláveis pelo sujeito, que são as relações com pais. Assim, Green aponta para dois vetores: um na direção do intrapsíquico para o intersubjetivo e o outro no sentido inverso. O primeiro vetor seria relativo à moção pulsional em direção ao objeto em busca de satisfação, já o segundo, de fora pra dentro, denuncia a insuficiência do primeiro em considerar a versão externa, sendo necessária uma interiorização para que alguma constância seja alcançada, uma identificação por exemplo. Green entende que o eu não pode correr o risco de perder o objeto de forma radical e, portanto, cria simulacros, marcas, que o mantém internamente. Com base nisso, conclui: “A identificação é, portanto, resposta da negatividade à alteridade, sendo esta a condição para pôr em movimento a negatividade, movida pela ilusão de sua não separação do objeto e da promessa de felicidade esperada de sua posse.” (Green, 2010, p. 79).

Pensamos nestas palavras de Green como mais uma proposição a respeito da constituição psíquica baseada na questão da negatividade, pois é preciso que haja uma ausência objetal. Esta parece ser inevitável para a constituição de uma negatividade que colocará o sujeito em movimento desejante, edificando ideais e mecanismos de defesa. Uma destituição da própria subjetividade necessária à constituição do psiquismo, como defende Green, seria uma identificação com uma representação inconsciente que substitui o objeto, não sendo mais necessária sua presença maciça. Aqui o autor apresenta uma questão de suma importância, a de se pensar o mecanismo de incorporação conforme N. Abraham e M. Torok, não só como referente às

representações, mas às pulsões, o que trataremos mais especificamente em outro capítulo.

A incorporação não cria no psiquismo uma representação do objeto, ela o fixa sem que haja consciência de separação, fazendo-o desaparecer em virtude de uma fusão com ele, de modo que eu e objeto tornam-se um só. Neste caso, a satisfação consome o objeto e, por isso, ele some, diferentemente da identificação que torna o objeto parte do eu, tendo também como objetivo restabelecer uma unidade, porém, de forma diferente, respeitando a distinção entre os dois e instaurando uma alteridade. Sobre isso, encontramos uma curiosa passagem no texto de Green: “Desde N. Abraham e M. Torok, que recordaram as ideias de Ferenczi, é necessário completar o mecanismo da incorporação do objeto com o da introjeção das pulsões no Eu. E é aí, de fato, que se desenrola verdadeiramente o trabalho do negativo.” (Green, 2010, p. 81).

Ele afirma que “introjeção das pulsões” seria algo da ordem de um “remanejamento tópico”, que ocorreria dentro do aparelho psíquico. Além de esta colocação nos parecer um tanto enigmática, Green não desenvolve sua ideia, nos estimulando a refletir sobre suas possíveis considerações. A partir das outras leituras envolvidas neste projeto, não nos é difícil pensar que existiria uma introjeção das pulsões, até mesmo em relação a um caráter eminentemente econômico. Green, entretanto, parece apontar para um mecanismo de incorporação que implica numa complementaridade a esta introjeção pulsional, como se ao incorporar o objeto e se fundir a ele o eu se apropriasse das pulsões implicadas no processo. O autor não esclarece, todavia, quais são as pulsões e se seriam pulsões do objeto ou do sujeito, nos levando a questionar se sua colocação possui caráter intrapsíquico ou intersubjetivo. Se pensarmos em relação a um raciocínio de vetores que é indicado por Green, a incorporação seria outra forma de inversão vetorial, na qual, ao invés de criar uma representação do objeto no psiquismo como na identificação, haveria uma fusão e um conseqüente retorno deste investimento pulsional no eu, agora eu e objeto ao mesmo tempo. Assim, compreenderíamos o que ele quis dizer com “remanejamento tópico”, pois o investimento não estaria direcionado à representação recalçada, mas a própria instância do eu. Talvez pudéssemos falar em termos de um narcisismo secundário, nos moldes de Freud, mas esta não é a direção que Green nos propõe a seguir.

Esse redirecionamento pulsional é interpretado por Green, desde sua leitura do texto de 1915 de Freud, a respeito dos destinos das pulsões, como defesas básicas do psiquismo, inclusive prévias ao recalque. Para o autor, a incorporação está na base das

identificações, existindo uma gradação quantitativa que definiria suas diferenças. Pensamos que existiria algo na identificação que busca uma anulação do objeto ao fundir-se com ele, mas sua alteridade se impõe, gerando uma representação que se coloca no psiquismo como algo que deve ser levado em consideração. Estaríamos diante, portanto, de uma compulsão do psiquismo à fusão característica da pulsão de morte? Sobre isso, Green afirma ser impossível tratar uma pulsão sem referência a outra, sendo este um dos pressupostos fundamentais pra se pensar a questão. O outro pressuposto seria reconhecer o caráter conceitual da pulsão de morte, nunca provável totalmente pelo campo da experiência, e a partir disso ele nos presenteia com uma importante colocação:

“Isso nos leva a afirmar que, mesmo que se apresentem as pulsões como entidades primeiras, fundamentais, isto é, originais, é preciso admitir que *o objeto é o revelador das pulsões*. Ele não as cria – e sem dúvida, pode-se dizer que ele é criado por elas, pelo menos em parte -, mas é condição para que tenham existência.” (Green, 2010, p. 99).

É muito útil para este trabalho abordar as pulsões de vida e de morte desse modo, pois algo do objeto é fundamental para que o dualismo se instaure no psiquismo. Green entende o dualismo freudiano da seguinte forma: pulsão de morte relacionada a desligamento e pulsão de vida relacionada a ligações, catexias. A partir dessa compreensão, o autor desenvolve sua própria interpretação e para ele, falar em desligamento e ligação é insuficiente, por isso questiona sobre a função dessas pulsões no psiquismo. Para ele, a respeito das pulsões de vida, sua função primordial será a função “objetalizante”. Esta função implicará não somente em relacionar-se com um objeto, mas também em transformar em objeto estruturas nas quais não estão necessariamente em questão, com o objetivo de manter um “investimento significativo”. O objeto primário possui papel decisivo, mas Green afirma categoricamente que “há sempre mais de um objeto”. A pulsão de morte, por consequência, possuiria a função “desobjetalizante” que, através do desligamento, atacaria todas as relações objetais, inclusive as do eu e os próprios investimentos implicados. Assim, a manifestação observada por Green relativa à pulsão de morte seria o “desinvestimento”.

Neste ponto o autor chega a nossa questão visceral. Ele traz a possibilidade de pensarmos em objetos primários, mas mantém uma posição confusa com relação ao lugar do pai neste processo, como vemos na passagem a seguir:

“Isso, no entanto, não autoriza a pensar que se possa atribuir ao segundo objeto (o pai no complexo edipiano) um papel secundário em qualquer dos sentidos desse termo. Nem tampouco que se possa considera-lo como um reflexo projetado do objeto primário. Esses comentários não são exteriores ao tema da discussão, na medida em que se busca demarcar as manifestações primárias da pulsão de morte e seu vínculo com o objeto (primário).” (Green, 2010, p. 100).

Apesar de não especificar do que se trata essa variedade de objetos no início da constituição do psiquismo, ele traz a possibilidade de pensarmos a dualidade presente no papel materno atribuído por Winnicott. A mãe que é suficientemente boa é também suficientemente má, e isso nos daria a sensação de lidar com um vínculo objetal carregado tanto de pulsão de vida, sexual, quanto de pulsão de morte. Essas observações, entretanto, não são claras, nem nas palavras de Green, nem na teoria de Winnicott. Talvez porque isso seja realmente um problema para os próprios autores em questão e, por consequência, para nós ao nos fazermos a pergunta desta pesquisa. Se a procura por uma definição da origem da pulsão de morte no psiquismo ocupa questionamentos de ordem constituinte, perguntamos se a pulsão de morte, assim como a pulsão de uma forma geral, segundo os pressupostos de Green, não teria também uma origem no outro, ou melhor, na intersubjetividade. De acordo com René Kaës, existe uma possibilidade de se pensar a origem da negatividade na intersubjetividade. É isso o que tentaremos compreender a seguir.

## **2.2. A transmissão-repetição**

Ao longo de nossos estudos em torno da transmissão psíquica geracional, chegamos a uma coleção de textos de Kaës, reunidos a partir de uma conferência em São Paulo, que exploram o campo do negativo da transmissão. Foi nesse livro, "Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade", publicação de

2011, que encontramos a proposição a respeito das duas vertentes da transmissão, positiva e negativa, como indicamos num momento anterior. Segundo a vertente positiva, o que se transmite veicularia a responsabilidade de manter continuidades narcísicas, vínculos, identificações, mecanismos de defesa. Entendemos a vertente positiva como todo o conteúdo que é passado para as gerações seguintes dentro das exigências vitais do vínculo.

Entretanto, a vertente negativa também seria parte do processo e será aqui priorizada por motivos óbvios. Neste sentido, poderemos compreender melhor de que forma a questão do trauma e do negativo contribui com a reflexão sobre a constituição do psiquismo na distinção entre transmissão-repetição e transmissão transicional, sugerida por René Kaës em 2005. O autor afirma que a transmissão-repetição é aquela que ocorre sem a transformação do que é transmitido de um sujeito a outro, ou seja, sem uma devida apropriação por parte do psiquismo. Ele trata tal transmissão como traumática, por não possuir uma elaboração simbólica do pré-consciente. Já no segundo caso, a transicionalidade propicia uma elaboração por parte do sujeito, através do brincar. Por meio de um trabalho clínico baseado neste preceito, o sujeito pode se apropriar de sua história, do conteúdo a ele transmitido, em uma dialética que possibilita e promove sua constituição.

Poderíamos dizer que a transmissão-repetição seria uma categoria da comunicação entre inconscientes inerente ao processo de constituição psíquica. Tal elaboração, introjeção ou apropriação, se apresenta de forma impossível num psiquismo em evidente desamparo. Já a transmissão transicional, caracterizaria um movimento a posteriori, no qual o eu já formado pode se apropriar simbolicamente do que lhe foi transmitido. Neste momento, o sujeito pode, de fato, através da fantasia ou das representações fantasmáticas, processar tais conteúdos. O que interessa aqui, entretanto, é como a transmissão-repetição pode se apresentar como uma vertente constitutiva do processo de transmissão psíquica, representando sua dimensão de negatividade. Em 1997, René Kaës aponta para tal característica dos objetos transmitidos:

“Acentuei, repetidas vezes, que uma propriedade notável destes objetos de transmissão é a de serem marcados pelo negativo. O que se transmite, seria então, preferencialmente, aquilo que não se contém, aquilo que não se retém, aquilo que não se lembra.” (Kaës, 1998 [1997], p.9)

Entendemos nesta colocação de Kaës que a necessidade de se transmitir implica em uma dimensão negativa, no sentido de algo não resolvido, não processado em parte ou inteiramente pela geração anterior. Esta elaboração do conceito foi desenvolvida por Kaës a partir do trabalho de autores essenciais para a teoria do trauma, como N. Abraham e M. Torok, que se baseiam na teoria de Ferenczi.

“Aquilo que se transmite são essencialmente configurações de objetos psíquicos, isto é, objetos munidos de seus vínculos com aqueles que precedem cada sujeito. Aquilo que se transmite e constitui a pré-história do sujeito, não apenas o que sustenta e garante, pelo positivo, as continuidades narcísicas e objetais, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, as formas e os processos de conservação e complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa neuróticos, identificações, pensamentos de certezas. Um aspecto notável dessas configurações de objetos de transmissão é que elas são marcadas pelo negativo. Aquilo que se transmite é o que não pôde ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória; para os quais um trabalho de luto não pôde ser realizado” (Kaës, 2011 [2005], p.128).

Entretanto, o que é da ordem do negativo se apresenta não só como constitutivo do processo, mas também como o imperativo da transmissão, ou seja, o que se impõe como necessidade de transmitir, como uma dívida não paga que exige uma solução. De acordo com Albert Ciccone: “O traumatismo é gerador de uma transmissão sem ou com pouca transformação” (Ciccone, 1998 [1997], p.183). Este autor coloca que esta transmissão do traumático, ou transmissão traumática, deve ser entendida segundo a definição freudiana de trauma como uma falência dos mecanismos de defesa do aparelho psíquico, os para-excitações. Ele propõe entendermos a transmissão como palavras brutas ou a brutalidade da ausência de palavras, e sustenta que sua traumaticidade é ainda maior do que o próprio evento traumático em si. O que fica claro é como o conceito de transmissão, com os avanços de sua teorização, aponta para uma dimensão dupla, em pólos que não se afastam, mas se interpõem. Outro autor que acredita em tal proposta é André Carel, que desenvolve sua teoria a respeito do conceito de transmissão inconsciente na estruturação do psiquismo, através do que Freud nomeou como Superego. Carel então afirma:

“Mesmo que, como penso, a transmissão sem transformação seja um conceito limite – pois cada psique e cada aparelho de interpretar é singular, em um contexto cada vez mais diferente – a ideia de uma dupla polaridade dá conta da heterogeneidade de graus de metabolização da herança, e sugere a metáfora de uma transmissão em mosaico.” (Carel, 1998 [1997], p.87)

Essa heterogeneidade do que é transmitido apareceu nas práticas clínicas com grupos, principalmente famílias, incitando questionamentos importantes tanto para a teoria do trauma quanto para a teoria dos vínculos inconscientes. A partir daí, o recalque não é mais o único mecanismo formador do inconsciente, mas também os processos de clivagem, a recusa, o desmentido. Como Kaës coloca:

“O objeto da pesquisa não é mais, apenas, a continuidade da vida psíquica, mas as rupturas, as falhas, os hiatos não pensados e impensáveis, o nivelamento dos objetos de pensamento, os efeitos da pulsão de morte.” (Kaës, 2011 [2005], p.129).

Kaës, já em 1993, apontava para uma “urgência” de transmitir, um “imperativo psíquico incoercível”, consequência de “exigências pulsionais inconscientes”, ou seja, algo que não pôde deixar de ser transmitido ao inconsciente seguinte como uma transmissão de coisa. O desenvolvimento do conceito de pulsão de morte na teoria psicanalítica trouxe grandes avanços no entendimento de casos em que a presença de uma não elaboração se coloca de forma veemente. Esta característica de incoercibilidade dos objetos de transmissão nos remete a própria conceituação da compulsão à repetição trazida por Freud em 1920.

“As manifestações de uma compulsão à repetição (que descrevemos como ocorrendo nas primeiras atividades da vida mental infantil, bem como entre os eventos do tratamento psicanalítico) apresentam em alto grau um caráter pulsional e, quando atuam em oposição ao princípio de prazer, dão a aparência de alguma força ‘demoníaca’ em ação.” (Freud, 1920, p.540).

A compulsão à repetição, mecanismo que funcionaria para além do princípio do prazer, é justamente o que trará luz aos processos de transmissão, mais especificamente ao que impulsionaria tal processo. Esta força demoníaca, como diz Freud, parece impor ao psiquismo um trabalho muito característico, uma transmissão de algo não simbolizado que exige uma solução. Apesar de Freud não estar se referindo aqui a

questão do negativo de forma clara, ele nos aponta para algo que não encontrou uma via de realização dentro do princípio do prazer. A partir disso, René Kaës compreende este imperativo de transmitir e, de alguma forma, inclui o que é transmitido dentro do princípio do prazer em algum momento da constituição do sujeito, como se o eu precisasse apropriar-se de tais objetos. Isso é o que falha na metabolização, ao mesmo tempo traumático e constitutivo:

“Na inscrição da transmissão no registro do negativo, na falha da metabolização psíquica e no fracasso do contrato que liga cada qual ao conjunto e o conjunto a cada qual, aparecem mais precisamente as condições necessárias para que o espaço psíquico possa se constituir e para que o processo de transmissão possa se efetuar” (Kaës, 2001 [1993], p.21).

Neste sentido, a transmissão constitui negativa e positivamente o psiquismo, trazendo ao sujeito a difícil tarefa de apropriar-se ou não de tais conteúdos. Tatiana Inglez-Mazzarella trata de tais conteúdos advindos da vertente negativa da transmissão como “restos”, sem modificação do psiquismo anterior, os quais se apresentarão à geração seguinte da mesma forma, insistindo numa tentativa de inscrição. Em muitos casos, como a autora conclui, tais conteúdos não serão conhecidos, mas estarão sempre a mandar notícias, pois continuarão a sua repetição por fora do princípio do prazer.

“Mas nossa pré-história nem sempre é passado, e a genealogia, às vezes, mistura os tempos e os espaços, engana-se de geração, repete-se, confunde os sujeitos. E alguns ancestrais, como se sabe, perturbam a vida de seus descendentes.” (Granjon, 2001, p.18)

Esta repetição do mesmo, característica desses processos de transmissão do negativo, traz a dimensão da alteridade, deste estranho que permanece no psiquismo do sujeito. “O duplo conjuga o ‘si mesmo’ e o outro” (Santos, 2002, p.90). Lúcia Grossi dos Santos, quando se refere a essa questão do duplo, trata principalmente de uma função de proteção do eu, narcísica, portanto, e da projeção que este engendra ao que lhe é estranho. Para a autora, a transmissão entre gerações é uma das formas de observar tal movimento, como vemos claramente na passagem a seguir:

“Ainda dentro da perspectiva do duplo, há o retorno constante do mesmo, que se encontra na repetição dos mesmos traços, dos



mesmos aspectos, dos mesmos destinos através de gerações.” (Santos, 2002, p.90).

Em 1920, a pulsão de morte é inserida na teoria psicanalítica e cria-se um novo dualismo pulsional, de modo que a própria definição de pulsão é reformulada. Para Freud, a morte não se encontra no final da vida, mas no início, como estado mais primitivo e originário, até que a vida perturbe este estado. Este estado originário, entretanto, não deixa de pertencer ao psiquismo, ao contrário, imprime marcas que são sempre retomadas, como a figura da inércia. Desse modo, esta seria uma pulsão por um retorno a um estado anterior, portanto, conservadora no sentido de busca dos mesmos caminhos do retorno. Para a autora supracitada, é muito clara a presença deste conservadorismo tanto na pulsão de vida, quanto na pulsão de morte, pois a pulsão de vida, sexual, repetiria o desempenho de preservação da vida, a reprodução.

“As pulsões sexuais podem ser chamadas legitimamente de pulsões de vida e serem opostas ao grupo das pulsões de morte. Porém, em todas as duas encontra-se o caráter conservador – a tendência a repetir, a retornar.” (Santos, 2002, p.112).

O que podemos tirar disso é o quanto este caráter conservador, de repetição, constitui o psiquismo e a transmissão inconsciente seria apenas mais um veículo desta constituição. Essa afirmação de Santos nos parece pouco estranha, já que Freud insistiu, em 1920, que a pulsão de morte é a pulsão por excelência, por possuir a característica universal do conservadorismo, o objetivo de retornar a um estado inicial mítico.

“No momento, porém, é tentador perseguir até sua conclusão lógica a hipótese de que todos os instintos tendem à restauração de um estado anterior de coisas.” (Freud, 1920, p.543).

Nesse sentido, também há a leitura de Garcia-Roza sobre este texto, entendendo a pulsão como uma forma de resistência à mudança, que induz a uma constante repetição, característica principal da pulsão. Assim, repete-se um estado arcaico inicial, o qual fatores externos teriam perturbado. O próprio circuito pulsional, em sua vertente sexual, aponta para uma repetição: sua fonte somática, sua direção ao objeto e seu retorno à fonte para que aí recomece, ou seja, um circuito que fecha em si mesmo. Um

estado inicial, porém, é apenas uma tentativa hipotética de raciocinar uma teoria. Ao recorrer aos mitos, Freud aponta para um desejo de entender as origens, tanto da subjetividade, como da cultura. Assim, teríamos no mito uma possibilidade de se pensar a questão da repetição, como nos indica Jô Gondar em 1995.

Segundo esta autora, uma diferença entre fundação e fundamento é essencial para compreendermos a questão da origem em Freud. A fundação seria relativa a um alicerce, algo imprescindível para o início da construção, referenciada ao recalque originário. Já o fundamento seria uma justificativa, um suporte em forma de objetivo, a pulsão. Para Jô Gondar, essa busca pelo primeiro momento mitológico não estaria relacionada a uma temporalidade lógica, em que o passado justifica o futuro. Ao contrário, seria neste sentido que a questão do *Nachträglich* obteria aplicação, pois somente *a posteriori* poderíamos conceber algo da ordem do início. A autora refere-se principalmente ao recalque originário e mostra a pertinência de sua constatação:

“O recalque originário não foi realizado de uma vez e desde sempre, mantendo-se a partir de então num presente eternizado. Ele é relançado constantemente, já que o passado é, na teoria freudiana, uma construção permanente – e inacabada.” (Gondar, 1995, p.76).

O mito do início, portanto, é aquele que acontece constantemente, pois sem ele o resto da história não pode existir. Desta forma, a autora conclui que “o começo, a origem, está perdido, mas retorna na repetição (já que a ontogênese repete a filogênese) para inscrever-se de novo.” (Gondar, 1995, p.78).

Pensamos então, junto com a autora, o quanto a questão da repetição permeia muito mais do que as proposições referentes à compulsão trazida em 1920. Poderíamos desta forma, conceber um tempo originário que se impõe repetidamente ao sujeito em sua constituição psíquica sempre em processo. Afinal, não é particularmente de pulsão que estamos falando? Falar em tempo mítico, originário e repetição da filogênese em ontogênese implica, necessariamente, em transmitir características aprendidas às gerações seguintes. Traços marcados no psiquismo, ou melhor, vivências do ego que se transformam em marcas no id, hereditário por definição em 1923. Mas e se não estivermos no campo do que é memória, marca, traço, ou melhor, representação? Como pensamos, então, a pulsão de morte que não possui representação alguma no psiquismo,

e sua insistência em retornar ao estado inicial? Encontramos em Freud algo que possa nos ajudar a pensar essa questão.

No Projeto de 1895, ainda impregnado de seu vocabulário neurológico, Freud esboça uma teoria do aparelho psíquico, rica em bases conceituais que ajudariam, mais tarde, a compreender toda a teoria psicanalítica. Após teorizar a respeito de vários conceitos como o estado de desejo, a constituição neuronal do aparato, a dor e os processos primário e secundário, Freud começa a desenvolver suas observações a respeito de processos mentais mais específicos. A partir do tópico 16, ele escreve, precisamente, a respeito da cognição e do pensamento reprodutor. O título alemão teria uma melhor tradução substituindo a palavra “cognição” por discernimento ou até reconhecimento, mas utilizamos aqui a tradução que nos guia durante todo o estudo. Neste ponto do Projeto, Freud traz pela primeira vez o complexo de neurônios responsáveis, principalmente, pela diferença e semelhança entre percepções. Desse modo, o autor apresenta sua primeira suposição:

“Suponhamos que, em termos bastante gerais, a catexia de desejo se relaciona com o neurônio  $a$  + o neurônio  $b$ , e a catexia perceptiva, com os neurônios  $a + c$ . (...) Comparando o complexo perceptual com outros complexos congêneres, pode-se decompô-lo em dois componentes: o primeiro, que geralmente se mantém constante, é o neurônio  $a$ , e o segundo, habitualmente variável, é o neurônio  $b$ . (...). Esta [a linguagem] chamará o neurônio  $a$  de *a coisa*, e o neurônio  $b$ , de sua atividade ou atributo — em suma, de seu *predicado*.” (Freud, 1895, p.380).

Retiramos da passagem anterior a seguinte compreensão: o neurônio  $a$  - *a coisa* - se mantém constante em qualquer percepção e, como consequência, o signo que indicará a semelhança entre o investimento referente ao desejo e o referente à percepção. O predicado, as propriedades dos complexos são sempre variáveis, apresentados como juízos, características. Já “a coisa”, se mantém constante e invariável, como uma interseção entre conjuntos diferentes e variados.

Segundo Garcia-Roza, a propriedade deste neurônio  $a$  pode ser discutida ao longo de todo o texto. Freud trata posteriormente deste elemento como “o não-comparável, o resíduo que escapa ao juízo” (Garcia-Roza, 2004 [1991], p. 160). O elemento  $a$ , portanto, refere-se à possibilidade de que algo se mantenha constante no psiquismo, sem uma localização específica determinada neste aparelho do Projeto, uma estrutura sem modificação. Neste sentido, consideremos a definição trazida por Garcia-

Roza mais clara: “*das Ding* [a coisa] refere-se ao que há de comum a todas as percepções relativas à presença do outro, não se reduzindo a um componente perceptivo banal” (Garcia-Roza, 2004 [1991], p. 161). O autor se baseia aqui na experiência de satisfação, a mesma utilizada por Freud no Projeto para explicar a constância do elemento a. A “coisa” seria, afinal, a única semelhança entre o investimento-desejo e todas as outras imagens posteriores do seio.

Quando Garcia-Roza refere-se a um “outro”, ele está imerso em uma perspectiva teórica específica. Não há, entretanto, impedimentos para compreender e utilizar essa especificidade em prol da nossa questão. Entendemos, a partir do exemplo de Freud a respeito do “complexo do próximo”, que a percepção é um outro indivíduo, um próximo semelhante ao primeiro objeto de satisfação do bebê. Este próximo tem semelhanças e diferenças em relação ao primeiro objeto. Segundo Freud, como consequência, percebe-se neste complexo duas partes, uma é a que se mantém constante, a coisa, e a outra uma parte fluída, dependente do processo mnêmico. Esta coisa, *das ding*, não possui a característica da representabilidade, sendo excluída e irrepresentável em sua constância. Pode, portanto, ser representada como o estranho. Esta coisa está ausente em termos de representação do psiquismo, mas ainda sim se faz presente, como um vazio, um furo, “índice da coisa”, segundo Garcia-Roza.

A origem deste furo constitutivo está na relação primordial, na estruturação psíquica mais básica, na experiência de satisfação primeira, aquela que produz no sujeito o movimento desejante essencial para a sua construção como indivíduo ou, como alguns diriam, como sujeito. Não pretendemos aqui equivaler a noção do elemento a, da coisa, à teoria da pulsão de morte, da compulsão à repetição e do trauma constituinte. Entretanto, nos chama atenção a semelhança na articulação dos conceitos em direção a conclusões de raciocínio um tanto quanto próximas.

### **3. Campos de investigação do negativo na transmissão psíquica constituente**

Procuraremos agora, através de algumas teorias de autores importantes no campo da constituição psíquica, identificar de que forma podemos entender a transmissão-repetição, ou a transmissão em sua vertente negativa, na estruturação do psiquismo. Buscaremos, portanto, possibilidades de encontrar, nessas teorias, algo da constituição psíquica que seja necessariamente marcado pela questão do negativo. Mais do que isso, colocamos a possibilidade de pensar este negativo constituente como advindo do contato com o inconsciente do outro. O que vai nos interessar mais precisamente será como tais autores poderiam nos indicar a presença de uma transmissão do negativo que esteja constituindo o psiquismo do sujeito inserido numa cadeia geracional?

Utilizaremos as discussões teóricas de quatro autores, especificamente. Primeiro, tentaremos entender como os processos de introjeção e incorporação poderiam nos esclarecer a respeito dos conteúdos advindos do inconsciente do outro. Para isto, além de Freud, entraremos na leitura de N. Abraham e M. Torok sobre esses conceitos na teoria de S. Ferenczi. Apesar de estes autores estarem se referindo a questões traumáticas e claramente patológicas, acreditamos mais uma vez na capacidade da teoria psicanalítica de discutir a constituição a partir do patológico. Dentro deste primeiro capítulo, portanto, trataremos do que é transmitido sem possibilidade de representação por parte do psiquismo, “enquistamentos” ou “fantasmas”, como nomeiam os autores em questão. Entendemos estes construtos como inseridos nas categorias do negativo trabalhadas anteriormente, principalmente por nos indicar uma possibilidade de entender o “desestruturante” como processo necessário a uma estruturação.

Em seguida, seguiremos uma indicação dada por Kaës ao tratar das alianças inconscientes: o conceito de contrato narcísico, elaborado primeiramente por Piera Aulagnier e, posteriormente, desenvolvido pelo próprio autor. Ao nos aprofundarmos na leitura desta autora, deparamos com outro conceito de sua teoria fortemente carregado de argumentos em direção a nossa questão: a sombra falada. Este subcapítulo, portanto, trará a teoria de Aulagnier voltada para a constituição do psiquismo, que leva altamente em consideração a interação do sujeito em constituição com o inconsciente materno e

social. Desta forma, entendemos que é possível encontrar neste estudo alguns elementos que indiquem se haveria algo concernente ao negativo nesta estruturação psíquica.

Num terceiro momento, seguiremos outra indicação de uma importante autora da transmissão psíquica: Tatiana Inglez-Mazzarella. Segundo esta autora, Jean Laplanche forneceu, através da teoria da sedução generalizada, uma importante sugestão do negativo na transmissão psíquica constituinte. Com efeito, ao visualizarmos tal invasão do sexual em um psiquismo em desamparo, ou o que ele nos ensina a respeito dos significantes enigmáticos, e até mesmo seu desenvolvimento sobre o trauma em dois tempos e as fantasias originárias, talvez algo do que constitua o psiquismo possua de fato um traço do negativo.

Por último neste capítulo, continuaremos na esteira da conceituação a respeito das fantasias na teoria psicanalítica, mas utilizando outro autor: Jean Bergeret. Este autor é aqui apresentado por também possuir um desenvolvimento importante sobre a constituição psíquica e abordá-la de modo a considerar os psiquismos ao redor do sujeito em constituição. A violência deste contato, desta abertura de um psiquismo a outro carregado de uma história, será destrinchada pelo autor. Importante apontar aqui certa complexidade de tal teoria, baseada em Freud, mas com uma interpretação extremamente particular do autor em questão. Bergeret retira do imaginário individual genital a fantasia a respeito das origens, apontada por Laplanche e Pontalis, para inserir numa problemática de cunho constitutivo do inconsciente, calcada em violências mais primitivas. Tal violência seria um índice da presença do negativo por estar excluída da capacidade de representação do psiquismo, além de ser fundamental na estruturação libidinal posterior.

Por fim, importante salientar aqui o caráter estritamente especulativo deste capítulo que inclui estes quatro subtemas. Não estamos, neste momento, afirmando a presença do negativo constituinte na teoria de tais autores, mas estamos vislumbrando a possibilidade de que, através destas importantes teorias e discussões, possamos especular sobre a presença de conteúdos não assimilados, advindos do inconsciente de uma geração anterior, fundamentando o psiquismo da geração seguinte. O que nos importa sobretudo seria sustentar que esta transmissão não apenas causaria traumas, rupturas, dissociações e patologias graves, também impulsionaria e estruturaria subjetividades. Será que podemos encontrar nessas teorias aqui propostas alguma indicação desta colocação? Almejamos neste capítulo somente tangenciar nossa questão

através do estudo de tais temas, colocando tal indagação com o respeito devido aos limites teóricos de cada autor.

### **3.1. A Introjeção e incorporação**

Os conceitos de introjeção e incorporação fazem parte do conjunto de construtos fundamentais à teoria psicanalítica, principalmente quando tratamos de mecanismos e processos inconscientes. Em Freud, porém, encontramos certa confusão entre os dois conceitos, pois ora a incorporação aparece como algo da ordem de uma ingesta objetal, ora como indiferenciada do processo de introjeção. Iremos nos preocupar aqui em entender o mecanismo da incorporação em Freud e deixaremos para examinar as vicissitudes das diferenças entre os dois conceitos numa análise posterior, neste mesmo capítulo, através, principalmente, da teoria de Ferenczi, e Abraham e Torok.

Percebe-se nos três ensaios, desde 1905, a incorporação como um modelo de relação nos primeiros momentos de vida do bebê, onde o objeto que satisfaz as necessidades corporais é também o objeto de satisfação da pulsão, e é através da incorporação que este objeto é acolhido no psiquismo. A incorporação é entendida por Freud, neste momento, como um mecanismo rudimentar que será substituído pela identificação, forma mais elaborada de apropriação psíquica de traços do objeto. Em 1915, a incorporação conhecerá sua conceituação mais consistente, sendo colocada em uma fase específica do desenvolvimento libidinal, a primeira forma de relação com o objeto, como vemos a seguir:

“Reconhecemos a fase de incorporação ou devoramento como sendo a primeira dessas finalidades — um tipo de amor que é compatível com a abolição da existência separada do objeto e que, portanto, pode ser descrito como ambivalente” (Freud, 1915, p. 419).

Este modelo oral de relacionar-se que não inclui a alteridade nos remete a forma de transmissão transpsíquica, trazida por nós na teoria de René Kaës no início desde

trabalho. Parece-nos que, num momento em que os limites entre eu e o outro estão pouco definidos, a relação será do tipo oral e canibalesca. Portanto, o mecanismo predominante será a incorporação. Mas incorporação de que? Segundo a teoria de Kaës, estaríamos tratando de conteúdos inconscientes, tanto da parte do objeto quanto do sujeito. Mas nos mantendo na linha do pensamento de Freud, chegamos ao texto de 1917, Luto e Melancolia, em que ele aponta para um meio de não reconhecer a perda do objeto amado, sem fazer luto e reconhecendo sua perda. A melancolia teria, portanto, como forma de lidar com essa perda, que se apropriar do objeto, incorporando-o como na fase descrita acima de relação objetal, em que essa oralidade inclui o objeto no psiquismo, ou melhor, no ego. Esta elaboração suscitará, mais tarde, desenvolvimentos teóricos muito consistentes de autores com os quais trabalharemos neste capítulo, como Ferenczi e, posteriormente, N. Abraham e M. Torok.

É no texto “Totem e Tabu” (1913-1914) que Freud desenvolve sua teoria a respeito da origem da civilização e busca em um passado mítico as raízes para o mecanismo psíquico da incorporação, já teorizada por ele nos textos anteriores, como vimos. Neste manuscrito, especialmente peculiar por sua desenvoltura antropológica, Freud remonta a uma primeira tentativa de organização familiar, em que o pai da horda detém o poder sobre todos daquela tribo. Este pai possui papel central e é colocado como questão fundamentalmente enigmática pela obra freudiana por ser aquele que representa a “regulação do acesso ao permitido e veta o proibido”. (Koltai, 2010). Assim, ele transmite a lei e orienta, de certa forma, o processo civilizatório. O marco fundamental da entrada do homem na civilização é o assassinato deste pai, e o nascimento do totem marca a restrição, a proibição, que marca a cultura, de conteúdos sexuais.

Desde o início deste manuscrito, a questão do incesto é privilegiada como exemplo de uma interdição que está para além de uma estrutura primitiva. A interdição ao incesto é apresentada em várias tribos e comunidades diferentes, por vários lugares do mundo, delimitando as relações entre os membros daquela horda. Em cada lugar, em cada tribo, haveria uma peculiaridade no estabelecimento desta lei, tanto no modo de se relacionar, como na punição estabelecida pelo clã. A presença desta interdição em variados momentos e lugares leva Freud a concluir que tal característica está na vida dos indivíduos em geral, afirmando que o núcleo neurótico seria essa atração ao incesto vivida pelo neurótico nos seus primeiros anos de vida.



O fato de esta interdição estar disposta de forma tão presente nos indivíduos em geral traz a ideia de uma transmissão de conteúdos e mecanismos inconscientes. Neste sentido, ao observar a constituição psíquica do neurótico, compreendemos como Freud precisou considerar questões como o incesto e o interdito, assim como as formas de relações objetais, para concluir a necessidade da construção de uma segunda tópica, que leve em consideração a presença inconsciente de uma instância repressora. Assim, o conceito de superego ocupou um lugar de suma importância na teoria e pudemos, através dele, observar como os pais transmitem ao filho, por meio de mecanismos como a identificação, leis que também lhes foram passadas pelos seus ancestrais de forma ininterrupta. Em “O Ego e o Id” de 1923, Freud retoma exatamente este texto de 1913-1914 para explicar a formação do superego e, assim, explicar como o complexo paterno é responsável por transmitir à geração seguinte as leis e moralidades de uma cultura:

”Segundo a hipótese que apresentei em Totem e Tabu, foram filogeneticamente adquiridos a partir do complexo paterno: a religião e a repressão moral através do processo de dominar o próprio complexo de Édipo, e o sentimento social mediante a necessidade de superar a rivalidade que então permaneceu entre os membros da geração mais nova. O sexo masculino parece ter tomado a dianteira em todas essas aquisições morais, que parecem então ter sido transmitidas às mulheres através do cruzamento hereditário.” (Freud, 1923, p 197)

Embora estejamos diante de uma conceituação ainda calcada em uma hereditariedade biológica, a direção do que é transmitido psiquicamente parece ser privilegiada por Freud. Desta forma, a incorporação assume papel fundamental para a compreensão da instância superego e de seu caráter hereditário. Como podemos ver mais claramente em uma das novas conferências introdutórias, Freud atribui à incorporação uma importância vital para o surgimento no psiquismo do superego:

“Primeiramente e acima de tudo, existe a incorporação, sob a forma de superego, da anterior instância parental, que é, indubitavelmente, a sua parte mais importante e decisiva; e, ademais, identificações com ambos os pais do período subsequente e com outras figuras de influência, e as identificações semelhantes formadas como remanescente de relações objetais a que se renunciou.” (Freud, 1933 [1932])

Esta relação da instância do superego com os superegos parentais e, conseqüentemente, com o superego de gerações e até da espécie, mostra o quanto algo da transmissão psíquica constitui o psiquismo. Este “algo” está intrinsecamente ligado à incorporação como principal mecanismo de formação de tais instâncias. Em cada um de nós, essa história se repete e gera suas conseqüências das mais representativas formas. O pai monopolizador deve ser destituído de seu poder, deve se transformar no pai morto que jaz no psiquismo de cada sujeito, como entendemos na passagem a seguir:

“A atitude emocional ambivalente, que até hoje caracteriza o complexo-pai em nossos filhos e com tanta frequência persiste na vida adulta, parece estender-se ao animal totêmico em sua capacidade de substituto do pai.” (Freud, 1913-1914, p. 535).

Este pai amado, temido e invejado precisa ser morto, e também ‘digerido’, em uma festa na qual o objetivo é devorar o totem, no caso o pai. Esta história diz respeito a uma atitude violenta com o objeto de tal importância que não se poderia livrar de forma menos abrupta. A refeição totêmica pode ser entendida como o primeiro ponto de referência da incorporação, pois admite uma forma de apropriação do que é do ‘outro’ muito primitiva. Absorver o pai recém-assassinado significa jamais esquecê-lo, manter dentro de si o mais poderoso encontro entre diferentes: a identificação primordial, como afirma Freud. O caráter ambivalente que caracteriza a relação dos filhos com o pai é fundamental para a compreensão do processo identificatório, intensificado pelo sentimento de culpa gerado depois do assassinato.

Aqui tratamos do Complexo de Édipo, pilar da teoria psicanalítica da constituição psíquica, o “destino incontornável do humano” (Koltai, 2010, p.87). Esse pai incorporado, entretanto, não é mais o pai da horda, agora é o substituto simbólico e a instância punitiva, é o próprio sujeito. O superego, resultado do amadurecimento individual e da evolução do homem, é o representante do outro dentro de cada um de nós, como o totemismo. Assim ensina Freud: “O superego, segundo a nossa hipótese, originou-se, em realidade, das experiências que levaram ao totemismo” (Freud, 1923, p.197). Esse canibalismo que vivemos em épocas primitivas de nossa história, também acontece na nossa história pessoal e, além disso, constitui nosso psiquismo. O parentesco primordial é constantemente devorado pelas crianças num romance edípiano em que o resultado será sempre da ordem do enigma.

Como dissemos no início deste capítulo, uma melhor compreensão acerca do mecanismo da incorporação pode ser obtida através de um paralelo com a introjeção. Após este passeio pela teoria freudiana a respeito da incorporação, o objetivo agora é entender como este conceito adquire um contorno diferente quando comparado a introjeção, de acordo com a diferenciação trazida por Sándor Ferenczi. Utilizaremos, além do próprio Ferenczi, a autora Tereza Pinheiro, por apresentar uma leitura muito clara e interessante sobre as teorias do autor, principalmente em relação à diferenciação que tentaremos elaborar aqui entre os dois conceitos supracitados. A partir daí, perceberemos como N. Abraham e M. Torok utilizam a teoria de Ferenczi sobre esses construtos para revolucionar a teoria do trauma e da relação entre inconscientes, foco do nosso estudo.

Tereza Pinheiro, em seu livro sobre a teoria de Ferenczi, delimita dois momentos em que o conceito de introjeção é trabalhado pelo autor. Em 1909, este seria o primeiro e único processo do psiquismo. Em 1912, o autor teria definido de forma mais clara o conceito, como algo da ordem de uma relação com o mundo externo, de metabolização dos objetos externos. Neste segundo momento de conceituação, Ferenczi trabalha com a introjeção de acordo com o texto do narcisismo de Freud, de 1914, como uma operação de direcionamento pulsional para o objeto, em que a introjeção é posterior à projeção do desprazer.

Neste sentido, a operação de introjetar é para Ferenczi algo constitutivo do aparelho psíquico e fundamental ao processo de simbolização. É através da introjeção do objeto que o psiquismo pode ser povoado de representações, sendo responsável pela linguagem e por todo processo de subjetivação. Este processo comporta a inclusão não só do que é da ordem da representação, mas, principalmente, dos afetos, dos sentidos. Como exemplo, há a introjeção do seio que teria, em concomitância, a inclusão da noção de prazer, como um suporte de sentimentos. Desta forma Ferenczi conclui que a introjeção é a primeira responsável pela instauração no psiquismo da dualidade prazer/desprazer e, por conseqüência, instauraria a própria sexualidade, ordenando e estruturando o aparelho psíquico. Uma grande relevância é dada a este conceito por este ser responsável pela produção imaginária, das fantasias como produto das associações entre as representações.

“(…) O neurótico procura incluir em sua esfera de interesses uma parte tão grande quanto possível do mundo externo para fazê-lo objeto de fantasias conscientes ou inconscientes. (...) Proponho que

se chame introjeção a esse processo inverso da projeção”. (Ferenczi, 1991 [1909], p.101).

Este movimento psíquico de buscar se apropriar de tudo, segundo Tereza Pinheiro, num “movimento megalômico da libido” (1995, p.49), se apresenta como um esboço de formação egóica. Como uma resposta à pulsão de morte, o narcisismo teria uma função de aglutinação, de eliminação das diferenças, que formaria tal edifício egóico. Nas palavras da autora:

“O movimento do processo de introjeção vem a ser um movimento libidinal de inclusão de tudo aquilo passível de ser incluído no psiquismo naquele momento; de um movimento que em nada se diferencia do narcísico, movimento totalizante em que a apropriação das qualidades do objeto funciona como possibilitadora da apropriação do sentido que compõe, junto com o objeto, as bases identificatórias do que mais tarde formará o aparato egóico como um todo.” (Pinheiro, 1995, p.50-51).

Uma parte desta citação nos chama atenção, quando ela afirma que a introjeção é um processo de inclusão daquilo que pode ser incluído num dado momento. Concluimos, então, que existiriam introjeções impossíveis, conteúdos inassimiláveis que não encontrariam meios de serem incluídos no universo simbólico do sujeito. Estamos falando do que, em 1932, Ferenczi denominou de “introjeção do agressor”. Abraham e Torok compreenderam, entretanto, como a ausência da introjeção, diferenciando com uma nomenclatura distinta, “incorporação”. Essa incorporação seria, então, a saída encontrada pelo psiquismo para uma introjeção que não se operou. Antes, veremos o que esses autores dizem a respeito da introjeção de Ferenczi, até para melhor compreender como eles chegam ao mecanismo da incorporação como saída para a ausência deste processo.

Para Abraham e Torok, Ferenczi não se refere a uma perda objetual, mas de um alargamento do ego, de um crescimento através do inconsciente do outro. A seguir, vemos o que eles dizem a respeito da força-motriz da introjeção:

“Semelhante à transferência (seu modo de ação no tratamento), ela se define como processo de inclusão – a propósito de um comércio objetual – do inconsciente no ego”. (Abraham e Torok, 1995 [1987], p.222).

Esses autores mostram que não podemos, simplesmente, falar em “introjeção do objeto”, pois somente esta operação seria insuficiente para produzir os efeitos que o processo abrange. O que se introjeta é o conjunto pulsional com suas vicissitudes, tornando o objeto um mero mediador. “A introjeção reserva ao objeto um papel de mediador para o inconsciente” (Abraham e Torok, 1995 [1987], p.222). Seria nesse jogo entre narcisismo e amor objetual que teríamos a estruturação de uma simbolização, de um pulsional mediado pelo objeto que é constituinte do inconsciente. Neste sentido, a introjeção não implicaria, necessariamente, numa perda objetual. O mecanismo que pressupõe a perda do objeto é a incorporação, por esta perda se apresentar como um obstáculo para introjeção. Tal pensamento de Abraham e Torok está resumido na seguinte citação:

“Como compensação do prazer perdido e da introjeção ausente, realizar-se-á a instalação do objeto proibido no interior de si. É essa a incorporação propriamente dita” (Abraham e Torok, 1995 [1987], p.222).

Desta forma, a incorporação seria a operação do princípio do prazer, próxima de uma satisfação por via alucinatória. O objeto faltou no sentido de não mediatizar a introjeção do desejo, levando o psiquismo a recuperar magicamente esse objeto perdido, numa recusa da realidade e, por isso, exige segredo. Temos, assim, a oposição entre dois mecanismos: a introjeção das pulsões e a incorporação do objeto. Entendemos o quanto a incorporação mantém o sujeito preso ao objeto em uma relação de dependência através da fantasia, ao contrário da introjeção, que supõe uma separação com o objeto. A incorporação, portanto, é o fantasma da introjeção que traz em si a clivagem, pois é instaurado no ego um túmulo, um segredo que não pode ser desvelado sob pena de revelar a falha na introjeção e a ausência do objeto. A causa do trauma está nesta insuficiência do objeto como mediador.

Neste sentido, a necessidade de pensarmos a mediação proporcionada pelo objeto para que haja a introjeção nos remete a questões muito primitivas. Há a passagem de uma boca cheia de seio para uma boca cheia de palavras através de experiências de boca vazia. Com a assistência constante de uma mãe que possui linguagem, ocorre a substituição progressiva das satisfações orais cheias do objeto mãe, pelas da boca vazia desse objeto, mas com palavras endereçadas a ele. Essa experiência de boca vazia é vivenciada pelo bebê com gritos e choros, um apelo ao surgimento da linguagem em

virtude de um preenchimento adiado. Entretanto, como vimos, muitas vezes essa passagem não é possível. Na ausência das palavras que abrandam o vazio, é necessário que se introduza uma “coisa”. Utilizando uma metáfora alimentícia, os autores afirmam que as palavras nutrem e, na ausência delas, fantasisticamente, introduz-se uma pessoa inteira ou sua parte. Trata-se de uma urgência de introjetar, de suprimir a ideia de um vazio, de uma lacuna, o que cria uma fantasia na tentativa de negar o problema. Incorpora-se, assim, o inominável. (Abraham e Torok, 1995 [1987]).

A partir disso, René Kaës aponta para um avanço importante da teoria da transmissão psíquica traumática diante desta falha do simbólico, da introjeção. Para o autor, está atravessada aí a questão transgeracional, no sentido de uma dívida não paga por gerações anteriores que é cobrada nas descendências seguintes, através da transmissão inconsciente, como vemos a passagem a seguir:

“o enquistamento, no inconsciente de um sujeito, de uma parte das formações inconscientes de um outro, que vem, então, assombrá-lo, como um fantasma; a hipoteca de um mandato imperativo que o ancestral faria pesar sobre sua descendência.” (Kaës, 2011 [2005], p. 134).

Entendemos, desse modo, o quanto o encontro do inconsciente do outro com o psiquismo do sujeito pode constituir um fator traumático. Em uma nota de rodapé, Abraham e Torok abrem esta perspectiva de forma muito clara. Para eles, o efeito de uma cripta, de uma incorporação que introduz um fantasma, um túmulo no psiquismo do sujeito, pode atravessar, além de gerações, uma raça inteira. Eles afirmam que quaisquer relações parentais transmitirão, sem dúvida, uma lacuna, algo que eles classificam como um “recalcamento em processo”. Assim definem Abraham e Torok: “Um dizer enterrado em um dos pais se torna para a criança um morto sem sepultura” (Abraham e Torok, 1995 [1984], p.278).

Essa questão do fantasma, colocada de forma inédita por Abraham e Torok, foi desenvolvida para explicar esses casos em que o segredo familiar influi no psiquismo de todos os sujeitos ali presentes, principalmente no da criança. Esta nasce em uma organização familiar específica e é parte desse segredo de forma inconsciente. Os autores chamam esse tipo de fantasma e formação sintomática na criança de “neurose genealógica”, transmitida através dos pais, mas, possivelmente, presente em várias gerações. Neste sentido, nos parece que a incorporação se apresenta como a única saída

possível, ao menos para a criança ainda em processo muito precário de constituição psíquica.

A incorporação, portanto, se apresenta como um mecanismo fora do poder identificatório, impedindo o sujeito de se apropriar simbolicamente do que recebe do objeto, se mantendo vinculado a ele em segredo. Tem-se, assim, um quadro melancólico nos termos de Freud (1917), no qual a “sombra do objeto” seria mais do que uma parte do objeto ou uma representação deste, seria, neste sentido, uma separação não feita, uma mentira, uma falsa introjeção. A relação do sujeito com este pedaço dentro do seu psiquismo que não se constitui como parte fluida, participante da dinâmica psíquica, mas como algo rígido, uma cripta, marcada sempre pelo não dito, pelo que não pode ser exposto, como um monumento secreto e inacessível. Assim, algo que está encriptado no inconsciente do outro, em uma relação de desamparo como a do bebê com seus pais, será transmitido exigindo deste novo sujeito uma posição: ou carregará o segredo e o deixará para a próxima geração, ou quebrará o segredo e tratará de tal legado como algo herdado, seu e, assim, passível de ser simbolizado.

O destino que o sujeito dará a essa cripta será conhecido somente posteriormente. Para nossos fins, porém, é necessária uma importante indagação. Como observamos, a introjeção implica em um mediador fundamental, o objeto, que com sua presença abre uma possibilidade de simbolização antes inexistente no bebê. Entretanto, será que poderíamos pensar em uma temporalidade nesses processos? Por exemplo, em um primeiro momento, em que a indiferenciação entre sujeito e objeto se coloca na forma de uma relação simbiótica, não nos é clara a possibilidade de considerar uma presença objetual de fato. Segundo Freud, em algum momento inicial, algo da ordem de uma incorporação será inevitável e, até mesmo, constituinte. Por que tratarmos da incorporação de uma forma patológica, vinculada à teoria do trauma, se Freud já indicou que em fases muito precoces da relação entre o sujeito e o meio é o modelo canibalístico que se impõe como possível? Entendemos que a incorporação de Abraham e Torok já não é mais a mesma que a de Freud, e nem a de Ferenczi. Porém, o avanço de suas observações a respeito da cripta e do fantasma, e até mesmo do segredo, poderia nos ajudar a pensar em processos que envolvem o irrepresentável constituinte do psiquismo.

### 3.2. A sombra falada e o contrato narcísico

Conforme vimos anteriormente no capítulo a respeito das alianças inconscientes, o meio intersubjetivo se apresenta para muitos autores, como Kaës como elemento fundamental para o estudo da constituição psíquica. A comunicação entre inconscientes parece ser fundamental para discutir, em algum nível, o que está em jogo no desenvolvimento psíquico do bebê em relação ao psiquismo dos outros que fazem parte de sua vida. Esses “outros” seriam os pais, a família ao redor e também os psiquismos de gerações anteriores.

Uma das autoras que propôs um estudo deste meio intersubjetivo específico entre mãe e bebê foi Piera Aulagnier, e sua teoria nos é bastante útil. Foi esta autora que trouxe o conceito de contrato narcísico para a cena da discussão da constituição psíquica e, a partir dessa teoria, René Kaës desenvolveu grande parte de sua conceituação sobre as alianças estruturantes primárias. Veremos, assim, uma indicação de estudo por parte de Aulagnier para perceber algo que da mãe é transmitido à criança e que está fora do campo representativo.

Para Piera Aulagnier, o meio familiar é um elo intermediário, “percebido e investido pela criança como metonímia do todo” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 105). Neste sentido, a função do porta-voz é atribuída à mãe, ou melhor, ao discurso da mãe. Esta função cumpre dois sentidos, o de inclusão do bebê em um discurso ao seu respeito e, ao mesmo tempo, de delegado, representante de uma ordem externa. Desse modo, a psique materna cumpre um papel de prótese, comunicando dois espaços psíquicos diferentes. Segundo a autora, apesar da prematuridade psíquica do bebê e da necessidade que um outro lhe ofereça as condições para sua sobrevivência, não haveria prematuridade no funcionamento do originário ou do primário. Já existe, desde muito cedo, no registro da representação pictográfica e da figuração fantasmática, algo de muito bem desenvolvido. Não há, entretanto, algo independente em termos de funcionamento, como ela sustenta:

“Mas a experiência analítica prova que o funcionamento destes dois processos exige a presença de um material modelado por uma terceira forma de atividade psíquica, o processo secundário, que age num espaço heterogêneo ao deles. A representabilidade do pictograma e o cênico da figuração têm como materiais, objetos



modelados pelo trabalho da psique materna”. (Aulagnier, 1979 [1975], p. 107).

O objeto que é apresentado à psique do bebê para o trabalho do processo originário e primário sofreu, anteriormente, uma primeira transformação pelo processo secundário da mãe. A autora aborda um paradoxo aqui colocado, pois é necessário que o primário e originário num primeiro momento apaguem esse efeito do secundário materno. A marca que esse trabalho deixou não poderá, entretanto, ser desfeita. Neste sentido, este fragmento do mundo que o bebê recebe estará, necessariamente, interpretado pela repressão do trabalho da psique materna. Assim, a psique do bebê se apropria de um objeto marcado pelo princípio da realidade, transformando-o em um objeto modelável apenas pelo princípio do prazer. Desta forma, quaisquer objetos estarão necessariamente marcados pela repressão e poderão, assim, ser representados pela psique da criança, como insiste Aulagnier: “A função de prótese da psique materna permite à psique encontrar uma realidade já remodelada pela atividade psíquica materna e tornada, graças a ela, representável.” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 108).

Para a autora, existe neste caso uma violência necessária à constituição do sujeito. Tal violência diz respeito a uma questão identificatória, como observamos na passagem a seguir.

“A análise dessas relações permitirá a elucidação da problemática identificatória, que tem como eixo a transmissão, de sujeito a sujeito, de um reprimido necessário às exigências estruturais do Eu.” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 110).

Assim, são introduzidos na psique do bebê resíduos que escapam ao seu próprio domínio e serão, posteriormente, necessários precursores de uma atividade do processo secundário, ou seja, são resíduos do próprio princípio de realidade. Esse material proveniente do discurso da mãe é marcado tanto pelo processo secundário, quanto pelo seu passado. Seria ingenuidade pensar que esta função de prótese da psique materna não traria em si traços de uma continuidade narcísica que estrutura cada sujeito dentro de uma cadeia em que os elos são formados através de investimentos. Esses investimentos empreendidos pelo meio são correlativos a uma espécie de projeção narcísica, na qual a mãe investe um sujeito que ainda nada lhe diz. A autora traz então, a noção de “sombra falada”, nomeando esse discurso que concerne ao sujeito, mas precede seu próprio

nascimento. Esta sombra é projetada no corpo do *infans*, tomando seu lugar, e sendo a ela que o discurso da mãe se dirige.

Essa violência aparece de forma mais clara quando a autora se refere à espera por parte da mãe de uma resposta que confirme sua projeção, ou seja, que este bebê confirme o que ela projetou através da sombra falada. Essa correspondência, entretanto, é impossível, uma vez que a diferença entre o objeto e a sombra persistirá e é através do corpo que ela se manifesta. O sexo do corpo, feminino ou masculino, pode ser diferente do da sombra projetada, assim como a falta de sono, de movimento, ou seja, qualquer falta, defeito ou diferença, é percebida como uma recusa de conformidade, uma dúvida. Para esta mãe, tudo relativo ao corpo é compreendido como mensagem, levando a uma confusão de discursos.

Esta sombra, portanto, seria um conjunto de enunciados que representa o desejo materno referente à criança, uma imagem identificatória. Esta sombra constitui também uma importante defesa para a mãe, pois permite que a libido, uma vez investida nela não seja investida numa criança de outrora, aquela de um passado próximo que desejava ter um filho de seu pai. É como se ela conseguisse ainda, evitar o retorno de um desejo mais arcaico e mais insuportável, para além de ter um filho do pai, ou um filho da mãe.

“A sombra é o que o Eu pôde reelaborar, reinterpretar, a partir do segundo desejo reprimido, assegurando assim a forclusão do primeiro: a sombra carrega essas marcas e prova a reelaboração delas” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 113).

A criança é, assim, o que garante que o Eu impeça o retorno de um reprimido, é o que mais se aproxima do objeto de um desejo inconsciente. O discurso da sombra é marcado pelo desejo da mãe, de tudo que ela teve que renunciar, perdeu ou esqueceu que deseja, o sonho de uma recuperação narcísica. A criança encontra-se, então, numa situação paradoxal e perigosa: estar próxima de um desejo inconsciente e ser o obstáculo de seu retorno. Com isso, a criança não é apenas incumbida de ser a realização de um desejo, tampouco é a realização de um desejo do passado. A mãe enuncia, então, para a sombra um desejo interdito, uma impossibilidade que antecipa o próprio desejo da criança, tornando ela e *infans* ao mesmo tempo, agentes a serviço da repressão.

É desta forma que seria transmitida a repressão, de sujeito a sujeito, repetindo a história da espécie psíquica. A sombra é herdeira da história edipiana da mãe, induzindo

o reprimido na criança. A instância repressora, portanto, precede o que será reprimido, assim como a interdição precede o desejo de se ter um filho da mãe. Isso está relacionado a uma organização do psiquismo da criança, como observamos na passagem a seguir.

“Assim é transmitida de sujeito a sujeito a repetição da interdição necessária à preservação da heterogeneidade das duas cenas em presença e à constituição da barreira que reorganizará o espaço psíquico da criança” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 117).

Ao retornarmos à teoria freudiana sobre o narcisismo, especificamente ao texto de introdução ao conceito de 1914, encontramos a referência ao que Aulagnier denomina de sombra falada e à transmissão da repressão. Neste texto, Freud apresenta a idealização da criança por parte dos pais, que projetam nela tudo o que não realizaram e, conseqüentemente, desejam realizar através dela. A projeção dessa perfeição na criança se apresentará, posteriormente, através de um substituto do narcisismo infantil: seu próprio ideal que será, então, o alvo do amor de si mesmo, um dia vivido na infância. Esta formação idealizada do ego criaria uma distância entre o que se almeja e o que se é, abrindo espaço para que a repressão aja de acordo com as exigências desse ideal. “Para o ego, a formação de um ideal seria fator condicionante da repressão”. (Freud, 1914, p. 264)

Esta repressão se dá porque, com a existência de um ideal, as exigências do ego ficariam incrementadas e, conseqüentemente, o mecanismo repressivo também, Freud indica, assim, a sublimação como uma alternativa de atender a essas exigências. Da mesma forma, Aulagnier trata de uma projeção parental na criança, de um discurso sobre sua existência responsável pela transmissão de uma instância repressora, constituinte do psiquismo. Talvez o mais importante de sustentar aqui seja a ideia de que esta instância faz parte da inserção desse indivíduo no meio que o rodeia e que o acolhe. Estamos tratando, portanto, de um ideal que, por ser partilhado e transmitido entre sujeitos, é compreendido como um elo, um vínculo ao qual o sujeito se liga à sociedade e esta o recebe para que sua continuidade seja garantida. O ideal do eu é uma formação comum ao psiquismo singular e ao meio social, contém os interditos que sustentam o espaço intersubjetivo. O casal parental, através das alianças inconscientes mais básicas, insere o bebê em uma espécie de contrato inconsciente.

Para Aulagnier, esse contrato seria uma forma de compreender a relação entre os pais e a criança para além das questões puramente edípicas, incluindo o discurso do meio social, como vemos na sua colocação: “Pouco poderia ser dito sobre o efeito da palavra materna e paterna, se não levássemos em conta a lei à qual elas estão submetidas e o discurso que a impõe” (Aulagnier, 1979 [1975], p. 146).

Existiria, então, um traço inerente à comunicação inconsciente entre os pais e o bebê, que é relativo ao discurso do meio que os cerca. Para que isso ocorra é importante que este casal partilhe dos ideais do grupo ou subgrupo. Neste sentido, o grupo investe num lugar que o sujeito poderá ocupar e, assim, transmitir um modelo sociocultural. Desta forma, esse sujeito poderá se projetar num futuro dentro desta sociedade. A autora ainda atenta para a possibilidade de que, quando houver uma opressão da sociedade ao casal, ocorra uma fantasia de rejeição na criança, gerando possíveis problemas de cunho identificatório.

Aulagnier aponta para um sujeito ideal, diferente do ego ideal ou do ideal do ego, um ideal que o sujeito recebe do grupo e que o torna pertencente a ele. Em resumo, “o sujeito vê, no conjunto, o suporte oferecido a uma parte de sua libido narcísica” (Aulagnier, 1979 [1975], p.150). A autora faz referência ainda a uma repetição de discurso imposta pelo grupo que, ao ser uma exigência constantemente colocada ao sujeito, compreende a existência de um traço que insiste em uma continuidade. Desta forma, a permanência do conjunto é identificada à permanência do indivíduo, em que o primeiro se torna o único possível em termos de temporalidade humana, pois permanecerá independente desse indivíduo. Percebemos aqui certo ideal de imortalidade imantado pelo ideal do grupo e pelo ideal de cada sujeito, assim como o narcisismo parental investido na criança aponta para um desejo de imortalidade do ego.

Além disso, esse sujeito ideal, que é investido antes mesmo da criança nascer, participa de uma temporalidade, na qual a criança será incluída por consequência. Aulagnier afirma que o conjunto dos enunciados desse discurso do meio que possui o próprio grupo como objeto, deve conter os de “enunciados do fundamento”. Estes enunciados se referem aos fundamentos da existência do grupo variam de acordo com a cultura e, geralmente, são míticos, sagrados ou religiosos. Eles precisam ser compreendidos como palavras de certeza. As funções do discurso do mito, da ciência e do sagrado comportam enunciados que abordam a origem do modelo, como o discurso da ciência e suas teorias sobre a origem do universo e do homem.

“O discurso do meio oferece ao sujeito uma certeza sobre a origem, necessária para que a dimensão histórica seja retroativamente projetável sobre seu passado, podendo ele, então, subtrair-se a uma referência, cujo saber materno ou paterno seria a garantia exaustiva e suficiente. O acesso a uma historicidade é um fator essencial no processo identificatório, sendo indispensável para que o Eu alcance o limiar de autonomia exigido para seu funcionamento” (Aulagnier, 1979 [1975], p.151).

Assim, esses enunciados de fundamentos definem leis de funcionamento do grupo, as quais sustentam a representação dos sujeitos. A partir daí, a autora supõe que a relação entre sujeito e meio dependa do investimento do sujeito nesses enunciados, gerando uma certeza de discurso calcada em uma ideia de passado partilhada, desdobrada em um modelo de futuro. Em contrapartida, o grupo exige que o sujeito ocupe o lugar de um discurso morto, de uma voz extinguida como um dito de um antepassado, assegurando, assim, a continuidade do grupo.

Desta forma, o meio garante ao sujeito um lugar para seu investimento e, em troca, o sujeito assegura a repetição do discurso do grupo e assim, garantindo sua imutabilidade. Podemos concluir que o contrato narcísico possui cláusulas relevantes para o desenvolvimento psíquico da criança. A ruptura desse contrato pode, portanto, ter consequências graves e diretas no psiquismo deste sujeito. Ao compreender a importância desse conceito, Kaës apresenta o contrato narcísico como a principal aliança inconsciente estruturante, acrescentando suas conclusões à teoria de Aulagnier.

“o investimento narcísico, o que ele requer e o que ele dispensa, está na origem do vínculo e da aliança de acordo primária entre o bebê e seu primeiro meio subjetivo. O contrato narcísico é também uma das alianças estruturantes necessárias ao desenvolvimento da vida psíquica.” (Kaës, 2009, p. 56)

Tais conceitos são tão necessários quanto controversos. A concepção de narcisismo tem trazido muitas questões ao campo psicanalítico, desde que foi apresentada por Freud em 1914. Mas o que deve ser priorizado aqui é o aspecto estrutural, necessário à constituição do psiquismo, como aponta Kaës. Assim, para o autor, a partir de Freud é possível desenvolver alguma compreensão a respeito do contrato narcísico. Em “Sobre o narcisismo, uma introdução” temos quatro formas de ver o narcisismo, segundo Kaës: como perversão sexual; como etapa do

desenvolvimento psíquico, entre o auto-erotismo e o amor objetal; como investimento libidinal do eu e como escolha de objeto distinta da escolha de objeto por apoio. Tal conceito é concebido por Freud com uma proposta basicamente intrapsíquica. Apesar disso, os autores aqui estudados mostram que é preciso ressaltar a existência neste texto de uma questão da ordem do inconsciente parental, o narcisismo dos pais e o lugar de herdeiro que é demandado ao sujeito.

“Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram.” (Freud, 1914, p. 261).

Neste trecho, observamos um duplo estatuto que leva a uma dupla existência do indivíduo. Este é um fim para si mesmo, e também o elo de uma corrente na qual está assujeitado contra sua vontade. Este é o ponto de apoio em Freud para se pensar o contrato narcísico. Kaës sustenta, portanto, a necessidade de vermos o sujeito sempre inserido em uma cadeia, na qual ele constitui e é constituinte, assim como seus pais.

“Os pais fazem do filho o portador de seus próprios sonhos e desejos não realizados e eles o asseguram assim, no narcisismo da criança, como é através deles que o desejo das gerações precedentes sustentou, positivamente ou negativamente, sua vinda ao mundo e sua ancoragem narcísica.” (Kaës, 2009, p.57).

Compreendemos, assim, a percepção de Kaës sobre a dupla conquista de uma aliança inconsciente, pois os dois sujeitos têm seus desejos satisfeitos, o que sozinhos não conseguiriam. O contrato narcísico sustenta isso na medida em que combina a necessidade de dar conta de desejos não realizados por parte dos pais com a necessidade de o bebê receber um investimento que o proporcione uma entrada no mundo. Este investimento narcísico parental nutre e sustenta o narcisismo do bebê, tão caro a sua constituição, pois, como insiste o autor em referência ao conceito de Aulagnier, ser o sujeito da filiação implica, necessariamente, em estar sempre em encontro com o interdito e com o incesto. Este não pode apresentar-se como sujeito sem que antes tenha sido sonhado por seus pais ou avós e, enfim, a sociedade, como seu prolongamento narcísico. A extensão disso nos concerne na medida em que propõe uma questão anterior ao sujeito, que precisa se apropriar de um lugar e reconhecê-lo, pois, sua

dimensão constitutiva intergeracional não oculta o potencial alienante que comporta. Paradoxalmente, segundo Aulagnier, é o contrato narcísico que pode assegurar ao sujeito a ocupação, em contrapartida ao veredicto parental, de um lugar de independência.

### **3.3. A Teoria da sedução generalizada**

Para Tatiana Inglez-Mazzarela, a questão da filiação na teoria da transmissão psíquica possui a importância de fundamento. Baseada em alguns autores, ela propõe uma reflexão sobre as idiossincrasias inerentes à chegada de um filho em uma família. Lidamos aqui com reestruturações práticas para a chegada de um novo membro, e com reorganizações psíquicas que o processo implica. A movimentação dos lugares ocupados é clara: pais se tornam avós, filhos se tornam pais. Desta forma, “mobilizações de conteúdos inconscientes, assim como de marcas sem inscrição costumam emergir. Em jogo estarão os conteúdos transmitidos: não-dito, traumas infantis, recalcamientos...” (Inglez-Mazzarela, 2006, p. 74).

A autora utiliza dois argumentos, um de Szejer (1999) e outro de Moro (2005). Segundo Szejer, a mãe ficaria exposta a conteúdos inconscientes por algum tempo após o parto, com uma abertura para a transmissão de “significantes da história familiar” ao recém nascido. Moro também corrobora com esta ideia e reitera com o conceito de “transparência psíquica” retirada de Bydlowski. Segundo tais autores, a gravidez reativaria conflitos infantis, edípicos, tornando mais legível o psiquismo materno. Tatiana entende que, necessariamente, “o bebê é perpassado pela história que o precede e o atravessa, inclusive suas lacunas” (Inglez-Mazzarela, 2006, p. 75). A autora ainda aponta para o destaque que Moro dá ao caráter constituinte da transmissão. Trata-se de uma forma de toda uma história familiar se fazer presente no psiquismo da criança, não só por via do recalque, mas também da possibilidade de que assim traumas sejam inscritos.

Entendemos, desta forma, o quanto as leituras de Inglez-Mazzarela a incita refletir sobre a transmissão do psiquismo através de um viés constitutivo e complexo.

Segundo a autora, ao longo de seu percurso ficou muito claro que o tema da transmissão psíquica geracional evoca, inevitavelmente, a questão da compulsão à repetição. Ela mostra que uma discriminação entre a transmissão do reprimido e a transmissão do forcluído ou desmentido deve ser muito clara, uma vez que todas pertencem à categoria da transmissão do negativo. O negativo é definido pela autora como sendo um “substantivo e refere-se à ausência de representação ou representabilidade” (Inglez-Mazzarela, 2006, p. 85). Desta forma, a autora afirma ter encontrado em autores que tratam da questão, diferentes formas de se referir ao negativo, principalmente no tocante ao tema da transmissão inconsciente, e exemplifica: o originário e o pictograma da Piera Aulagnier; o eu-pele de Didier Anzieu; a histeria arcaica de McDougall e a teoria da sedução generalizada de Laplanche. (Inglez-Mazzarela, 2006).

Partindo do último exemplo dado pela autora, tentaremos pensar como a teoria da sedução generalizada pode indicar a existência de uma transmissão do negativo. Já que a autora não desenvolve sua proposição a respeito dos exemplos supracitados, seguiremos essa tentativa a partir da nossa leitura de Jean Laplanche. Pois, segundo Laplanche (1987), tudo o que ocorre no espaço intersubjetivo entre adulto e bebê é da ordem da comunicação de um psiquismo para o outro, com diferentes vias e níveis. Primeiramente, no nível adaptativo, a comunicação ocorre no sentido “criança-pais”, enquanto na via contrária, sentido “pais-criança” há uma comunicação de nível sexualizado. Neste sentido, a situação originária comporta duas perspectivas distintas, a do adulto e a da criança. Uma relação assimétrica por definição, na qual a criança encontra-se em contato com conteúdos adaptativos ainda imperfeitos e prestes a se deixarem desviar, e o adulto, com sua postura desviante das normas concernentes à sexualidade e em relação ao desconhecimento de sua própria clivagem. (Laplanche, 1992 [1987])

Para melhor compreender as idiosincrasias implicadas na teoria de Laplanche, é preciso, inicialmente, voltar à primeira teoria do trauma, em que Freud, em contato com a clínica das histéricas, juntamente com Breuer, define o trauma como uma combinação de dois momentos, duas cenas. A primeira seria caracterizada por uma tentativa por parte do adulto, de natureza sexual, em relação a uma criança sem ainda maturidade para significar o ato como sendo, de fato, sexual. Este primeiro evento não se constitui traumático *per se*, mas caracterizaria uma entrada de fora pra dentro de um sexual ainda incapaz de ser representado pelo mundo infantil. Já a segunda cena, aconteceria após a puberdade, caso em que a criança, agora adolescente, evocaria através de percepções



diversas a primeira cena e seria, enfim, capaz de compreendê-la em seu sentido sexual. Desta forma, neste segundo momento entraria em cena o recalque como defesa, afastando da consciência do sujeito a lembrança insuportável. Este momento é entendido por Laplanche como o “evento do exterior convertido em evento do interior, ‘corpo estranho’ internalizado que irrompe agora do próprio íntimo do sujeito” (Laplanche, 1988 [1985], p. 30).

No caso de Katharina descrito por Freud, junto a outros casos clínicos de histeria entre 1893 e 1895, observamos claramente esta divisão temporal do conteúdo traumático. Entretanto, após perceber a repetição de conteúdos de cunho abusivo na infância e questionando a veracidade do discurso de suas histéricas, Freud se vê obrigado a elevar a questão da cena traumática sexual ao nível da fantasia e assim, tirar a circunstância inicial de um fato diretamente relacionado a um abuso sexual. Apesar de ter abandonado parcialmente esta teoria e em 1920 ter trazido à compulsão a repetição para a questão traumática, somente em 1926 a teoria do trauma ganha uma forma mais específica com a distinção entre a angústia sinal e a angústia automática. A primeira apontaria para uma ligação primária, uma preparação do Ego em um estado de desamparo contra um excesso. Já a segunda se caracteriza por uma intensidade tão alta, que não encontra simbolização, ou seja, não é colocada no campo da mediação representacional, sendo, portanto, traumática.

A primeira teoria, dividida em duas cenas, apresenta um aspecto imprescindível para a compreensão da transmissão psíquica e de seu possível viés traumático. Como aponta Laplanche em 1985, em seu livro “Fantasia originária, fantasia das origens, origens da fantasia”, este primeiro tempo precisaria ser referente a uma relativa “transcendência”. Esta distinção entre os tempos traumáticos é feita por Freud em um momento em que ele ainda não considera a sexualidade infantil como uma realidade. Como pensar, então, conhecendo a evolução de seus textos sobre a sexualidade na infância, esses mesmos tempos traumáticos? A princípio, ficaria excluída a primeira cena, e toda teoria haveria de ser questionada. Porém, Laplanche aponta para a possibilidade de pensar a primeira cena em relação a uma regressão infinita, uma “criança de antes dos tempos”.

“(…) Seria necessário conciliar a invasão de um exterior num interior com a ideia de que, antes dessa invasão, talvez não houvesse interior; (...) Em resumo, um sujeito anterior ao sujeito,

recebendo o seu ser sexual de um exterior que precedesse a distinção exterior-interior”. (Laplanche, 1988 [1985], p. 33)

Mas Freud continuaria buscando fatos na realidade que justifiquem a repetição dessas fantasias de sedução em sua clínica. Ele procura resolver esta questão através da filogenética. A partir daí, o autor encontra ferramentas para explicar esse algo que se coloca quase que da mesma forma, mas em situações diversas, através de acontecimentos que teriam ocorrido em famílias primitivas, em tempos muito distantes:

“É possível que todas as fantasias que nos são hoje contadas em análise (...) tenham sido realidade outrora, nos tempos originários da família humana, e ao criar fantasias, a criança apenas está preenchendo, com ajuda da verdade pré-histórica, as lacunas da verdade individual” (Freud, 1917 [1916-17])

Desse modo, existe algo no sujeito, independente se criança ou adulto, que, por se apresentar na forma de enigma, de não compreendido, não simbolizado, implica na necessidade da criação de uma fantasia para que se constitua algum sentido. Isso está para além da linguagem assimilada, até mesmo para o adulto, e que, na constituição do sujeito, o colocaria num lugar de passividade em relação ao seu desamparo, tanto biológico quanto psíquico. Essas lacunas no entendimento concernentes aos sujeitos seriam questões referentes às “origens”, presentes em todas as pessoas por nunca terem existido respostas que as encerrassem em definitivo. A fantasia tipicamente apresentada pelas históricas de Freud, e pela maioria dos outros neuróticos, a sedução, seria uma postulação, numa tentativa de compreender o enigma da origem da sexualidade, assim como outros mitos religiosos o fazem.

Esses enigmas são passados de geração em geração sem a possibilidade de resposta e, desta forma, caracterizam o não-dito que nunca deixa de ser escutado pelo sujeito. Será necessário, portanto, somente um ruído, algo que incite o aparelho perceptivo, para que a fantasia ganhe seu contorno, como podemos perceber, por exemplo, na fantasia do coito parental, em que a criança ouviria ou veria a relação sexual entre os pais. Neste caso, teríamos uma típica fantasia originária remetida às origens, no caso, a origem do próprio indivíduo. A posteriori, algum outro ruído, por exemplo, que remeta a esse momento primeiro, se caracterizará como um segundo momento traumático e acarretará o surgimento de defesas específicas. Neste caso,

compreendemos o estatuto da primeira cena como algo sempre da ordem do não-simbolizável, do não compreensível, do enigma, constituinte na formação de cada sujeito.

Mas, como já vimos, Ferenczi em 1933 retoma à teoria da sedução, trazendo a diferença de línguas entre criança e adulto como outra possível solução teórica. Uma “confusão”, como ele explica, entre a linguagem da paixão do adulto, e a da ternura da criança, onde a primeira equivaleria, de qualquer forma, a uma violência justamente por ser marcada por conteúdos especificamente sexuais, além de interdição e culpa. Ocorreria, portanto, uma introjeção do erotismo do adulto na criança em contato com a sua linguagem e, assim, conseqüentemente, a sedução neste momento seria relativa a um mito referente à origem da sexualidade. (Laplanche, 1988 [1985]).

Desta forma, esta cena de sedução corresponderia, mais uma vez, a uma não-simbolização por parte da criança de um conteúdo que também seria pouco elaborado pelo próprio adulto. Esta ausência de elaboração subjetiva de um conteúdo tão específico se tornará algo excluído dentro do sujeito, como explica Laplanche.

“Esse ‘corpo estranho’ que vai tornar-se excluído no interior, é o mais geralmente proporcionado ao sujeito, não pela percepção de uma cena, mas pelo desejo parental e a fantasia que o sustenta”. (Laplanche, 1988 [1985], p. 48).

Para Laplanche, a solução definitiva seria retomar a teoria das duas cenas traumáticas e pensar em uma nova forma de olhar, voltada para o estatuto inconsciente da relação entre adulto e criança. A “teoria da sedução generalizada” que, como seu próprio nome indica, aponta para uma sedução que ocorreria na vida do sujeito, independente da intenção consciente dos adultos a sua volta. Até mesmo porque, a noção de sedução precoce não foi abandonada por Freud, pois ao longo de seu percurso teórico em torno da sexualidade infantil, ele fala dos cuidados maternos como possuindo características eróticas e, assim, sendo da ordem de uma sedução. Na teoria da sedução, desde Freud, portanto, a mãe tomou o lugar do pai sedutor da primeira cena. A partir daí, Freud nos deixa caminhado em solo árido e não dá a devida atenção à influencia decisiva do inconsciente da mãe. Laplanche, baseado nessas elaborações de Freud, apresenta outro conceito um tanto quanto mais abrangente, mas ainda segue conceitualmente com a teoria da sedução generalizada, a “sedução originária”. Assim,

ele dá um passo adiante, compreendendo o peso da defasagem entre adulto e bebê e a intersubjetividade aqui em foco:

“Por meio do termo *sedução originária* qualificamos, portanto, essa situação fundamental em que o adulto propõe à criança significantes não verbais assim como verbais, inclusive comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes.” (Laplanche, 1992 [1987], p. 134).

O autor trabalha ainda com a noção de “significante enigmático” para designar objetos que incitam dúvidas em relação ao seu fim funcional. Um exemplo seria o seio materno que, ao mesmo tempo em que aleita e alimenta o bebê, é importante objeto de investimento sexual. Desta forma, observamos o caráter perverso, no sentido proposto por Freud em 1905, que está em jogo nessa relação entre o objeto e o bebê. Tal enigma insolúvel tanto para o bebê quanto para o adulto, perpassa a relação entre ambos de forma indecifrável, mais uma vez, como um enigma. É algo que, para ser de fato dominado, precisa ser compreendido, mas, como isso, se apresenta de forma impossível, permanece em estado “selvagem”, sendo caracterizado como da ordem do que seria traumático. (Laplanche, 1992 [1987]).

Apesar de Inglez-Mazzarela ter apenas citado tal teoria de Laplanche para justificar sua hipótese, sem desenvolver onde exatamente é possível achar sua relação com o negativo, pensamos na questão dos significantes enigmáticos como uma possível via de entendimento do que ela estaria se referindo. O enigma, o não compreendido nem pela criança nem pelo adulto, seria o móvel da sedução e, diante das observações colocadas aqui, da própria transmissão. Poderíamos pensar então numa transmissão, ou invasão da sexualidade inconsciente marcada pelo negativo, traumático por definição. O enigma seria exatamente o que impulsionaria esse processo, como se percebe na colocação de Laplanche: “Os cuidados ‘maternos’ ou o ataque ‘paterno’ só são sedutores porque não são transparentes, mas opacos, veiculando o enigmático.” (Laplanche, 1992 [1987], p.137), E ainda sobre as mensagens enigmáticas:

“Essas mensagens enigmáticas suscitam um trabalho de domínio e de simbolização difícil, para não dizer impossível, que necessariamente deixa para trás restos inconscientes, a que chamamos “objetos-fontes” da pulsão.” (Laplanche, 1992 [1987], p.138).

Esses “objetos-fontes da pulsão” poderiam ser entendidos como impossíveis de serem representados tanto para a criança como para o adulto. Estes restos inconscientes incompreensíveis continuam enquanto enigmas para a criança com o psiquismo em formação, deixando para um momento posterior qualquer tentativa de significação. Parece-nos algo análogo com o que Kaës classifica de transmissão marcada pelo positivo e pelo negativo. Trata-se de um contato do inconsciente da criança com o inconsciente dos pais que propõe uma relação intersubjetiva, a qual inclui tanto a questão do vínculo, do cuidado, da relação narcísica, sexual, quanto o enigmático, o não-inscrito, não-representado, o resto.

Importante salientar que “sedução” e “trauma” são expressões utilizadas num primeiro momento da teoria, como vimos, para designar quase que a mesma coisa, mas posteriormente serão discernidas de modo contundente. Ana Lila Lejarraga (1996) aponta para a necessidade de pensarmos tais expressões de pontos de vistas distintos. Segundo a autora, a teoria da sedução faz alusão a uma sexualidade que vem do outro, mais especificamente neste momento, uma sexualidade adulta que erogeniza a criança. Já a teoria do trauma, refere-se ao excesso de excitação que não encontra meio de representar ou descarregar, enfocando um aspecto quantitativo. O que a autora mostra é o quanto as duas teorias se distanciaram nos momentos posteriores da teoria psicanalítica. Quando Freud aborda a sedução da mãe nos cuidados com seu filho, ele não se refere à teoria do trauma. Da mesma forma, quando ele se debruça sobre a teoria do trauma a partir de 1920, não alude mais à questão da sedução, mantendo apenas o caráter quantitativo do que desenvolveu entre 1982 e 1987.

A teoria da sedução será retomada mais especificamente na explicação do complexo de Édipo em 1932, quando a mãe é colocada como a primeira sedutora, instigando e constituindo a sexualidade de maneira geral. Entendemos, portanto, que Laplanche, ao refazer esta união dos dois sentidos, apresenta, talvez, uma nova direção de pensamento. Este conteúdo necessariamente excessivo por parte do adulto é considerado traumático e sedutor, segundo Laplanche, e nos incita a pensar nesta colocação de Lejarraga com uma perspectiva diferente, não como uma retomada inalterada da teoria, apenas acrescentando possibilidades, mas considerando as mudanças na teoria desenvolvida por Freud, principalmente na questão quantitativa e traumática.

De acordo com Lejarraga, o fator quantitativo é ressignificado a partir de 1920 com a introdução do novo dualismo pulsional e a possibilidade de pensar em conteúdos não representados, ou seja, fora do princípio do prazer. Se nesta nova teoria do trauma os conteúdos traumáticos insistem, a partir de uma compulsão, e buscam, de alguma forma, algum tipo de inscrição, seriam as mensagens enigmáticas e a sedução advindas dos cuidados adultos da ordem de uma compulsão à repetição? Esses conteúdos sexuais transmitidos à criança estariam no plano da pulsão sexual, porém unida à pulsão de morte em virtude de seu potencial disruptivo? Poderíamos, desta forma, remeter novamente ao que Kaës chama de transmissão do positivo e do negativo, ambas incluídas no processo de transmissão constitutiva?

### **3.4. A violência fundamental**

Jean Bergeret publicou em 1984 o livro intitulado "La violence fondamentale", ainda não traduzido para o português, porém muito importante para a discussão da questão aqui levantada. Neste livro, Bergeret propõe que pensemos em direção a uma psicanálise da violência, esta colocada como constitutiva do psiquismo. Ele sugere ainda uma busca em Freud do que há de mais originário em termos do inconsciente, utilizando-se, principalmente, do conceito de fantasia, pois segundo o autor, especificamente nos últimos textos da vida de Freud, ele afirma encontrar questões enigmáticas sobre um momento histórico anterior ao imaginário genital. O objetivo de Bergeret é, portanto, investigar esses "enigmas" a partir do fio associativo indicado por Freud, passando pelo encontro de pontos de vista ditos complementares, de autores psicanalistas de diferentes épocas.

Diante deste objetivo, Bergeret discute suas hipóteses em quatro níveis. O primeiro nível de raciocínio diz respeito à proposta de crescimento emocional de um neurótico. Segundo o autor, é imprescindível que diferentes etapas da psicogênese do indivíduo possam delineadas desde a infância até o estágio final da adolescência, para que seja possível alcançar o alto nível de integração e organização narcísica e genital de um neurótico. O segundo nível exposto pelo autor aborda o quanto a universalidade do

complexo edipiano estruturado por Freud permite pensar as diferentes possibilidades de estruturação genital a partir das inúmeras conjunturas individuais. Ele afirma que seria infeliz reduzir a uma estrutura neurótica todas essas possibilidades, seja comparando modos patológicos como a psicose ou reduzindo casos diversos, como uma organização depressiva, por exemplo, a uma forma de neurose. Neste momento, o autor parece criticar uma leitura restritamente estruturalista do complexo edipiano descrito por Freud. Um terceiro nível hipotético indicado por Bergeret aponta para a necessidade de se pensar o complexo edipiano mais do ponto de vista econômico do que dinâmico. Para o autor, este complexo é uma forma essencialmente econômica de integração dos diferentes componentes psíquicos de uma personalidade, principalmente se o foco não for tanto a libido em si, mas seu sentido, sua vetorização. O quarto e último nível diz respeito, mais diretamente, ao centro de nossa discussão, que é a violência primitiva para além de uma lógica incestuosa localizada no período edípico. Bergeret sustenta que, anterior a esta violência, ocorre uma mais profunda e vital que, articulada com a libido, se direcionariam às zonas erógenas corporais e, posteriormente, aos objetos.

Durante os anos 70, Bergeret desenvolveu de forma abrangente os dois primeiros níveis de hipótese em artigos e publicações durante os anos 70. Os dois últimos foram discutidos neste livro que trataremos aqui. Entendemos, portanto, que o nosso foco, assim como o deste livro de Bergeret, serão os períodos que precedem o estágio concernente ao complexo edípico e suas vicissitudes. Também buscaremos entender em suas hipóteses e discussões como o autor percebe a questão da fantasia num nível arcaico e constituidor. Para isso, focaremos em seu último nível de hipótese, por nos apontar a possibilidade de refletir sobre fantasias anteriores ao processo de simbolização, transmitidas através de gerações que encontram uma oportunidade de circulação no psiquismo somente no caráter de violência primitiva.

No caminho de uma leitura mais específica de Freud, voltada para a questão do originário, Bergeret apresenta em "Atos obsessivos e exercícios religiosos", de 1907 uma referência às existências de representações instituais primitivas de natureza não sexual, porém violentas. Ao se manifestarem nos neuróticos, tais manifestações são alvo de uma forte repressão advinda de instrumentos religiosos. Esta repressão é justificada pelo fato desta violência ser permitida somente às divindades e nelas ser valorizada. Segundo Freud, esta seria a proximidade entre a divindade e o inconsciente humano mais primitivo. Trata-se de uma violência atribuída à "língua fundamental", em que Bergeret, baseado nas especulações freudianas enfatiza algo de uma origem, um

primeiro momento. Para entender melhor essas proposições enigmáticas de Freud, Bergeret coloca a necessidade de se atentar às últimas frases de seus textos, por indicarem a abertura de uma questão na qual novas hipóteses, ainda em estado preliminar nas ideias de Freud, apontariam para uma direção de pensamento bastante promissora. Este é o caso do texto de 1912, análise do caso do presidente Schreber, em que Freud termina apontando para uma possível regressão ontogenética em busca de conhecer algo da história filogenética e antropológica dentro de cada indivíduo.

Neste texto de 1912, Bergeret chama atenção às interrogações de Freud sobre o fato de muitos pacientes dispensarem uma energia muito grande se defendendo de uma sexualização advinda de seus próprios investimentos sexuais, o que seria possível em virtude de alguma possível falha evolutiva. Freud aponta neste texto um reconhecimento a respeito de uma falha ao atribuir ao imaginário do presidente Schreber somente a perseguição, a erotomania e o delírio de ciúme. Esta falha se refere a um narcisismo primitivo e alude a uma “predisposição patógena”, que Freud apenas aponta a necessidade de esta ser estudada mais profundamente. Bergeret atenta, então, para a hipótese deste narcisismo estar relacionado a um estado anterior e diferente do autoerotismo, assinalado por Freud como uma fantasia fundamental do "assassinato da alma" (1911). Freud se declara constrangido em determinar o sentido desta fantasia em virtude de ocultações impostas a este texto. Segundo Bergeret, entretanto, esta fantasia indica a existência de algo no psiquismo da ordem de um sentimento persecutório, antes de um universo relacional já organizado por uma estrutura simbólica, mesmo que o simbolismo genital já esteja presente desde a origem, porém inativado no indivíduo.

Bergeret sugere, então, que pensemos em uma coexistência de dois níveis bem diferentes. Um nível estaria na ordem da oposição, já bem desenvolvida pelos psicanalistas, na qual o foco seria a relação projetiva no jogo entre "eu me odeio, eu o odeio" e o "eu me amo, eu o amo". Um nível mais profundo corresponderia a um narcisismo mais primitivo, referente a uma rivalidade de tipo "ou ele ou eu". Apoiados em Bergeret, podemos pensar que esta língua fundamental citada por Freud seria referente a um momento em que ainda não existiria nem amor, nem ódio, tendo em vista a impossibilidade imaginária de uma vida a dois. Quando não temos ainda uma noção global de corporeidade, o "assassinato da alma" pode, então, ser uma ameaça à própria alma, à capacidade imaginativa individual. Sobre esta ameaça o autor indaga:



"Isso quer dizer, portanto, no imaginário parental e exterior, bem como no despertar, em eco ao imaginário próprio da criança, sobre o mais elementar direito à vida?" (Bergeret, 1984, p. 109).

Neste sentido, há algo mais originário, da ordem da fantasia, relacionado a um registro de ameaça, de violência, vivida como uma experiência de estar com um outro. Bergeret chama atenção para uma distinção importante entre dois substantivos de mesma origem: *phantasia* e *phantasma*. Ambas referidas ao verbo aparecer (mostrar), estando em questão uma forma particular da linguagem fundamental apontada por Freud, a linguagem de Sófocles. A primeira, *phantasia*, corresponde a uma ação de figurar uma representação por meio da imaginação, enquanto *phantasma* tem uma característica de passividade, sendo oferecida por um objeto externo ao psiquismo. Esta dupla origem da elaboração fantasística está presente nos textos freudianos, e Bergeret se preocupa em marcar tal diferença para colocar a questão do que é oferecido pelo objeto externo e o que advém do que é pulsional, interno. É possível, assim, pensar na necessidade de uma comunhão entre algo que advém do imaginário individual e, ao mesmo tempo, é oferecido pelo imaginário do outro. Bergeret ainda cita a questão da realidade psíquica, apontada por Freud na "Interpretação dos sonhos", de 1900, por ser resultado da junção desses dois fatores.

"Na 'Interpretação dos sonhos', ele denomina 'realidade psíquica' o resultado destas duas linhas de fatores em que a figurabilidade e a continuidade associativa se apoiam tanto sobre os desejos de pulsões quanto sobre as produções imaginárias que colocam em cena esses desejos." (Bergeret, 1984, p.109).

Existiria, portanto, em toda realidade psíquica algo de dentro e de fora. Isso nos leva a pensar sobre esta violência trazida por Bergeret relacionada à fantasia fundamental de morte da alma, como sendo de ordem construída e, ao mesmo tempo, constituinte do psiquismo. Talvez algo que esteja presente no inconsciente muito antes do que se imagina, em um inconsciente compartilhado pelo humano, o constituindo e sendo criado por ele numa relação dialética entre as realidades psíquicas. Não é difícil não pensar aqui em termos de alianças inconscientes, segundo nos apresenta René Kaës, em virtude de uma possível aproximação entre os dois autores. Uma teoria que coloca o inconsciente no grupo, como a de Kaës, trazendo uma perspectiva dinâmica no contato entre psiquismos, implica numa realidade psíquica partilhada em mútua influência.

Encontramos em ambos os autores algo que, na constituição do inconsciente, implica na relação com o outro, mas não de forma unilateral e assimétrica. Segundo Kaës, somos precedidos por alianças inconscientes que nos colocam num lugar pré-concebido, na família e no mundo. Existiria, portanto, algo presente no inconsciente comum tanto ao indivíduo e sua família, quanto ao indivíduo e sua espécie. Bergeret aponta para algo talvez ainda mais originário, no qual a origem da fantasia fundamental, da linguagem fundamental, é que estaria no ponto de interseção entre os inconscientes. Talvez o que encontramos de semelhança nos dois autores esteja no ponto de confluência do qual os dois partem para fazerem suas teorias: Freud. Na passagem a seguir, Bergeret aponta em Freud algo que podemos dizer estar indo ao encontro dos pensamentos dos dois autores:

"Freud insistiu, ao contrário, na continuidade real, sobre os lugares existentes entre as diferentes formas de uma mesma atividade mental do conjunto, modulada pela totalidade das inscrições simbólicas inatas como pelas experiências advindas da vida corporal, comportamental e afetiva do sujeito." (Bergeret, 1984, p. 109).

Podemos pensar nestas "diferentes formas de uma mesma atividade mental do conjunto" como o que de partilhado existe entre os inconscientes dos sujeitos envolvidos. Fantasias, portanto, como nos traz Bergeret, que estariam no centro da interseção entre todos os inconscientes. E seriam, segundo ele, fantasias de cunho essencialmente violento. O autor traz o texto freudiano de 1919, "Bate-se numa criança", como um exemplo de como Freud é prudente ao propor uma fantasia em que se encontra representada uma grande quantidade de violência primária.

Para Bergeret, Freud insistiu na origem filogenética das fantasias ditas por ele originárias em virtude da dificuldade de se pensar que a existência de um recalçamento no sentido habitual do termo, ou seja, o recalque secundário implicaria necessariamente na existência de um recalque anterior, dito primário ou originário. Este primeiro recalçamento traria à tona a existência de representações que nunca teriam sido conscientes. E esta afirmação nos parece mais importante ainda se pensarmos na dupla ação recalcante, pois este processo implica numa força tanto para expulsar os conteúdos para o inconsciente quanto numa força que os atrai em direção ao inconsciente. Esta atração seria exercida por representações já presentes no inconsciente, lá em decorrência de um recalçamento primário. Portanto, Bergeret nos chama atenção para pensarmos em termos de inconsciente secundário, produzido pelos recalçamentos secundários, e em

um inconsciente primário, anterior a esses recalcamientos. Para o autor "O inconsciente propriamente dito não pode existir, do ponto de vista da teoria psicanalítica, sem reconhecermos um inconsciente primário" (Bergeret, 1984, p. 111). Desta forma, inconsciente primário e recalcamiento originário estariam associados ao que de mais arcaico haveria no psiquismo.

Podemos, de fato, encontrar em Freud referências muito claras a esta questão. Em 1915, por exemplo, ele nos fala de "formações mentais herdadas, constituindo o núcleo do inconsciente" (Freud, 1915, p. 467). Este núcleo parece corresponder a sua noção de inconsciente primário, uma das bases para a hipótese de Bergeret. Em 1918 Freud menciona novamente esta questão do núcleo do inconsciente, em observação ao caso do Homem dos Lobos, onde este núcleo corresponderia a um patrimônio inato comum a todos os seres humanos, agindo tal como o instinto dos animais. Esta atividade, porém, segundo Freud, será destronada em virtude da ocasião da aquisição da razão, entendida por Bergeret como a solução do Édipo, elaboração operada pela genitalidade.

A característica principal dessas representações inconscientes primárias que as difere das produzidas pelo recalcamiento secundário é o fato destas não possuírem uma tendência de retorno ao consciente, pois não foi de lá que elas vieram. Estas representações em estado bruto seriam as verdadeiras fantasias primitivas, que como tais, não aparecem no consciente, ou seja, não são experienciadas pelo sujeito como de fato são, apesar de estarem presentes em todos os seres humanos. Como Freud mesmo nos ensina, as fantasias originárias possuiriam uma função de preencher uma lacuna da vida individual com uma verdade pré-histórica. E é esta lacuna particularmente que esta em foco de análise para Bergeret.

Neste ponto, o autor critica as proposições de J. Laplanche e J.-B Pontalis acerca das fantasias originárias. Para esses autores, tais fantasias são formações imaginárias presentes no sujeito desde sua origem, antes mesmo seu nascimento. Laplanche, Pontalis e Bergeret sustentam a desconfiança freudiana da existência de um inconsciente primário, que conteria representações de origem filogenética e constituiria o verdadeiro meio de ancoragem do inconsciente secundário. Entretanto, mesmo em Freud, é fundamental que essas fantasias originárias não constituam uma estrutura redutível ao indivíduo, ao contrário, elas devem estar para além do imaginário pessoal. Para ele, é possível pensar em três fantasias originárias fundamentais: fantasias que consideram a observação sexual dos pais, a sedução e a castração (Freud, 1915). A

partir daí, Laplanche e Pontalis apontam para as lacunas evocadas ao se colocar em cena essas fantasias, as quais seriam a origem do sujeito, da sexualidade e da diferença entre os sexos. Neste ponto, Bergeret discorda desses autores, pois questiona se tais fantasias de fato estariam presentes desde a origem. Ele indaga, a partir da proposta de Freud, a possibilidade de considerar fantasias verdadeiramente primárias, anteriores a essas levantadas por Laplanche e Pontalis. Para Bergeret, as fantasias originárias clássicas (sedução, cena primitiva e castração) devem ser vistas como relativamente tardias, secundárias, constituídas posteriormente. Assim, a pesquisa deste autor aponta para uma problemática imaginária mais primitiva, ainda não sexual. A hipótese de Bergeret é colocada de forma clara na passagem a seguir. "Minha hipótese pessoal vai no sentido de uma problemática imaginária inicial puramente violenta, nulamente elaborada libidinalmente, nem mesmo agressiva." (Bergeret, 1984, p. 119).

Assim, para Bergeret, antes mesmo de uma fantasia libidinalmente elaborada, como se percebe em Laplanche e Pontalis, há fantasias de cunho violento, sem influência da libido. Concebemos, desse modo, dois tipos de fantasias: as secundárias, envolvidas em um imaginário edipiano, e as primárias, bem mais arcaicas. As fantasias primárias de nível mais profundo e arcaico são fundamentais para a vida genital posterior. A tese de Bergeret se fundamenta, principalmente, na percepção das três fantasias originárias clássicas através um ângulo que as coloca intrincadas em sua base. Ele afirma, portanto, que essas fantasias possuem um fundo de natureza violenta. A cena primitiva é percebida pela criança como uma luta entre os pais; a sedução, mais claramente, uma violência sexual; e por fim, a castração, vista como um risco de perda genital relacionado à questão da circuncisão. Não é apenas a questão sexual, genital, que veicula o traumático, mas seu caráter intrínseco de violência. Enquanto autores como Laplanche e Ferenczi tratam do trauma relativo a uma imposição de um conteúdo sexualizado do adulto contra um psiquismo desamparado da criança, Bergeret aponta para algo que seria também da ordem do traumático, mas estaria para além da questão sexual. Isso é explicitado na passagem a seguir:

"Minha hipótese aparece como diferente: toda questão sexual, pela sua ontogênese mesmo, comporta no adulto uma integração da violência primitiva pré-genital no seio de uma elaboração genital progressivamente e secundariamente realizada. (...). Serão, portanto, os elementos violentos (sobre os quais estão apoiados ontogeneticamente os elementos genitais elaborativos nos pais) que apenas serão ativos sobre o imaginário precoce da criança e constituirão essencialmente, como elementos individualmente e

autenticamente individuais violentos, o fator traumático precoce desencadeado pela evocação, realizada pelo imaginário global parental, da cena primitiva." (Bergeret, 1984, p. 120).

Portanto, são os elementos de base verdadeiramente violentos da fantasia de sedução do adulto que ativam os elementos violentos do imaginário receptivo da criança. Lidamos aqui com uma questão de comunicação entre inconscientes, em que o arcaico de um interfere na estimulação dos elementos arcaicos do outro. Bergeret trata de uma primeira interação imaginária espontânea entre o adulto e a criança, apontando para dois movimentos importantes que coexistem: um movimento "progressivo" que tenderia a elaborar e integrar cada vez mais conteúdos violentos do imaginário no seio da problemática genital; e um "regressivo", no sentido de uma tendência a trazer sob a forma de masoquismo ou sadismo uma parte da erotização em direção à violência em uma ligação agressiva. Talvez uma busca saudável seria por uma integração entre a violência do imaginário pré-genital com uma libidinização genital. Neste sentido, uma fixação num período arcaico, impediria tal estado integrativo tendo, como consequência, uma carga de violência livre excessiva e destrutiva, tanto para o mundo, quanto para o próprio sujeito.

Neste mesmo livro estudado aqui, alguns capítulos anteriores buscam uma compreensão mitológica dessas fantasias classificadas como mais primitivas. As duas principais citadas pelo autor são o parricídio e o infanticídio, relativas, principalmente, a uma questão de devorar ou ser devorado. Segundo Bergeret, a estrutura própria de cada sujeito é irrelevante, pois é possível inserir todos em uma profunda questão ligada à violência em seus imaginários, os quais podem desencadear as angústias mais intensas. A eficácia ou não das páraexcitações da mãe exerce um papel decisivo diante das efracções das fantasias primitivas. É possível que falte no imaginário materno uma quantidade suficiente de excitação libidinal para a realização de uma integração da violência no seio de uma elaboração edípiana. Para isso, a mãe deve estar implicada ao fato de ser, em algum momento, a amante do pai desta criança. Estamos diante, portanto, de uma possibilidade de problemas constitucionais no aparelho psíquico do sujeito, gerando sintomatologias diversas. Neste ponto, podemos entender que esta violência a que Bergeret se refere é constitutiva e essencial para o psiquismo humano, nos colocando diante de um momento desta constituição no qual a violência está

separada da questão libidinal. Assim, é necessário um imaginário materno para que uma lógica edipiana genital integre essa violência de forma estruturante.

O conceito de fantasias originais, portanto, se apresenta na teoria psicanalítica, tal como se apresentam no imaginário individual. Elas servem como uma defesa contra a conscientização de um imaginário excluído de representatividade no adulto graças à elaboração genital, quando esta funciona convenientemente. O objetivo de atentar para essas fantasias é desviar do que não é possível compreender, explicar ou até mesmo representar. O autor ainda previne sobre o perigo de, na clínica, tal questão ser ignorada, pois, para ele, quando tal elaboração genital edipiana falha, a fantasia violenta não integrada adquire cunho persecutório ou é investida em problemáticas corporais e comportamentais. É necessário, portanto, não fechar os olhos para essa falha da elaboração genital. Caso contrário, há a possibilidade de se constituir um trabalho superficial, sob falsas questões edipianas.

A respeito da gênese da fantasia primária, o autor equivale a problematização à questão da origem da expressão simbólica. Ele aposta que toda herança filogenética implica em um inconsciente primário e apenas cita a ideia bastante contestada de um inconsciente coletivo. Bergeret, apoiado na hipótese de M. Fain, acredita que toda organização simbólica resulta de fantasias arcaicas. A passagem de uma economia violenta primitiva para uma histerização opera, com as qualidades de um processo de integração, as ligações criativas próprias de uma economia genital. Entendemos dessa forma a colocação abaixo do autor.

"É a elaboração e a integração da fantasia violenta pelo imaginário libidinal que abrirá via à simbolização triangular edipiana, sem a qual a estruturação neurótica familiar corre o risco de não se constituir realmente". (Bergeret, 1984, p. 125)

Assim, Bergeret conclui pela existência de uma pré-estrutura inacessível ao sujeito por via direta, o que constitui um elemento hereditário tornado operatório no psiquismo, graças à influência das fantasias parentais. Ele defende a ideia de que os primeiros momentos do bebê são caracterizados por um jogo entre seus elementos inatos estruturados internamente e as modulações advindas do exterior, maternas em particular. Tais elementos internos inatos seriam uma forma de comunicação, pois são percebidos pela mãe, captados e interpretados, gerando uma consequente resposta. Essa fantástica, portanto, seria para o sujeito um meio de união do passado, filo e

ontogenético, com o presente, em sua experiência. O autor pensa, então, em uma “gramática fantasística” na qual traços universais se encontram préprogramados, atribuindo à fantasia primária uma função predominantemente comunicativa. Assim, o imaginário violento pode ser considerado como préfuncional e gerador de estruturas mais complexas e edipianas, portanto, triangulares.

Podemos concluir com a percepção do autor acerca da questão patológica já citada anteriormente, mas em uma perspectiva notadamente econômica. Para ele, é a capacidade da mãe de ocupar o papel de amante, que coloca sua libidinização a serviço da integração do bebê, de seus conteúdos arcaicos violentos em uma lógica genital. Desta forma, esta estruturação pela via erótica, que permite a existência de tal estágio de elaboração genital a partir da dinâmica violenta, pode ser mais ou menos sólida ou psicotizante. Assim, o imaginário parental possui papel decisivo, em virtude do quanto de capacidade que a mãe terá de ser uma amante, ou melhor, de histericizar sua própria fantasia violenta. Esta colocação da mãe em lugar de amante a posiciona em direção a uma construção possível das fantasias ditas originárias por Freud, de sedução, de coito com o parceiro ou de castração, ou seja, numa lógica genital, essencial para a integração simbólica do bebê.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do nosso percurso, possuíamos na base dos estudos duas questões complexas, pertinentes e articuláveis: a transmissão psíquica e o trauma. Ambas restritas ao estudo de autores que as entendiam como articuláveis somente no âmbito da patologia clínica. Algumas proposições, porém, apontavam para outra possibilidade de se pensar a transmissão psíquica e o trauma, mesmo ao se referirem à patologia: algo que estaria imbricado nas duas questões que seria próprio do dispositivo subjetivo psicanalítico. Tal possibilidade nos colocou algumas dificuldades e dúvidas, referentes a diferenças entre teorias, a vocábulos muito específicos, posições fixas e, até mesmo, ausência de determinada literatura.

Ao longo do tempo, as duas questões referidas acima pareciam não ser mais tão específicas de uma parte da literatura, voltada para marcas contemporâneas da clínica, mas também de processos constituintes, essenciais à estruturação do psiquismo. Talvez o mais difícil tenha sido formular uma questão em que tais constructos pudessem ser entendidos juntos, sem um viés patológico e, ao mesmo tempo, que a questão se colocasse de fato como uma possibilidade, uma especulação, uma dúvida. Uma questão formulada tal qual o desenrolar deste percurso, passando por afirmações categóricas e destituições, por autores que vislumbravam a possibilidade sem aprofundar no tema e por autores que nem sequer aceitavam conceitos como o negativo e a pulsão de morte.

Nosso autor de base, René Kaës, nos colocou sempre diante de suas próprias questões, principalmente no que tange ao negativo. A estratégia foi percorrer autores indicados por ele para entender suas questões e propor a nossa de forma mais pertinente possível, mesmo que para isso fosse necessário visitar autores desconhecidos. Tal empreitada, entretanto, tornou o percurso mais rico e diversificado. Infelizmente, neste sentido, algumas questões fundamentais ficaram de fora em virtude do tempo e do desenrolar de nossos esforços. A própria teoria de René Kaës é infinitamente maior e mais complexa do que a apresentada aqui. Nosso recorte privilegiou pontos específicos essenciais a nossa questão, mas acabamos por não nos aventurar em conceitos importantes, inclusive precursores dos conceitos de transmissão psíquica e alianças inconscientes, amplamente explorados aqui.

Mas não somente a René Kaës que devemos esta consideração, mas a outros autores aqui utilizados. Como Piera Aulagnier que, com sua teoria a respeito do



pictograma, poderia em muito nos ajudar, além de N. Abraham e M. Torok, com a arqueologia do símbolo, e J. Laplanche com as fantasias originárias. Todas essas propostas ficaram de fora de nosso percurso em virtude de contingências, mas de forma alguma foram consideradas menos importantes ou desnecessárias. Apenas priorizamos em nossas escolhas o que nos manteria mais próximos às questões por nós propostas.

Voltaremos agora ao ponto de partida de nosso trabalho: do escravo ao herdeiro, da alienação à apropriação dos conteúdos transmitidos. Questionamo-nos, principalmente, a respeito da real possibilidade de que tudo o que se transmite seja apropriado pelo psiquismo desde o primeiro momento. Depois, se haveria, necessariamente, algo nesta transmissão que não pudesse ser metabolizado por um psiquismo sem estruturação suficiente para tal. Por fim, indagamos se poderíamos dizer que em toda transmissão inconsciente estaria implicada tanto uma positividade quanto uma negatividade, pulsão de vida e pulsão de morte, representação e não-representação. Não nos propusemos a responder tais perguntas de forma definitiva, mas apresentar possíveis campos de investigação em que seja viável a observação de tal possibilidade de construção. Nos autores que escolhemos e em seus desenvolvimentos teóricos, encontramos bases sólidas para expor nossa questão, principalmente em virtude destes terem conseguido formular suas teorias de maneira consistente e com riqueza de conteúdo. Esta riqueza nos foi fundamental para o vislumbre de diferentes vias de articulação, possibilitando apontar caminhos e questões.

Observamos de forma muito contundente alguns limites em diversos textos estudados, inerentes à teoria, porém claros em sua complexidade nas colocações de cada autor. Por exemplo, vimos em muitos momentos um corte em linhas de pensamento até ali muito bem desenvolvidas, em virtude de uma escolha teórica de não entrar na abordagem de alguns dos construtos psicanalíticos mais problemáticos. Entretanto, ao observarmos tais cortes e limites, consideramos a possibilidade de haver, de fato, uma não aceitação desses construtos. Estamos nos referindo aos conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição. Ficou evidente que, ao tratar da questão traumática por uma via constitutiva e não patológica, havia um claro risco de deparar-se com tais construtos e, diante desta evidência, era nítido nos textos um estancamento no processo de pensamento.

Apesar de isso ter se colocado como um problema no nossa pesquisa, entendemos a dificuldade de certas políticas e posturas dentro da academia, que limitariam, mas também norteiam teorias importantes no campo psicanalítico. Porém,

em alguns momentos quando tal evidência se colocava, um autor aparecia como única opção, ainda mantendo o corte no pensamento e a resistência aparente, mas apontando para uma possível saída. Lacan foi adotado em alguns momentos, portanto, para justificar o conceito de compulsão à repetição na teoria psicanalítica, como se somente através de sua construção sobre o real e sobre a cadeia significante fosse possível entender o negativo na constituição psíquica. Talvez isso se coloque como verdade, diante da dificuldade de se trabalhar o tema do negativo e, principalmente, de tolerar a ideia de que este nos constitua.

Neste sentido, notamos uma carência de alguma literatura que desenvolva a questão da pulsão de morte ou do negativo, de forma a desenvolver a segunda teoria do trauma de 1920, mas num sentido não patológico. Encontramos, ao contrário, vasta literatura disponível apontando para a presença da compulsão à repetição e da prevalência da pulsão de morte sobre a pulsão de vida em casos clínicos ditos “casos-limite”, direcionando para uma patologia dita “contemporânea”. Optamos por estudar tal literatura por entender que através dos “casos clínicos” podemos vislumbrar também algo da nossa constituição psíquica. Afinal, chegamos à questão desta pesquisa a partir de uma frase que aponta para uma escravização em relação ao que vem do inconsciente do outro e, para uma possibilidade de libertação através da apropriação de tal conteúdo, tornando-se dele um herdeiro.

Alguns problemas, porém, foram observados. O principal deles foi o caráter eminentemente teórico da questão colocada nesta pesquisa. A metapsicologia freudiana aponta para uma possível aproximação de Freud com a filosofia, tão renegada em um primeiro momento da psicanálise. A própria teoria da pulsão de morte foi entendida por muitos como um devaneio teórico, algo semelhante até mesmo a um delírio. Tal colocação, acreditamos, refere-se à dificuldade de observar este construto na rotina clínica. Freud, inclusive, afirmou que seus escritos seriam apenas especulações. Trabalhamos, assim, em cima de especulações e silogismos, na intenção de buscar alguma coerência na nossa proposição que possa, de alguma forma e em algum momento, contribuir com uma teoria em crescente reformulação, caso da teoria psicanalítica.

Também como consequência da mesma dificuldade, o excesso de teorização se colocou para nós como um limite. Compreendemos, a partir de determinado momento do percurso, que a ausência de uma construção prática nos deixou um tanto quanto soltos, como se pairássemos no ar. Apesar de encontrarmos nas leituras muitos casos

clínicos de intensa contribuição à construção das teorias, não nos foi possível utilizá-los, nem mesmo citá-los, por uma inadequação aos nossos objetivos. Pois, nossa intenção, no presente momento, foi ultrapassar o terreno da clínica contemporânea e de suas patologias para tratar do psiquismo de forma constitutiva. Desta forma, tal objetivo nos orientou em direção à colocação da questão, porém nos limitou em possibilidades de discussões mais práticas. Além disso, talvez fosse necessário justamente um estudo mais aguçado em torno da questão traumática presente nesses casos clínicos contemporâneos. Assim, deixamos aqui a proposta de um mergulho mais efetivo em casos clínicos e em autores que viabilizariam uma abertura para discussão da metapsicologia do trauma. Neste sentido, estaríamos seguindo a esteira proposta neste percurso, da transposição da patologia para a constituição, mas com um pouco mais de consistência e diversidade teórica.

Além dos problemas e dificuldades inerentes ao processo, nos deparamos com uma ideia bastante interessante, ainda inconclusiva, mas incitadora de um estudo mais aprofundado e específico. As leituras e o desenvolvimento dos conceitos utilizados aqui propiciaram uma percepção sobre a urgência de se refletir a respeito da questão constitutiva e traumática por um viés eminentemente econômico. Seria como uma pré-condição para pensar o negativo na constituição psíquica, priorizar um ponto de vista quantitativo. Assim, se existiria uma transmissão do negativo que constituiria o psiquismo, a diferença entre isso e a patologia estaria na ordem do quanto este negativo prevaleceu ao longo da constituição desse sujeito. Ao invés de pensarmos que, se há uma transmissão do negativo, conseqüentemente há trauma, possíveis patologias e, com isso, trabalha-se na esteira de raciocínio de uma “patologia da transmissão”, pensaríamos em uma quantidade da presença deste negativo e de que forma ele influenciaria o psiquismo.

Percebemos tal proposta, principalmente, através de dois autores: Haydée Faimberg e André Missenard. Para Faimberg, seu conceito de telescopagem de gerações – derivado da questão transgeracional e da escravização de conteúdos transmitidos – estaria em qualquer forma de análise rigorosamente conduzida. Segundo a autora, todos nós, em algum momento, teríamos recebido conteúdos que não conseguimos simbolizar, o que seria facilmente observável na clínica psicanalítica. Esta autora, neste sentido, corrobora a inutilidade da diferenciação entre os termos trans e intergeracional. Jean-José Baranes (2001) ratifica a posição de Faimberg e propõe: “há sempre transmissão transgeracional porque há sempre outro em si” (Baranes, 2001, p.210-211). Baranes e

Faimberg utilizam o conceito de telescopagem para tratar tanto do que ultrapassa o sujeito, quanto do que o constitui, sendo que um processo não exclui o outro.

Missenard segue na mesma proposição, porém com um enfoque mais nítido no vínculo parental. Segundo o autor, a partir do conceito de narcisismo já teríamos alguma clareza a respeito do negativo presente no psiquismo parental no vínculo com seu filho. Este ocuparia um lugar de “projeto”, como prolongamento de seus narcisismos, alojando-se no desejo inconsciente destes como algo diferente do reprimido, pois, neste caso, sequer passou pelas representações verbais conscientes. Trata-se de algo que nunca foi representado e continua assim, isto é, sem palavras. (Missenard, 1991). Segundo a leitura de Tatiana Inglez-Mazzarella de Missenard, este não-representado constituiria o núcleo do funcionamento do bebê, sendo um “primeiro negativo” na estrutura psíquica do sujeito.

Indicamos, portanto, como essencial para um melhor estudo desta questão do negativo constituinte, uma leitura minuciosa desses autores e de seus comentadores. Entendemos que tais autores não propõem uma visão patológica do que seria transgeracional, mas uma postura mais psicanalítica a nosso ver, que entende o sujeito em sua complexidade, incluindo consciência e inconsciência, presença e ausência, positivo e negativo. Como vimos, se tais autores defendem um núcleo não representado no psiquismo em constituição, e este núcleo estaria em íntima relação com o núcleo não representado dos pais, o fator econômico seria o que nos guiaria ao raciocinarmos a relação entre o constitutivo e o patológico. Estaríamos diante, portanto, de questões como: se haveria algo da pulsão de morte no que é transmitido inconscientemente, será sua associação ou não com a pulsão sexual que definiria seu efeito? Ou seria a quantidade de pulsão de morte, independente da sua dissociação ou não com a pulsão sexual, que afetaria a constituição a ponto de desenvolver patologias importantes em algum momento? Ou será que poderíamos dizer que a capacidade do psiquismo de receber tais conteúdos em sua vertente negativa, de elaborá-los em maior ou menor proporção, seria o que de fato definiria o nível de estruturação ou desestruturação do psiquismo?

Chegamos a pensar que todos esses fatores devem ser levados em consideração e cada um, de certo modo, contribuiria para a constituição de quaisquer características do psiquismo, consideradas doentias ou saudáveis por diferentes categorias diagnósticas. Lembramo-nos, então, da citação de Goethe trazida por Freud em 1913, já muito usada principalmente pelos autores que trabalham a questão da transmissão psíquica, que se

refere ao legado recebido ao nascermos: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Freud, 1913). Desta frase do poeta, entendemos que existiria um trabalho inerente ao processo de constituir-se: conquistar o que um dia recebemos de nossos pais e antepassados, de forma geral. Como se tais conteúdos não fossem “nossos” de início, pois nos foi apenas transmitido. Então, em algum momento, conquistar tais conteúdos significará apropriar-se deles, fazê-los nossos por escolha e não por alienação. Transformaríamos o que um dia nos escravizou simplesmente por nos constituir em nossa herança - retomando o título motivador deste trabalho – nos implicando no trabalho psíquico necessário para que tal transformação ocorra.

É realmente uma proposição interessante, mas, diante de tudo que lemos e pensamos ao longo deste percurso, é inevitável nos perguntar se isso de fato será inteiramente possível. Questionamos se algo deste conteúdo que nos foi transmitido não restará sempre como um núcleo inacessível e estruturante do nosso psiquismo. Talvez não um núcleo, mas um resto, um negativo que nos constitui em nossa individualidade, em nossa posição na cadeia geracional e, conseqüentemente, na sociedade que nos acolhe. Estaríamos, então, sempre expostos a uma violência constitutiva de nossa história enquanto espécie, ou a enigmas que, em forma de sedução, somos levados a incorporar? Haveria algo nesta impossibilidade de representar que nos seria, de alguma forma, imprescindível para que nos constituamos pertencentes aos vínculos que nos acolhem? Estaria a compulsão a repetição na base da transmissão psíquica e, assim, no que haveria de mais primitivo no vínculo mais primário: a filiação?

. Neste ponto, um famoso filósofo surge na cena: Kierkegaard. Afinal, quando nos referimos a uma escravização de um conteúdo que se repete por gerações e a uma possibilidade de assumir uma autoria diante deste conteúdo, tornando-o uma herança, não estaríamos próximos do que Kierkegaard denominou repetição do mesmo e repetição diferencial? Talvez possamos dizer que uma repetição estará sempre presente, constituindo vínculos e psiquismos, sendo necessário imaginar um discernimento entre os tipos de repetição possíveis na transmissão psíquica. Desta forma, que tipos de repetição seriam propiciadoras de patologias e quais delas seriam imprescindíveis à estruturação do que nos faz humano? São proposições estimuladoras de discussões, mas principalmente, de novas pesquisas a respeito do tema.

## Referências Bibliográficas

ABRAHAM, N., TOROK, M. “*A Casca e o Núcleo*”, tradução de Maria José R. Faria. Coracini. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

ANTUNES, S. P. “Os caminhos do trauma em Nicolas Abraham e Maria Torok. São Paulo: Escuta, 2003.

ANZIEU, D. (1975). “Le groupe et l’inconscient: l’imaginaire groupal”. Paris: Dunod, 1993.

AULAGNIER, P. “A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado”. Rio de Janeiro, Imago, 1979.

BERGERET, J. “La violence fondamentale”. Paris: Dunod, 1984.

EIGUER, A. (1997). “A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica”. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

FERENCZI, S. (1933). “Confusão de línguas entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão”. In *Psicanálise IV* (Vol. 4, pp. 97-108, A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_ (1979). “Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade”. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FLORENCE, J. "As identificações", in *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*, MANNONI, M. (org.), Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRANÇA, M. O. (org). “Trauma psíquico: uma leitura psicanalítica e filosófica da cultura moderna”. Coleção Acervo Psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FREUD, S. “Obras Completas de Sigmund Freud”, Tradução de Odilon Galloti, Isaac Izecksohn e Gladstone Parente. Rio de Janeiro, Editora Delta S. A.: 1959

\_\_\_\_\_ (1900) “A Interpretação dos Sonhos”, vol. IV e V

\_\_\_\_\_ (1910) “Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci”, vol. VII

\_\_\_\_\_ (1912) “Totem e Tabu”, vol. VII

\_\_\_\_\_ (1914) “Recordar-se, repetir e elaborar”, vol. VI

\_\_\_\_\_ (1914) “Introdução ao narcisismo”, vol. V

\_\_\_\_\_ (1915) “O Recalque”, vol. XIV.

\_\_\_\_\_ (1917) “Luto e melancolia”, vol. V

\_\_\_\_\_ (1920) “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina”, vol. IV.

\_\_\_\_\_ (1920) “Além do princípio do prazer”, vol. V

\_\_\_\_\_ (1921) “A Psicologia das massas e análise do Eu”, vol. VI

\_\_\_\_\_ (1923) “A O Ego e o Id”, vol. VI

\_\_\_\_\_ (1924) “O fim do complexo de Édipo”, vol. VII

\_\_\_\_\_ “O parentesco fantasmático: transferência e contratransferência em terapia familiar psicanalítica”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

GARCIA-ROZA, L. A. (1984) “Freud e o inconsciente”. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. (1986) “Acaso e repetição em Psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões”. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GONDAR, J. Os tempos de Freud. Coleção Freudiana. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

IGNLEZ-MAZZARELLA, T. “Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações”. São Paulo: Escuta, 2006.

KAES, R. Transmissão da vida psíquica entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

\_\_\_\_\_ “Les aliances inconscientes”. Paris: Dunod, 2009.

\_\_\_\_\_ (2005) “Espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LAPLANCHE, J. (1987) “A Angústia”. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_ (1987) “Novos fundamentos para a Psicanálise”. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. (1982) “Vocabulário de Psicanálise”. 5ª ed. Santos: Martins Fontes, 1970.

\_\_\_\_\_ (1985) “Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LEJARRAGA, A. L. “O trauma e seus destinos”. Coleção freudiana. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

MAGALHÃES, A.S. & FÉRES-CARNEIRO, T. “Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade”. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 243-255, dez 2004.



PINHEIRO, T. “Ferenczi: do grito à palavra”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed UFRJ, 1995.

TRACHTENBERG, A.R.C. [et al]. “Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro, um destino entre gerações”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.